

ASIMDB - 007 A - 3 - 6 - 9 - 35 - MARÇO - 1975 - N. 30

em 660

**AGORA A  
PROVA REAL DA  
DISTENSÃO**

**A  
VERDADEIRA  
DEMOCRACIA**

**IMPRENSA:  
A ESPERA DA  
MORTE**

# CRÍTICA

Ano 1 / Nº 30

3 a 9 de março de 1975

Cr\$ 4,00

## RONDÔNIA

# ASSALTO À TERRA



**○**

**CANTO LIVRE  
DE  
NARA**

ARNDT  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA  
CEDEM  
ARQUIVO STORICO DO  
MOVIMENTO OBRERO  
BRASILIANO



## HUMBERTO FREIRE DE ANDRADE

Morreu Humberto. Humberto Freire de Andrade. O coronel do Exército Humberto de Andrade. Soldado do Brasil, no sentido mais amplo da palavra.

Humberto secretariou a Revista do Clube Militar naqueles gloriosos anos em que os brasileiros se bateram com unhas e dentes contra o Instituto da Hileia Amazônica, e o Estatuto do Petróleo, e a favor da Petrobrás.

O Clube Militar viveu intensamente o dia a dia daqueles memoráveis anos em que os civis acorreram aos salões do Clube Militar, para, ombro a ombro, com seus irmãos fardados, escreverem a mais democrática das páginas da vida desta República. O povo, gritando por si e pela boca de seus legítimos representantes, o desejo de preservar para si a exploração de suas riquezas e toda a extensão territorial que fazem o nosso grande país.

Humberto de Andrade sempre se colocou na primeira fila, entre aqueles que dedicaram sua vida a lutar pelos legítimos interesses nacionais. Eu acompanhei de perto, os passos de Humberto. Ainda recentemente, quase vizinhos, dedicávamos grande parte de nosso tempo, a pastorear os atos do governo Geisel.

Em 1963, assisti de perto, a colaboração que ele emprestou ao governo de Miguel Arrais. A Secretaria de Segurança do Estado de Pernambuco foi, não tenho dúvida alguma, a mais difícil tarefa que lhe pesou sobre os ombros. Sua inteligência e seu bom senso já tinham sido postos a prova, por mais de uma vez em sua vida profissional. Oficial de Estado Maior por onde quer que passou no Exército, sempre deixou a marca da sua inteligência, como aconteceu quando serviu na Diretoria de Ensino do Exército.

A Secretaria de Segurança era algo diferente. Tratava-se então de criar um procedimento novo. No governo Arrais, decidira fazer vigorar as garantias constitucionais dos cidadãos pernambucanos. Seu primeiro passo foi

segurar a vigência do direito de greve. Parada duríssima. Onde deveriam acabar as prerrogativas dos trabalhadores, no tocante a greve? Os camponeses, tradicionalmente, tinham a polícia contra si. Era secular o hábito do senhor de engenho estalar dois dedos e os policiais correrem solícitos para espancar os camponeses que arroteavam a casa grande, em busca de melhor remuneração por seu trabalho. Na cidade os operários não podiam exercer o direito de greve, pois a polícia não o reconhecia.

Humberto foi escolhido para fazer a greve valer. Boi solto se lambe todo. O coronel Humberto teve de improvisar uma ação que englobasse de um lado o respeito ao direito constitucional da greve e de outro o sacrosanto direito da propriedade privada. E ele soube cumprir essa tarefa, com rara habilidade.

Lembro de uma entrevista sua a TV associada de Recife. Mais particularmente, a Heloisa Helena. Na tarde de um dia qualquer, os senhores de engenho e outros empresários reuniram-se na Associação Comercial para decidir como proceder ante "aquilo" que estava acontecendo. "Aquilo", para os senhores, era o fato de a polícia não vir mais atendendo ao estalar de dedos dos patrões. "Aquilo" era os operários fazerem greve e a polícia deixando que patrão e empregado chegassem a um entendimento. "Aquilo, enfim, era o "trabalhador" encontrando trânsito livre para o diálogo com o patronato.

Eu bebi, naquela noite, palavra por palavra, a entrevista que Humberto concedeu a Heloisa Helena. Guardei uma das respostas que classifico como antológica. Veio a pergunta: Dona Heloisa queria saber o que é que estava se passando, de novo, em Pernambuco, que levava os senhores pernambucanos a estrilarem tanto. Humberto explicou: "Eles estão aturdidos, ofuscados. Os nossos avós, da era da pedra lascada, que quando viam o raio ou

ouviam ao trovão, ficavam alucinados, e espavoridos, ante aquele fenômeno natural, que eles ignoravam o que fosse. Assim está se passando aqui. Não há nada de mais, o que está ofuscando aos senhores de engenho e aos empresários de um modo geral, é um fenômeno insólito, sim; está acontecendo algo que eles nunca viram, daí eles estarem apavorados, pensando que o mundo vai se acabar. O que está acontecendo, dona Heloisa, o que os está apavorando é até uma coisa besta, uma coisa muito simples: a liberdade. É só isso."

A liberdade brilhou nos céus de Pernambuco - durante os 12 meses iniciais do governo Arrais, sem que acontecesse nada de anormal. Pernambuco dentro do clima de paz que Humberto soube estabelecer entre o trabalho e o salário, foi a unidade mais próspera do Brasil, no ano de 1963, a ponto da classe empresarial do sul do país ter se mandado para lá, no início de 1964, a pesquisar a razão de ser de tanta solicitação de bens de consumo por parte do comércio de Pernambuco.

Humberto era assim. E assim se conservou ao longo de sua carreira militar, e nas lides comuns a vida de todos os cidadãos.

Humberto se foi. Morreu na madrugada de 22 de fevereiro. Seu coração cansou de tanto lutar e tanto torcer por um Brasil melhor. Morreu com um sorriso nos lábios. Sua fisionomia, envolta em flores no caixão, carregou para longe de nós aquela serenidade que caracterizou toda sua vida.

Humberto, eu te prometo. Um dia teu mausoléu será "profanado". Eu irei lá, furtivamente, escrever com letras de bronze, se tanto me ajudarem o engenho e a arte, ou na base do carvão ou do giz, o epitáfio que amaria ver sobre tua lousa: "Ele foi um soldado do monopólio estatal do petróleo".

J.B.

## CARTAS

### Imposto Sindical e os trabalhadores

Ai vão alguns dados a partir dos quais "Crítica" poderia fazer uma reportagem - ou um estudo mais profundo - sobre um aspecto da vida sindical brasileira, que, no meu modo de ver, mais concorre para emperrar o desenvolvimento do movimento operário em nosso país, sem o qual não é possível pensar-se em democracia.

1) "Opinião" (14/2/75) publicou declarações (página 2) do presidente do Sindicato dos trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Rio de Janeiro, nas quais o sindicato aparece como órgão de colaboração dos patrões e do governo. Não constituem uma atitude insólita essas declarações. Na realidade brasileira atual, os "dirigentes" sindicais voltam as costas aos trabalhadores, alguns até com desprezo, e só cuidam mesmo de seus interesses estritamente pessoais, apoiando-se na burocracia do Ministério do Trabalho e a ela servindo com dedicação e zelo.

2) O que é bom para o patronato é mortal para o operariado, e vice-versa. Para os capitalistas, seja a empresa privada, estatal ou mista, o bom é jornada esticada e salários baixos, enquanto que para os trabalhadores, o bom é jornada leve e salários mais altos. E assim sendo, não é possível nenhum acordo duradouro entre as partes, que são antagônicas.

3) A função primordial do sindicato é, num regime caracterizado pela produção de mercadorias, vender pelo melhor preço a mercadoria força-de-trabalho, combater a exploração do homem pelo homem e denunciar todas as mistificações engendradas pelos teóricos à soldo, nas relações entre as classes.

4) A fim de neutralizar a força do movimento sindical, a ditadura getuliana "inventou" o imposto sindical, que o governo atual - para enganar melhor - rotulou de contribuição sindical: todos os trabalhadores sofrem anualmente o desconto do salário de um dia de trabalho em favor do seu sindicato respectivo, seja ou não associado ao mesmo.

5) Com a chamada contribuição sindical, um sindicato pode viver com zero sócios. E é justamente isso que todo pelego almeja, pois quanto maior o número de associados mais trabalho advém para a diretoria: mais reclamações na Justiça do Trabalho (a assistência jurídica só é dada aos associados), gastos com serviços médicos, dificuldades para elaboração de chapas para eleições, possibilidades de concorrentes, embaraços na obtenção de quo-

rum, assembléias exigentes na prestação de contas etc., etc.

6) Devido a existência do imposto sindical, ou contribuição sindical, conforme designação burocrática, torna-se impossível a autonomia dos sindicatos, de vez que não se pode solicitar do governo a cobrança compulsória de dinheiro e, em seguida, gastá-lo sem ter-se de prestar contas ao mesmo Governo. Autonomia sindical e imposto sindical, portanto, se excluem.

7) Por ser obrigado a pagar o imposto sindical, os trabalhadores não se associam, pois teriam que contribuir duplamente. Resultado: 11% é o contingente de associados sindicais. No nível de desenvolvimento do nosso país é o percentual mais baixo do mundo.

8) Os oportunistas alegam que se fosse extinto o imposto sindical, os sindicatos desapareceriam. De saída, isso não teria a mínima importância na vida dos trabalhadores, dado que, como se encontram os seus "órgãos de representação" (simples apêndices do Ministério do Trabalho) seria coisa até muito boa. Depois, a alegação é falsa. Totalmente. Vejamos: o único país do mundo a ter imposto sindical é o Brasil; os sindicatos brasileiros, portanto, deveriam ser poderosos, mas o que se verifica é que onde não há imposto sindical, os sindicatos se fazem respeitar.

9) Nenhum trabalhador paga o imposto sindical sem certo rancor contra essa instituição. Psicologicamente, ele é fator negativo.

10) Evaristo de Moraes estudou o assunto e pensou numa fórmula que parece viável para extinguir essa mazela da ditadura, de todas as ditaduras: aquele trabalhador que pagasse espontaneamente uma contribuição anual ficaria isento do imposto sindical.

11) Os sindicatos podem vir a desempenhar papel muito mais importante na redemocratização do nosso país do que aquele representado recentemente pelo MDB. As massas não acreditavam nesse partido, mas, a falta de coisa melhor, foram às urnas e derrotaram o governo. Também os trabalhadores não acreditam em "seus" sindicatos, mas quem sabe se, num dado momento, venha a haver um afluxo dos assalariados aos mesmos: eles poderiam transformar-se num poderoso instrumento da democracia. Já foi dito, afinal, que o grau de democracia de um país se mede pela liberdade dos seus sindicatos.

12) A liderança do MDB não deve temer a fúria dos pelegos na ocasião em que for posta em dúvida a validade do imposto sindical. Eles, os pelegos, vão para um lado e as massas para o outro lado.

13) Defensores do imposto sindical: o governo, o patronato e os pelegos.

JOSE CANDIDO FILHO  
RIO - GB

### Indústria

#### automobilística

Numa época em que os jornais e revistas - obrigados ou não - abrem mão do seu mais legítimo direito de opinar e mesmo de criticar, estendendo essa atitude até mesmo às atividades das empresas particulares que existem em função do público, não raro explorando-o, a esperança do leitor que deseja conscientizar-se nas diversas áreas de atividades reside nos órgãos da categoria de Crítica.

Um dos assuntos de grande interesse e que os jornais através de seções especializadas se limitam ao mais comprometedor elogio é o que se refere aos fabricantes de automóveis e seus gananciosos revendedores. Nada se lê sobre o lado elogiável desses poderosos setores, quando se sabe que fatos importantes e nitidamente dentro dos parâmetros de responsabilidade do puro jornalismo existe e merece divulgação. Porque não o fazem? Por subversão e interesse, naturalmente.

Acredito que uma seção bem feita e com a indispensável independência viria beneficiar a própria indústria e seus agentes vendedores. E mais: Daria ao leitor o que lhe está faltando. Esta a modesta colaboração de um simples leitor a esse novo e promissor órgão da imprensa, tão bem situado dentro do panorama atual desta nação.

LUIZ CARLOS PORTOCARRERO

Rio - GB

### Fome em Caxias do Sul

Sou leitora assídua do Opinião, mas como brizolista que sou, acolho bem qualquer jornal contra ditaduras. Assim, quando me emprestaram o Crítica nº 18, li tudo de ponta a ponta. Gostei muito dos dois Jorges de vocês. O França e o Fischer. Conheci aqui em Porto Alegre um França, o Euzébio França, que era presidente do Movimento dos Agricultores sem Terra. Gostaria de saber se são da mesma família.

Agora, acho um desperdício ir procurar um exemplo tão longe para dizer que tem gente morrendo de fome. Aqui mesmo, em minha terra natal, Caxias do Sul, tem crianças iguais ou piores do que as fotografadas pelo Jorge Fischer. Ele que dê um pulo aqui na Vila dos Cachorros, na zona do Cemitério de Caxias, e vai encontrar coisas de arrear. Aliás, gostaria que aproveitasse a oportunidade da festa para mostrar que na colônia nem tudo é festa, tem muito choro também. Na Vila dos Ca-

## CRÍTICA

Av. Rio Branco, 156, 12º And.

Sala 1222 / Tel. 242-7395

DIRETOR  
GERARDO MELLO MOURÃO

CHEFE DE REDAÇÃO

I. L. de Alencar :

COLABORADORES:

Antônio Carlos Villaça, Efraim Tomas Bó, Hélio Pelegrino, Humberto Alencar, Ismael Cardim, Jaguar, Joel Silveira, Jorge França, João Antônio, Luis Carlos Cabral, Lilian Newlands, Maria Luíza Pena, Marcondes Sampaio, Medeiros Lima, João Carlos Rodrigues, Alberto Silva, Antonio Oseas, Newton Carlos, Pedro Ayres, Procópio Mineiro, Reynaldo Bairão, Ruy Sampaio, Sebastião Nery, Sérgio Cabral, Sérgio Macedo, Sylvia de Alencar, Antonio Luiz, Redi, Wagner, Washington Novais, Dario Macedo (Ceará), Jorge Fischer (Porto Alegre) Helington Rangel (Bahia)

PAGINAÇÃO

Maria José G. da Silva

CAPA

Wagner

ADMINISTRAÇÃO

Gerente Administrativo:  
T. C. Santos

PUBLICIDADE

Av. Rio Branco, 156 - 12º and.  
sala 1222, tel. 242-7395

ASSINATURAS

- Brasil: um ano	Cr\$ 160,00
6 meses	Cr\$ 90,00
- Exterior: um ano	US\$ 50,00
6 meses	US\$ 30,00

● Artigos assinados são da responsabilidade de seus autores

● A redação não se responsabiliza por manuscritos que lhe sejam enviados.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Arca Editora e Gráfica S.A.  
Rua Equador, 702, Rio (GB)  
Telefone: 223-1715

DISTRIBUIÇÃO:

Superbanca Distribuidora de Jornais, Revistas, Livros e Material de Propaganda Ltda.  
Rua do Rezende, 18 - Rio - GB.  
Tel. 222-2316 e 222-8597

## CRÍTICA

É propriedade da Editora Crítica Ltda.  
Av. Rio Branco, 156, 12º andar,  
sala 1222, telefone 242-7395.

chorros, tem muito filho de trabalhador que acaba virando ladrão por não ter o que comer nem onde trabalhar. E isto é outra reportagem que eu gostaria que ele fizesse: como um homem honesto é transformado em bandido pela miséria.

Peço ainda que vocês continuem sempre firmes e bem dispostos, botando para a rua a roupa suja dessa gente que engorda sugando os trabalhadores. Muito obrigada pela publicação.

ERIA DE OLIVEIRA

Porto Alegre - RGS

Crítica grátis

Gostaria de ler todos os números anteriores no nº 26, pois somente agora foi que eu me tornei leitor assíduo desse independente jornal. Aceitaria recebê-los de graça, pois não disponho de tanto dinheiro para comprá-lo.

Obrigado desde já pela publicação na seção de cartas de crítica.

D. Marques Galvão  
Duque de Caxias-RJ

(A carta está aí, quanto ao seu pedido apareça aqui na redação para ver o que se resolve)

# OS TRÊS PODERES E A VERDADEIRA DEMOCRACIA

O sr. Ulisses Guimarães declarou recentemente em Caracas que a oposição funciona, no Brasil, em plena e total liberdade. A declaração vai aqui por conta das agências telegráficas que a transmitiram e, a ser textualmente fiel, sua expressão de relativa indulgência não há de refletir uma posição de descabida tolerância por parte do presidente do partido oposicionista, mas antes aquela britânica elegância política e parlamentar do deputado paulista, que se recusa a lavar a roupa suja fora de casa. De qualquer forma, a aparente atmosfera de liberdade em que se movimenta, no país, o partido da oposição, não chega a iludir ninguém, muito menos o bravo presidente do MDB, cujas veementes e inabaláveis posições democráticas não podem ser postas em dúvida em nenhum momento.

O pleno exercício da oposição supõe a plenitude da normalidade democrática. É esta — ai de nós! — ainda não existe no Brasil. Um observador superficial, situado na lua, e que dali contemplasse o panorama institucional brasileiro poderia, na verdade, confundir-se com os ingredientes de “meia verdade” que compõem a realidade política deste país. Especialmente, se esse observador assentasse sua luneta ou seu telescópio sobre aquele fulgurante triângulo urbano do planalto central, onde o risco criador de Oscar Niemeyer situou, no coração de Brasília, a chamada praça dos Três Poderes. Pois ali se erguem, na clara geometria de suas linhas, os palácios esplêndidos dos três poderes da República, compondo o clássico tripé de Montesquieu, sobre o qual repousa a constituição democrática do Estado: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo.

Na verdade, existem, no país, esses três poderes. Mais do que isto: existem e funcionam, legitimados, inclusive, por rigorosos ritos legais. Pois o titular do Executivo é substituído rotativamente no poder, distinguindo-se dos ditadores perpétuos até pela prévia fixação do prazo de seu mandato. Os membros do Judiciário chegam à Corte Suprema depois de terem seus nomes aprovados, em voto secreto, pelo Senado da República, numa escolha criteriosa e limpa. E os representantes do Legislativo obtiveram suas cadeiras através de eleições populares, depois de uma campanha eleitoral aberta e livre, e ali estão ungidos pela vontade do povo e pela verdade das urnas.

A imagem dos dirigentes de cada um desses três poderes é impecável. No Judiciário, o venerando colégio de juizes é formado por pessoas de notável saber jurídico e de ilibada reputação. Seu presidente, o ministro Djaci Falcão, é mesmo um magistrado de perfil exemplar, cuja competência e cuja honradez poderiam engrandecer qualquer tribunal do mundo. A tradição pessoal que trouxe do foro de Pernambuco o situa, na corte egrégia, como um jurista e um juiz da linhagem de Pedro Lessa.

Na presidência do Senado e, pois, do Congresso Nacional, está um político — o sr. Magalhães Pinto, cujas qualidades de liderança constituem um dos mais altos patrimônios da vida pública brasileira, por sua permanente vocação liberal e pela soma daquelas virtudes mineiras que sempre honraram a história política deste país. Homem de partido, seus próprios adversários o reconhecem como um denominador comum das aspirações políti-

cas do Congresso, a cuja presidência foi levado pela impressionante unanimidade de seus pares.

Ainda na área do Congresso, deve-se reconhecer que a Câmara dos Deputados está também presidida por um homem público de marcante categoria, o deputado Célio Borja, que tem irrecusáveis compromissos com a inteligência e a cultura.

No comando do Executivo, o general Ernesto Geisel é, inegavelmente, um presidente da República preparado para as funções e distinguido por uma autoridade moral pessoalmente inatacável. O próprio colegiado de seu ministério está constituído com razoável equilíbrio.

Temos, assim, os três poderes em funcionamento e, o que é mais, sob o comando de homens íntegros, competentes e, até onde se pode supor, pelos seus reiterados pronunciamentos, forrados de boas intenções. Que estaria faltando, pois, para que a democracia brasileira funcionasse em sua plenitude? Aparentemente, ela é uma democracia perfeita, como poderia sustentar um observador que a contemplasse das montanhas da lua, para o qual nossas restrições poderiam parecer um azedume ou uma contestação subversiva. Até faz lembrar aquela velha anedota do caçador, que encontrou um bicho que tinha juba de leão, que tinha dentes de leão, que tinha patas de leão, tinha tudo de leão, mas não era leão.

Pois o regime brasileiro tem o Executivo de uma democracia, tem o Legislativo de uma democracia, tem o Judiciário de uma democracia, tem tudo de uma democracia, mas não é uma democracia. Que lhe está faltando, para que o seja?

Como naquelas histórias da carochinha em que uma bruxa maléfica transforma o príncipe encantado num sapo de beira de lagoa, está faltando apenas aquela conjunção dos astros que traga a boa fada capaz de tocar com sua vara mágica o bicho repugnante, para que ele se transforme de novo no belo príncipe que devia ser. Pois, ao que parece, dispomos de tudo para ter uma verdadeira democracia. Até da boa vontade interpretativa do presidente do partido oposicionista. Só falta mesmo a vara mágica. A vara mágica que restitua aos brasileiros espoliados de seus direitos pelas cassações arbitrárias, a plena cidadania de que foram despojados. A vara mágica que torne sem efeito as bruxarias do AI-5. A vara mágica que restaure o habeas-corpus e a liberdade sindical. A vara mágica que elimine a censura ostensiva ou velada à imprensa. A vara mágica que restitua as imunidades parlamentares, para que os deputados não sejam cassados por haver denunciado a ditadura de um país estrangeiro. A vara mágica, em suma, que proclame a anistia geral e que restabeleça as eleições diretas em todos os escalões.

Enquanto não se fizer isso, os três poderes serão como o leão da anedota: terão tudo de três poderes, mas serão um só, absoluto, arbitrário e onipotente.

G.M.M.



# PROVA REAL DA DISTENSÃO

Sob inspirações políticas novas que motivam a crescente participação popular no processo institucional, instala-se a atual legislatura, com o MDB ocupando a sua posição oposicionista com agudo senso da realidade emergente, como as declarações de Tales Ramalho demonstram. Resta à Arena adequar-se às exigências da conjuntura, para ser realmente o partido do governo Geisel.

A legislatura que agora se inicia cerca-se de mais intensa e justificada expectativa. O país inteiro tem os olhos voltados para o parlamento, procurando identificar no comportamento das bancadas que se defrontam os rumos ditados pelas eleições de novembro. Com efeito, o Legislativo conquistou uma nova posição decorrente da legitimidade que lhe ofereceu a vontade nacional expressa nas urnas, emergindo da penumbra de um poder sem a necessária vitalidade e independência consagrados pela Constituição e exigidos pelo desempenho democrático, no acionamento dos instrumentos válidos que persegue a harmonia dos três poderes e a estabilidade da República.

Reconheça-se, de logo, que essa expectativa cresce de importância a partir do momento em que o Presidente Geisel, presidindo com isenção a manifestação eleitoral e analisando-a com acuidade política, avançou serena e cautelosamente, mas com firmeza, no processo gradualista de distensão política. Ainda agora, ao receber os componentes da mesa da Câmara, acentuou a necessidade de um trabalho harmonioso entre o governo e o parlamento, ressaltando que deve ser encontrado

um denominador comum capaz de levar o país à normalização, após onze anos de revolução.

A posição do Presidente da República, as advertências que fez ao partido do governo, notadamente às suas lideranças, e a pesquisa que mandou proceder de baixo para cima para encontrar as razões da divisão arenista, fazem crescer as responsabilidades partidárias no desenvolvimento político, cuja caixa de ressonância é o parlamento. E este, renovado, respaldado na legitimidade da vontade popular, tem sobre o seu comportamento a rigorosa fiscalização da opinião pública.

## Prova real

O processo gradualista de distensão tem no Congresso que agora se abre a prova real da sua praticabilidade, da absorção pela classe política dos motivos que o inspiram, de modo que a nação encontre no comportamento parlamentar o desenvolvimento que anseia e a estabilidade que aspira.

A maior parcela de responsabilidade nessa prova real cabe inegavelmente ao partido governamental. Se é certo que as lideranças arenistas já começam a se entregar à reformulação de suas estruturas e estratégia a fim de situar a agremiação

como partido que disputa as preferências populares e não que visceje, emoliente, à sombra do governo, certo é sem dúvida também que o estilo gradualista de distensão lhe impõe deveres políticos a que não estava habituado, e ainda em vários dos seus setores se faz sentir resistências inconformistas, geradas por frustrações eleitorais ou inadequação congênita ao processo político em evolução.

A Arena não pode se deixar dominar pelo saudosismo do rolo compressor e das soluções silenciosamente fáceis que arejavam os seus domínios. A vida política ganhou novo ritmo, instaurou novo processo, exige comportamento novo. A sensibilidade política do presidente Geisel, identificando as aspirações nacionais, levou-o a assumir a responsabilidade histórica de iniciar a nova caminhada, normalizando-a ao seu estilo, sobesando as suas responsabilidades revolucionárias e arenistas com as de Presidente da República.

Tem o dever, o partido governista, de resguardar a distensão, comportando-se ao fluxo da sua ritmia, identificando-se com o processo em evolução, o que vale dizer, com a orientação do

Presidente Geisel. O fisiologismo político que gera a deterioração, a frustração, que anima o radicalismo, a resistência, por inadequação congênita, que produz inconformismo pernicioso, são componentes que se esvaziaram a partir do momento em que se iniciou a nova etapa.

A Arena há de levar em conta as regras que informam o processo da distensão, adequando-se a elas com sabedoria e habilidade, assumindo a posição efetiva de partido que tem o poder, não para usá-lo a serviço de interesses políticos menores, agressivamente de necessidades partidárias, mas para exercê-lo em função do bem comum, das necessidades coletivas, das aspirações nacionais. Distanciar-se desse comportamento e não se adequar às inspirações do governo e ao seu estilo político-administrativo.

O pronunciamento do Presidente da República, analisando o resultado eleitoral de novembro, deve ser um documento do qual a Arena não deve deslembrar-se um só instante. Ali encontra o partido do governo uma radiografia de comportamento que merece serena e equilibrada autocrítica das lideranças arenistas.

Na legislatura que agora se instala, com as responsabilidades de partido governamental, este deve se apresentar em absoluta identificação com o atual processo político, sob pena de frustrar os anseios das suas lideranças maiores.

## Realismo da oposição

O MDB, como partido de oposição, tendo acrescido no parlamento a sua participação no poder de decisão política, teve por igual somadas maiores responsabilidades. As bandeiras que foram desfraldadas em novembro continuam drapejando na retentiva popular e as teses esposadas são reivindicações nacionais que ressoam como compromissos políticos válidos. O diálogo não significa abastardamento nem transigência, mas necessária sensibilidade política para conquista de espaços que ampliam a ação partidária. A distensão e a inegável austeridade governamental propiciam a fertilidade do solo, antes árido, onde certamente há de fecundar a normalidade do país a quem aludiu o Presidente Geisel no encontro com a mesa da Câmara.

O radicalismo, a violência, o revanchismo não têm vez no MDB. Ainda agora Tales Ramalho, secretário do Diretório Na-



Laerte Vieira:  
unidade na representação  
emedebista

## O NOVO MDB

ROSALICE FERNANDES PARREIRA

"Apenas oito deputados cariocas presentes a reunião do MDB". Com esta notícia, publicada no Jornal do Brasil de 19 de fevereiro, foram confirmados os boatos de que esse jornal ou foi comprado ou esta submetido aos interesses do Sr. Chagas Freitas.

Sim, porque se o Jornal do Brasil tivesse visto a reunião do MDB realizada no dia anterior a sua notícia com isenção de ânimo, em vez de insinuar fracasso, teria divulgado o sucesso estrondoso do encontro.

Em política, a longo prazo, o menos importante são os números. A força de uma linha política e medida muito mais pela qualidade do que pela quantidade dos seus seguidores. É a qualidade de uma linha política que determinará o seu crescimento quantitativo ao longo da história. Aliás, há mais de um século

que se sabe que a qualidade e um estagio superior da quantidade, na medida que representa o acúmulo de conhecimentos adquiridos anteriormente dessa quantidade, através dessa quantidade. Mas preso a um formalismo quadrado e ingenuo, o Jornal do Brasil teima em afirmar que 3 quilos de penas valem mais que 100 gramas de ouro.

A presença de quatro dos cinco senadores do MDB pelo futuro Estado do Rio (entre eles o Sr. Danton Jobim, uma invenção do Sr. Chagas Freitas e não um político) foi um dos "destaques".

Compareceram também figuras das mais representativas do novo MDB, como Lysaneas Maciel (calorosamente aplaudido por todos, de pé) os deputados Wellington Moreira Franco, Jorge Moura, Rubem Medina, Milton Steinbruch, Edson Karr, Delio dos Santos, Alves de

Brito, além de um auditorio completamente lotado de jovens. Isso nos dá a certeza de que, naquela reunião, foram lançadas, pelo menos no Rio de Janeiro, as bases do verdadeiro organismo oposicionista.

Ali começou a surgir o novo MDB que substituirá o velho e decreto MDB dos subterrâneos imundos do Dia e da Notícia. O MDB primavera que substituirá o MDB outono, o MDB planície que substituirá o MDB pantano. O MDB das comissões parlamentares de inquérito contra as multinacionais, da situação dos trabalhadores e dos presos políticos virá tomar lugar do MDB mais governista que a Arena. O MDB movimento surgirá de verdadeira oposição brasileira para expulsar o MDB "partido" o MDB coisa alguma do Sr. Chagas Freitas.

Não é preciso ser profeta, nem ouvir trombetas para prever que

esta próximo o fim da carreira política do Sr. Chagas Freitas, carreira essa que so tomou as dimensões atuais por circunstâncias excepcionais.

O Sr. Chagas Freitas, por merito ou capacidade pessoal, jamais seria governador de qualquer dos Estados brasileiros. Não fora as constantes derrotas das forças populares, não fora o grande numero de cassações, não fora o alheamento e o desinteresse do povo pelo processo político brasileiro nos anos posteriores a 64 e principalmente nos que seguiram a 68, alheamento e desinteresse provenientes dos processos de radicalização e de seus retrocessos no Brasil, o Sr.

Chagas Freitas nunca teria passado do deputado populista e demagogo do antigo PSP.

Mas a política tem razões que o Jornal do Brasil desconhece. Passado o período de "entressafra" do processo político brasileiro, surgem, novamente, lideranças capazes de conduzir o povo nas lutas pelas liberdades democráticas e a libertação econômica de nossa pátria.

A roda da história passou no ultimo dia 15 de novembro por onde estava o MDB. Devemos acompanhá-lo sem dar importância as provocações do Jornal do Brasil e deixar para trás os dantons jobins, os chagas freitas e os miros teixeiros da vida. A eles restara apenas um caminho: abandonar a vida pública e se recolherem a vida privada, de onde, aliás, jamais deveriam ter saído.



Geisel:  
a distensão posta  
à prova

cional, salientou que o seu partido apóia o presidente da República na defesa do regime, na preservação das instituições, porque a oposição o que convém é a normalidade democrática, o funcionamento das suas instituições, o estabelecimento das franquias que respondem à legitimidade do regime, sob um necessário clima de tranquilidade.

A bancada oposicionista, sob o comando experimentado de Laerte Vieira, já fez sentir que as emendas constitucionais a serem apresentadas têm a responsabilidade unitária da representação do MDB, o que vale dizer, é a satisfação dos compromissos assumidos na refrega eleitoral. Sobre a criação das comissões parlamentares de inquérito fez sentir o líder oposicionista que a bancada estabelecerá prioridades e a partir daí entrará em contato com a liderança arenista, o que, em última análise, visa resguardar esse instrumento de ação parlamentar do desprestígio e da desmoralização, como ocorreu no passado.

Como se vê, comporta-se o MDB com inegável realismo político, sem abdicar dos compromissos que assumiu com o país, sem enrolar as bandeiras que o conduziram à situação em que se encontra. Fiel aos seus princípios, mas os pés fincados no chão, perseguindo os objetivos que dão vida e força à sua legenda, mas concientizado da realidade emergente.

A posição realista do MDB revela a segurança do seu comportamento e a necessária adequação ao processo político em evolução, sem que isso importe em acomodação ou transigência bastarda. Assumindo a sua posição no parlamento responde, assim, à conquista eleitoral.

A Arena não encontrará um MDB demagógico ou virulento, que propicie o desvio de rotas ou o germinar de retrocessos prejudiciais à normalidade institucional, mas uma oposição concientizada do papel que lhe cabe desempenhar na dinamização da vida política nacional.

Cabe ao partido governamental agir e comportar-se dentro dessa realidade. A sua ação responde ou não sua adequação ao processo de distensão iniciado pelo Presidente Geisel. E não se esqueça de que a opinião pública, exercendo implacável fiscalização sob seus mandatários, se encontra plenamente amadurecida e equilibrada, sem ódios nem paixões, mas olhos fitos no interesse nacional e nos anseios populares consequentes, para o julgamento inapelável, de que foi testemunho insofismável o prélio de novembro.

HUMBERTO ALENCAR

# A MORAL DA ANEDOTA

PARANHOS DE SIQUEIRA

A piada é velha. Mas serve para ilustrar um fato novo.

Havia, na casa, a recomendação paterna de que os filhos não deviam conversar na mesa, à hora das refeições. Mas o garoto, naquele dia, insistia na indisciplina.

— Papai...  
— Cale a boca, Joãozinho. Já lhe disse que quando se come não se conversa.

— Mas, papai...  
— Vai continuar? Será que você quer sair da mesa?

Joãozinho não teve outro jeito. Calou-se. E o jantar continuou naquele ambiente severo de mudez severa, já costumeiro no lar de seu Pacífico. Terminada a refeição, o pai voltou-se para o filho:

— Vamos lá, Joãozinho. Pode falar. Que é que você queria dizer ainda há pouco?

O garoto deitou no velho a piedade dos olhos tristes. E explicou:

— Agora num diante mais, pai, Océ já comeu o mosquito que tava na sopa...

É para essa anedota que vou o meu pensamento ao ler, nos

jornais de ontem, a notícia segundo a qual a Segunda Auditoria da Marinha absolveu, por maioria de votos, o ex-deputado Márcio Moreira Alves, enquadrado na Lei de Segurança Nacional pelos discursos que proferiu na Câmara, e dos quais resultou, no governo Costa e Silva, a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968. Entenderam agora os iuizes militares que todos os atos praticados pelo deputado, e pelos quais foi enquadrado na Lei de Segurança, "estavam amparados pelas imunidades que a Constituição Federal confere aos parlamentares".

Muito bem. Mas que adianta dar a palavra ao Joãozinho depois que seu Pacífico engoliu a mosca da sopa?

Os deputados, os honrados deputados, aliás, Roberto Cardoso Alves, Cunha Bueno, Yukshik Tamura e Israel Dias Novais, foram cassados, na ocasião, porque afirmaram exatamente isso que os iuizes da Segunda Auditoria da Marinha acabam de afirmar, na absolvição do acusado. Nem mais, nem menos.

Achavam eles, na ocasião, que a Câmara não podia conceder licença para que o governo de então o processasse, porque Márcio Alves, ao pronunciar

aqueles discursos, estava fazendo uso de uma prerrogativa que a Constituição da República assegurava, e assegura, a todos os parlamentares, no capítulo das imunidades. Mas o governo de então, calcado no arbítrio, pensou de maneira diferente. Fechou o código da Lei. Atravessou sobre ele a espada da força. Além de outros, cassou esses quatro deputados, dos melhores já passados pelo parlamento nacional — principalmente Roberto Cardoso Alves, cultura de escol, ex-presidente do Partido Democrata Cristão, com raízes na moral cristã, e que se revelava, pelo aprumo das idéias e pelo lastro dos conhecimentos humanos, um dos mais capazes na Câmara daquela hora.

Interrompeu-se, assim, com a injustiça da sua cassação, agora demonstrada pela Segunda Auditoria da Marinha, uma das mais promissoras carreiras políticas desta nação tão carecida de líderes políticos. Ofuscou-se, com um simples traço de pena, na tristíssima gestão de Gama e Silva no Ministério da Justiça, um astro da tribuna parlamentar do País tão necessitado de astros no espaço da sua tribuna parlamentar.

A Israel Dias Novais as urnas de novembro passado já fizeram justiça. A votação que ele teve, após dez anos de alija-

mento da vida política nacional, foi uma resposta incisiva, desagradadora e dura, dada pelo povo, agora, ao despotismo da medida arbitrária que o injustiçou naquela ocasião.

Mas, e os outros que, entre feridos e enojados, se afastaram da política, onde lhe enobreciam os princípios democráticos, que o governo de hoje não só reconhece como exalta? E os outros?

Começou aí, inegavelmente, a derrocada da ARENA verificada agora, nas eleições de novembro, de Norte a Sul do País. Entre os maus, cassou-se, sem mais esta nem aquela, uma infinidade de parlamentares bons, aos quais não se deu, sequer, o direito de defesa.

A Segunda Auditoria da Marinha, absolvendo, agora, o deputado Márcio Moreira Alves — causador de toda a bagunça que se processou no coreto da República naquela hora — vem provar que o Ato Institucional nº 5 era absolutamente desnecessário e que a cassação dos quatro deputados paulistas foi decepcionantemente injusta.

Estou mentindo, Terta?

(Transcrito do "Diário do Povo" (Campinas, SP), de 21/2/75)

## Verinha e estórias infantis e o desenvolvimento emocional da criança

É...  
A DELIQUENCIA JUVENIL.

E A PROSTITUIÇÃO DE ADOLESCENTES?

A EXPLORAÇÃO SALARIAL DO MENOR?

ARRANJEM OUTRO...

AQUELE WAIT DISNEY JÁ NÃO FAZ EFEITO!!

O REMÉDIO MAL...

ENQUANTO A CULTEVA A INGENUIDADE INFANTIL

SOLAPANDO A CRÍTICA E A CRIATIVIDADE DA CRIANÇA

HA' SEMPRE UM WILSONHO CAMPOS QUE APRENDE

AS VERDADEIRAS REGRAS DO JOGO!!

CADE A LIBERDADE?

WAGNER

# IMPRENSA: A ESPERA DA MORTE

Jornalistas, gráficos e outros funcionários estão há mais de quatro meses sem receber seus salários e a maioria foi demitida sem receber as indenizações a que tem direito nem os salários atrasados. Mais uma vez o Diário de Notícias, um dos mais tradicionais jornais brasileiros e em certa época o mais prestigiado do país, entra em agonia lenta. Quem começou a destruir o Diário foi o próprio herdeiro de seu fundador (Orlando Dantas), que em poucos anos de irresponsabilidades e incompetência liquidou o fantástico patrimônio material e moral do jornal.

Agora, depois de algumas peripécias nunca bem explicadas, que vai do ministro Delfim Neto ao grupo TAA, quem está segurando a vela do Diário é esse pitoresco Olympio Campos. Para se salvar do naufrágio, simplesmente bolou esta coisa que tem toda pinta de mafiosa: fundou uma nova empresa para quem quer passar o título do Diário de Notícias e logo em seguida requerer a falência da S.A. Diário de Notícias. Um golpe sujo que prejudicará centenas de jornalistas e gráficos, inclusive já demitidos, que não teriam, assim, qualquer chance de receber seu dinheiro.

É o que resta do Diário de Notícias que, a exemplo de jornais como o Correio da Manhã, O Jornal, entre muitos outros que já fecharam, está a beira da ruína. Esta é uma imagem da imprensa brasileira, que está morrendo. E com ela um mercado de trabalho e seu profissional.

Há cerca de duas semanas a redação do Diário de Notícias, tradicional órgão da imprensa carioca que se tornou respeitável, em anos passados, por sua penetração maciça nos meios militares e estudantis bem como pela defesa intransigente dos interesses nacionais, foi transferida do prédio do jornal, na rua do Riachuelo, 114, para a sede da gráfica Idéia Nova, na rua Sotero dos Reis 62, onde o jornal passaria a ser impresso.

Todo o pessoal gráfico da oficina entrou em férias coletivas e passou à disposição do Departamento Pessoal, à espera de uma solução para seus casos: demissão para os não estáveis e acordo de rescisão de contrato para os que, com mais de 10 anos de casa, não poderiam ser demitidos.

Para o atual proprietário, Olympio Campos, a medida significou apenas economizar: a folha de pagamento da oficina era mais cara do que pagar a outra gráfica a impressão do jornal, hoje circulando só com 12 páginas. Na verdade, porém, ela espelha a situação caótica a que chegou a empresa depois de algumas administrações não só incompetentes como também fraudulentas, cuja situação, se o governo se dispusesse a investigar, poderia vir a ser bastante comprometedoras.

A história do Diário de Notícias divide-se em duas fases distintas: antes e depois de Orlando Dantas, seu fundador. Homem de visão jornalística e empresarial, conseguiu fazer de seu jornal talvez o mais importante de sua época, especialmente na segunda metade da

década de 30 e na década de 40 com campanhas em defesa dos interesses do país, das quais um exemplo foi a batalha pela criação da Petrobrás, nos idos de 50.

Com sua morte, em janeiro de 1953, terminou também a fase áurea do Diário. Seu filho, João Dantas, que o sucedeu, era um homem vaidoso e ambicioso, sem nenhuma visão jornalística ou administrativa e que passou a fazer do jornal um mero veículo de suas vaidades. E enquanto ele viajava pelo mundo afora gozando as delícias de sua irresponsabilidade, muitas vezes inclusive a serviço do governo brasileiro, o jornal ia se definhando. Acabaram-se as campanhas, nacionalistas e populares, o Diário deixou de ser informativo e acabou se transformando em um jornal de segunda classe, quase sem leitores.

Destes restou apenas o mito de que os leitores militares se mantinham fiéis graças à coluna «Militares» que até hoje é publicada com noticiário enviado pelo exército, marinha e aeronáutica. Entretanto, a própria vendagem do jornal — em torno de quatro mil exemplares — desmente esse mito.

Em sua administração começou o rosário de incompetências que marcou a vida do Diário desde então. Ele herdou a empresa do pai sem um tostão de dívidas e com um patrimônio invejável: um prédio de sete andares todo pago, na rua do Riachuelo, dois terrenos em pleno centro da cidade, na rua do Lavradio; rotativas modernas (na época) inclusive para im-

pressão a cores e contratos de publicidades milionários, sem falar na força política do jornal.

Dezesseis anos depois, em 1969, esse formidável patrimônio material e moral estava em plena bancarrota: dívidas no valor de Cr\$ 7 milhões, a sede da Rua do Riachuelo — e os dois terrenos da Rua do Lavradio e da Rua da Relação penhorados, bem como as máquinas rotativas, salários seis meses atrasados, várias ações na Justiça do Trabalho e nenhuma receita publicitária ou de venda avulsa.

Sua morte estaria decretada se não fosse o socorro que recebeu do governo, patrocinado pelo então ministro Delfim Neto. Para isso, no entanto, o governo exigiu a saída de João Dantas, conservando-o num cargo meramente decorativo. Sob a supervisão do assessor direto de Delfim, Gustavo Silveira, assumiu a superintendência o ex-jornalista (inclusive do próprio Diário) Sérgio Nóbrega de Oliveira e atual funcionário do Banco do Brasil.

## O empréstimo que "não houve"

Assumindo Sérgio Nóbrega, a mando de Delfim — não se sabe por interesse de que grupos mas é certo de que os havia —, o jornal colocou os salários atrasados em dia, mas as ações na Justiça do Trabalho não só continuaram como se multiplicaram.

Aliás, foi na administração de Sérgio Nóbrega — ou de Delfim — que começaram a ocorrer fatos estranhos. Um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares foi con-

seguido junto a um banco de Londres, com aval da Caixa Econômica Federal e, apesar de a administração ter alegado, posteriormente, ter pago salários e outras dívidas com ele, até hoje a contabilidade do jornal não acusa a entrada do dinheiro.

Por fim, quando a administração Delfim Neto entregou o jornal ao grupo TAA, dirigido pelo deputado Ricardo Fiuza, os quase Cr\$ 7 milhões de dívidas haviam se transformado em cerca de 40, em números redondos, de acordo com estimativas, porque o jornal há cinco anos que não apresenta os balanços exigidos por lei.

A história do empréstimo de Londres, sobre a qual há muitas versões, nenhuma delas convincente, bem pode dar uma idéia da maneira como se utilizou o jornal durante a administração. É pena o então ministro Delfim Neto, hoje embaixador em Paris, ter escapado impune dessa aventura, porque se fossem determinadas investigações ele teria muita coisa para contar, mesmo de dentro de suas atuais imunidades diplomáticas.

Comprar uma empresa aerictária, dependendo das condições, muitas vezes foi negócio até mesmo rentável para um grupo econômico, pelas descargas que possibilita no imposto de renda do grupo proprietário. E foi assim, ao que tudo indica, que o grupo TAA, responsável por cinco empresas imobiliárias, adquiriu, em fins de 1972, o controle acionário da S/A Diário de Notícias, à família Dantas, pagando 500 mil cruzeiros por ações que, seis anos antes, haviam sido avaliadas em Cr\$ 6 milhões.

## Novas dívidas e negociações

A administração do deputado Ricardo Fiuza, que assumiu pessoalmente a direção do jornal, novamente teve que colocar os salários em dia, deixados em atraso pela administração Sérgio Nóbrega/Delfim, mas a inexistência de grandes esforços — e investimentos — para recuperar o jornal deixou claro que os motivos que levaram à compra do jornal não eram exatamente jornalísticos.

A decadência do jornal prosseguia. Em agosto do ano passado Fiuza resolve passar o jornal para Olympio Campos, atual proprietário: os Cr\$ 40 milhões de dívidas já haviam se transformado em mais de Cr\$ 60 milhões, além de outras negociações que incluíam a venda dos dois terrenos que a empresa possuía na Rua do Lavradio e na Rua da Relação.

Em editorial publicado no dia 25 de agosto do ano passado, sob o título «Manobras Envolvem o Diário de Notícias» o jornal O Estado de São Paulo denunciou a operação como uma maneira de "isentar o grupo TAA da responsabilidade do pagamento do passivo do Diário de Notícias", pelo o que o grupo "se comprometeu a pagar 10 milhões de cruzeiros a Olympio Campos, em 54 parcelas, para que ele fique com o Diário de Notícias e assumia a responsabilidade por dívidas que chegam a 63 milhões de cruzeiros".

Foi o Estado, que denunciou, no mesmo editorial, a venda dos terrenos das ruas do Lavradio e da Relação. "Esses terrenos foram vendidos pelo Diário de Notícias, ao tempo em que era dirigido por Ricardo Fiuza, à empresa Imaco, do próprio Ricardo Fiuza, pela importância de Cr\$ 2.015.951,70, embora estivessem hipotecados ao INPS e à Caixa Econômica Federal".

E cita, como prova, a certidão de escritura de compra e venda dos mesmos registrada no livro 2.367, às folhas 63, do Cartório do 1º Ofício de Notas da Justiça do Estado da Guanabara. Inclusive os detalhes, contando que os Cr\$ 2.015.951,70 recebidos pelo representante do Diário de Notícias (Ricardo Fiuza) foram transferidos imediatamente ao representante do INPS "a quem o Diário de Notícias continuou a dever Cr\$ 12.864.835,39, de acordo com o livro 2.367, folhas 59, do mesmo Ofício de Notas, relativos a dívidas de previdência social. O INPS, no ato, deu quitação da importância recebida e autorizou o levantamento da hipoteca constituída, em seu benefício, sobre os imóveis vendidos".



Orlando Dantas: com sua morte começa o fim do Diário



Chatô com sua morte começa o fim dos Associados



Niomar: o Correio começou a morrer em suas mãos

Entre as irregularidades citadas pelo Estado e que levaram o Registro Geral de Imóveis, Cartório do 8º Ofício da Justiça do Estado da Guanabara a indeferir - segundo o Estado - o pedido da Imaco para que os imóveis da rua da Relação e rua do Lavradio fossem inscritos como de sua propriedade estão: "1) Os imóveis da rua do Riachuelo nº 114/116 (sede do Diário de Notícias), rua da Relação, 16 e rua do Lavradio, 80 estão hipotecados em favor da Caixa Econômica e do INPS; 2) Falta a confrontação dos terrenos; e 3) Faltam averbação e demolição do prédio de construção iniciada e abandonada na rua da Relação, 16 e 18, onde o Diário de Notícias pretendia construir sua nova sede.

Além disso, "a doação do jornal, por parte de Ricardo Fiuza,

a Olympio Campos, não está registrada na Junta Comercial do Estado da Guanabara, porque há cinco anos o Diário de Notícias não apresenta os balanços exigidos por lei. Ricardo Fiuza contratou uma firma de auditoria para colocar em dia a escrita do Diário de Notícias, mas não conseguiu a assinatura de Euclides Duarte Gaspar, ex-diretor financeiro do jornal, que foi o representante da Imaco na compra dos terrenos da rua da Relação e rua do Lavradio."

Assim foi que, "sem conseguir registrar o termo de doação", acrescentava o Estado, "Ricardo Fiuza, que pagou Cr\$ 10 milhões a Olympio Campos para que assumia todas as responsabilidades do jornal, ainda não conseguiu assegurar sua impunidade diante dos credores. Além disso, Ricardo Fiuza

está, hoje, nas mãos de Olympio Campos, que poderá sempre exigir novas somas de dinheiro para "recuperar o jornal".

Em carta dirigida ao Estado, publicada naquele jornal no dia 30 de agosto do ano passado, Ricardo Fiuza negou o pagamento dos Cr\$ 10 milhões e a Olympio Campos revelou a existência de um contrato de compra e venda do Diário de Notícias "à disposição de V.Sa", no qual poderá ser constatado que "não o doe, mas o vendi por Cr\$ 13 milhões e 500 mil, pagáveis em 54 vencimentos mensais de igual valor, garantidos por notas promissórias".

Fiuza afirma também que as dívidas da empresa, "na data em que realizei a transação, nem de longe se aproximavam dos Cr\$ 63 milhões", negando

ainda ter sido representante do grupo TAA à frente do jornal.

Por sua vez, Olympio Campos publicou editorial no Diário de Notícias (transcrito no Jornal do Brasil a 29 de agosto) também considerando as dívidas "muito aquém dos Cr\$ 60 milhões apregoados" e denunciou a "parcialidade" da denúncia. Mas uma nota da redação (do Estado) publicada logo abaixo, não só reafirma as denúncias como cita um dado "bastante significativo revelador da irregularidade (sobre a exigência legal do arquivamento da transferência do controle acionário".

#### Um atentado

#### ao profissional

A experiência jornalística de Olympio Campos inclui uma passagem pela Tribuna da Imprensa, de onde foi demitido em



Olympio Campos: um "golpe de mestre" no pessoal do Diário



João Dantas: em poucos anos destruiu o Diário

1966, e a tentativa de lançar um jornal próprio - Edição Final - que durou 45 dias, em 1967. Sua passagem pelo Diário de Notícias (sua terceira experiência, portanto) pode ser avaliada por fatos concretos e reais. Quando assumiu o jornal, encontrou uma redação bem montada e cara. Então - e nisso apenas se resume o aspecto positivo de sua gestão - era preciso reduzir os custos, coisa que nenhuma administração havia feito, anteriormente.

Vieram as listas de demissões, várias delas. Repórteres, redatores e até mesmo os editores foram sendo demitidos, sem receber sequer os salários atrasados. Aqui começa a má fé. Reduzir os custos é uma opção empresarial correta e a demissão um recurso válido. Mas, não pagar, isto já é fraude.

E os demitidos, centenas deles, não tiveram outra opção senão recorrer à Justiça do Trabalho, onde os processos chegam a demorar anos para chegar à execução de uma sentença. Além disso, a situação era "sui generis": não adiantava executar, que o Diário não possuía mais nada de seu. O prédio da Rua do Riachuelo há muito estava hipotecado, os terrenos da Rua da Relação e do Lavradio - também hipotecados - já haviam sido vendidos, as rotativas idem (inclusive uma delas foi desmanchada e vendida como sucata, irregularmente, apesar de penhorada), os carros também, as linotipos, máquinas de escrever, tudo estava vendido.

A única opção era penhorar os contratos de publicidade, mas como estes já não mais existiam, não havia o que pe-

nhorar. Assim, há um sem número de credores - afora o governo - que não tem como receber seu dinheiro.

O que não se sabe é como Olympio Campos consegue se manter ileso, ante todas essas irregularidades e outras mais. Em setembro e outubro do ano passado, chegou a pagar toda a oficina, serviços gerais e parte da redação com cheques sem fundos e não teve sequer encerrada a conta bancária. Assim como nenhum funcionário mesmo depois de demitido, protestou o cheque ou tentou executá-lo pela Delegacia de Defraudações.

Para os funcionários, por todas essas peripécias, Olympio é, hoje, uma espécie de mito. Apenas alguns conseguem odiá-lo, enquanto a maioria o considera um maluco cujo lugar não seria o Diário de Notícias ou a cadeia, mas sim o Pinel. Enquanto isso, os fatos continuam a ocorrer. Novos cheques sem fundos - agora mesmo depois de finalmente a conta encerrada - mas a todos ele consegue driblar. Há inclusive funcionários, alguns demitidos e outros ainda trabalhando, que tomam o caminho errado para resolver seus problemas: vão ao comandante do 1º Exército mas de lá são encaminhados corretamente, para o Ministério da Justiça. O assunto, levado a Brasília, ficou de ter uma solução num prazo de 15 dias. Isso há mais de um mês atrás e até agora nada.

Por fim, depois de acabar com a oficina, colocando a à disposição do Departamento Pessoal para futuros acordos, Olympio pretendia como ainda pretende, transferir o título do Diário de

Notícias para uma nova editora, da qual não participaria inicialmente, ficando ela com a responsabilidade pela circulação do jornal, enquanto ele, Olympio, pediria, mais tarde, a falência da empresa S.A. Diário de Notícias, livrando-se do passivo que ameaça levar o jornal à falência.

A idéia chegou a ser comunicada oficialmente aos empregados da casa, levando alguns deles, que reclamam direitos trabalhistas na Justiça, a informarem a seus advogados, que já pediram - e ao que parece obtiveram - a penhora do título até a solução de suas reclamações.

Mesmo assim Olympio Campos ainda pretende levar a idéia adiante, lesando funcionários com anos e anos de casa e o próprio governo, que por lei é o credor prioritário do jornal, em caso de falência. Isso porém, se não obtiver êxito uma tentativa do Sindicato dos Gráficos de provocar uma sindicância, a nível de governo, a qual envolveria as administrações anteriores - Sérgio Nóbrega e Ricardo Fiuza. Ou se o governo não decidir tomar uma providência para salvar cerca de 800 famílias que dependem da sobrevivência - e dos salários que não estão sendo pagos - do jornal.

#### Censura e erros destroem imprensa

Mas o Diário de Notícias não é um caso isolado, é apenas o mais recente. A história do jornalismo brasileiro está repleta de casos idênticos - ou quase - sendo que num período de mais ou menos 15 anos fecharam no Rio nada menos que: Diário

Carioca, O Mundo Ilustrado, Edição Final, O País, Política (semanário), Fato Novo (semanário, que era editado em São Paulo mas impresso no Correio da Manhã, no Rio), Diário da Noite, O Sol e, mais recentemente, O Jornal e Correio da Manhã.

Sem falar nos menores como os semanários Semana Sul, Shopping News e A Carapuça (este, de sátira política, editado por Sérgio Porto), além de outras revistas como a Civilização Brasileira e Argumento. E sem falar na TV Continental e TV Excelsior ou na situação de penúria em que se encontram os demais órgãos de imprensa carioca (exceção a O Globo, Jornal do Brasil e O Dia / A Notícia), além do Diário de Notícias, como o Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Luta Democrática, a revista O Cruzeiro, TV Tupi e TV Rio.

Dos pequenos, o único que continua resistindo a tudo e a todos é a combativa Tribuna da Imprensa que, apesar de sua pequena tiragem, se impõe por sua linha política corajosa e consegue ser lida por um grande número de pessoas, apesar de toda a censura.

Várias foram as causas que levaram ao esvaziamento e à perda de importância do jornal, em particular, mas em praticamente todos os casos, no Brasil, o problema administrativo tem sido um dos mais sérios. É bem verdade que, com o advento da televisão, o jornal perdeu muito de sua força como veículo de publicidade, sua maior fonte de renda. Chegou-se a temer pela sorte da imprensa escrita, mesmo porque havia outros fatores

importantes como o encarecimento dos custos (papel, mão de obra etc), os cortes nas verbas das agências de publicidade, o fim do subsídio (o papel já não era mais subvencionado pelo governo), a censura e o consequente esvaziamento da imprensa.

Tudo isso aliado a uma tendência universal de concentração de capital e de recursos, levou ao fechamento de várias empresas, no Brasil. Entretanto, repita-se, a falta de visão empresarial talvez tenha sido o fator mais importante. Jornal, no Brasil, sempre foi uma espécie de fazenda industrial, uma empresa de família onde imperava a mentalidade do fazendeiro. Era o jornal da família Dantas, da família Sodré, da família Mesquita, da família Chateaubriand, da condessa (Pereira Carneiro).

A não ser O Estado de São Paulo, hoje ainda uma empresa sólida que não faz concessões de qualquer ordem, todos os demais que não procuraram se transformar em uma empresa integrada, dominando outros órgãos de informação como TV, rádios e revistas acabaram em situação difícil. O próprio Jornal do Brasil chegou a essa conclusão e está se preparando para lançar seu próprio canal de TV, sem o que não terá condições de competir com seu hoje principal concorrente, O Globo, e acabará passando para um plano inferior. Mas mesmo o JB está passando por forte crise financeira, o que já provocou, duas ou três vezes, demissões em massa na redação.

A cadeia dos Diários Associados acabou vítima de seu pró-

# BANCO DA AMAZÔNIA LESA APOSENTADOS

prio gigantismo sem que seus proprietários tivessem capacidade para administrá-la, principalmente após a morte de seu fundador, Assis Chateaubriand, deixando que veículos como o Cruzeiro, que já foi uma revista rentável, ou a TV Tupi, que já foi absoluta há não muitos anos, perdessem toda a sua significação dentro da imprensa brasileira, ou O Jornal - que era a menina dos olhos de Chatô - fechasse as portas.

Sem estrutura administrativa, os jornais pequenos sobreviveram às custas de campanhas, graças às quais conseguiam manter uma vendagem razoável e, conseqüentemente, alguns anunciantes. Com o advento - e depois o archo, em 1971 - da censura, cobertura política acabou e os jornais perderam seu poder de pressão política, e se esvaziaram.

Um exemplo disso é o Correio da Manhã. Talvez o jornal mais importante do país durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, o Correio, de linha liberal, marcou sua presença nos principais acontecimentos que envolveram o País, nas últimas décadas. Depois de se engajar num movimento anti-Jango, às vésperas de 31 de março, com os editoriais "Basta!" e "Basta e Fora!", o jornal não vacilou em atacar a tendência imposta pelo movimento militar, após o AI-1.

Daf, passou a perder posições, até reequilibrar-se, em 65/67, quando reassumiu sua posição de órgão liberal democrático do país, até que, antes da decretação do AI-5, em novembro de 1969, foi invadido pela polícia e seus diretores, Niomar Moniz Sodré e Osvaldo Peralva acabaram presos.

As pressões sobre o jornal, por parte do governo, eram muitas e Niomar, que já não tinha nenhum tino administrativo, teve como única solução arrendar o jornal ao grupo da hoje falida Construtora Metropolitana, encabeçada por essa figura mafiosa que se chama Maurício Alencar, que a exemplo do que fizeram as administrações posteriores a Orlando Dantas, no Diário de Notícias, liquidaram praticamente o jornal.

Findo o contrato de arrendamento, Niomar negou-se a receber o jornal dos arrendatários, por estar - ao contrário do que rezava o contrato de arrendamento - cheio de dívidas, inclusive, com o INPS, Fundo de Garantia, cerca de 30 reclamações na Justiça do Trabalho etc.

Entregue a jornal por parte dos arrendatários e não recebido por Niomar, o Correio acabou fechando suas portas, enquanto várias ações estão tramitando na justiça comum contra os arrendatários.

Da história do Correio da Manhã para a do Diário de Notícias diferem apenas os detalhes, porque em ambas estão presentes as administrações incapazes ou fraudulentas. O Correio está fechado e até hoje seus funcionários - ainda credores - não receberam seus direitos.

O Diário, ainda está funcionando (embora precariamente), à espera de que o governo se sensibilize dos problemas sociais que ali estão sendo criados e determine uma intervenção para por fim aos desmandos e às irregularidades.

Somente assim estará agindo pelo bem-estar da coletividade. Cumprindo com seus objetivos maiores.

ANTONIO RODRIGUES

O Banco da Amazônia S.A, desde maio de 74, está em litígio com um grupo de aposentados, que reivindica a preservação de seus direitos, que têm sido sistematicamente negados pelo Basa. O banco tem se recusado a incluir as gratificações funcionais como parte de seus proventos, o que vai de encontro a Súmula nº 207 do Supremo Tribunal Federal que determina: "As gratificações habituais, inclusive a de Natal,

consideram-se tacitamente convencionadas integrando o salário."

Com o objetivo de esclarecer o conflito trabalhista entre os aposentados e o Basa, e quais as reivindicações dos aposentados, Crítica ouviu a opinião de Hely Soares Barata, porta-voz da comissão dos aposentados. Aqui ele relata todo o problema e quais as medidas que adotaram e adotarão para sanar com tais irregularidades.



Sussekind: "cochilo leva à infelicidade jurídica"



Hely Barata: faremos valer nossos direitos



Rangel Reis: um referendo equivocado

C - Quais as origens do conflito entre o Basa e seus funcionários aposentados e quais as razões por ele alegadas para justificar as medidas que vocês consideram lesivas aos seus interesses?

HB - Segundo o aspecto legal da situação pode-se dizer que há um conflito entre Basa e seus aposentados. Mas é necessário destacar que tal conflito foi provocado pela diretoria presidida pelo Sr. Jorge Babot Miranda, e como este já se afastou e proximamente outros elementos, responsáveis por tudo quanto tem sido feito, também poderão ser substituídos.

Desse modo não excluímos a possibilidade de serem reexaminadas as modificações introduzidas nos Estatutos da Caixa de Assistência e Previdência aos Funcionários do Banco (CAPAF), restabelecendo-se, assim, os direitos dos funcionários aposentados. Se prevalecer o bom senso e o ministro do Interior for convenientemente informado das coisas, acreditamos que o banco ainda poderá evitar novas demandas trabalhistas por parte de outros grupos de aposentados em mais de 10 capitais e cidades onde há agências do estabelecimento e cujo desfecho, com certeza, será inteiramente desfavorável.

C - Qual a situação jurídica da Caixa?

HB - Até agora ela ainda não se constituiu em pessoa jurídica de direito privado, mas mesmo que isso venha a ser feito, jamais poderá alterar os direitos e obrigações resultantes de sua existência como simples dependência ou órgão previdenciário do banco.

C - Quais foram as razões alegadas pelo Basa?

HB - A diretoria do banco nunca deu a menor satisfação a nenhum dos contribuintes da Capaf. Aliás, nas condições em que a caixa vive até hoje, isso pouco interessa, uma vez que o banco responde inteiramente por ela. O banco sempre a administrou sem dar a menor satisfação aos funcionários contribuintes.

Só que o banco não poderia alterar para nós, aposentados, as regras estabelecidas, reduzindo quaisquer vantagens asseguradas até então. E não somos nós quem isso estabele-

ce. É a súmula nº 51 da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, que assim dispõe: "As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento."

C - Qual a posição assumida pelo ministro do Interior diante do conflito?

HB - É natural que o ministro não conheça e talvez não tenha tempo para estudar a situação de nossa Caixa. A diretoria do Basa promove estudos, chega a determinadas conclusões e as encaminha ao ministro, que as aprova. Se a diretoria do banco toma uma orientação ou decisão errada, o ministro não tem outra alternativa senão referendar equivocadamente.

Vale lembrar que, pelo menos duas vezes, o ministro modificou suas decisões a respeito da Capaf, em conseqüência de esclarecimentos prestados pela comissão dos aposentados. Essas reconsiderações permitiram que fossem pagos os pecúlios especiais (gratificações semestrais) devidos e cujos pagamentos eram negados pela diretoria do banco.

Achamos, com todo o respeito que nos merece o ministro Maurício Rangel Reis, que deveria ouvir os representantes dos funcionários aposentados, antes de tomar decisões que viessem a suprimir vantagens adquiridas na vigência de contrato de trabalho. Principalmente porque, como é evidente, nas duas vezes anteriores em que se baseou nas informações exclusivas da diretoria, depois de esclarecido, teve de alterar suas decisões, para fazer justiça.

Vale salientar que as modificações que o banco introduziu nos Estatutos da Capaf e referendadas pelo ministro do Interior, não se respaldam em nenhuma lei, mas em simples portarias ministeriais.

C - Financeiramente, como está a Capaf?

HB - Como já foi dito, sua situação sempre foi mistério para os contribuintes. O banco sempre a administrou e os seus recursos eram, conseqüentemente, incorporados ao giro do banco. Os associa-

dor jamais viram um balanço ou mesmo um simples demonstrativo das disponibilidades da Capaf. Somente em agosto de 1972 é que o banco, através de seu jornal interno, «Basa Hoje», informou alguma coisa sobre ela. Nessa oportunidade, o jornal só fez demonstrar sua pujança econômica.

Dizia uma das notícias: "A Capaf, constituída exclusivamente de funcionários e ex-funcionários do Basa, conta no momento com 2.818 associados, dos quais 300 já usufruem dos benefícios previstos. Além do mais, presta a caixa, também benefícios aos dependentes de 170 funcionários falecidos. Saliente-se, também, que a Capaf é hoje um dos cinco principais acionistas do Basa, com recursos aplicados na aquisição de ações na ordem de Cr\$ 1.052.900,73."

Em abril de 73, através da cartacircular nº 2.760, a diretoria assim determinava: "Assunto: Estímulo à aposentadoria e a acordo para rescisão de contrato de trabalho.

a) instituir sistema especial de estímulo à aposentadoria e acordo para rescisão de contrato de trabalho, a vigorar somente durante o exercício de 1973;

b) fixar as seguintes vantagens para estimular a aposentadoria dos funcionários que em 31/12/73 tenham completado o tempo para isso há mais de 60 dias dentro dos critérios abaixo e desde que o desligamento se efetive até 90 dias após a data desta resolução:

1) promoção à categoria imediatamente seguinte, desde que a aquisição regulamentar desse direito esteja prevista para 31/12/73;

2) quinquênios vencendo até 31/12/73;

3) liberação dos recursos do FGTS contabilizados até a data do desligamento em nome dos não optantes, etc etc..."

C - Qual a razão para essa mudança?

HB - É contrastador notar que, enquanto acenava com vantagens extra-regulamentares para os servidores, o Basa já vinha há algum tempo, tramando a derrocada da Capaf ou sua extinção pura e simples. Tanto que o Dr. Arnaldo Wald, em um parecer, fornecido ao

banco, demonstrava a ilegalidade dos atos de Babot Miranda. As considerações de seu parecer debitam às decisões tomadas no passado pelas diretorias do banco, em relação à Capaf, três erros legais: inconstitucionalidade, incompetência e desvio de poder.

Na opinião de Arnaldo Wald, a nulidade daquelas decisões poderá ser postulada em ação judicial especificamente proposta para esse fim.

Como prejudicados procuramos o ex-ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind e o professor Délio Maranhão, eminentes mestres em direito trabalhista, que em parecer, já em nosso poder, qualificam as afirmações do Dr. Wald "de uma tal infelicidade jurídica" que não podem ser atribuídas senão a um cochilo: "Quandoque bonus dormitat Homerus".

C - Qual é a situação financeira do banco?

HB - A situação, segundo seus balanços, é ótima - um lucro líquido na ordem de Cr\$ 86.000.000,00. Isso é bom, porque se o banco vai bem sua Caixa também, assim estará em condições de satisfazer suas obrigações, já que de nossa parte como contribuintes, sempre cumprimos a nossa. Os lucros do banco cresceram tanto que a atual diretoria conseguiu várias melhorias financeiras para si: aumento de diárias, pagamento (pelo banco) dos alugueis de suas residências, crescimento de sua participação no lucro líquido. Portanto, não é justo que, através de medidas ilegais, reduza os proventos dos aposentados em cerca de 40%.

C - Há outras irregularidades a mais?

HB - A atual diretoria, presidida por Jesus Penha, ao alterar o artigo 33 dos Estatutos do banco, contabilizando a gratificação dos funcionários como custo administrativo, passando a ser considerada como parcela do lucro líquido. Essa modificação envolve profundos interesses dos funcionários. A diretoria pretende descaracterizar as gratificações semestrais funcionais, como parcela integrante dos salários percebidos pelos mesmos.

Essas gratificações fazem parte de nossos salários e faremos valer nossos direitos na justiça, antes de 12 de abril deste ano, antes que invoquem a prescrição bienal. Por outro lado, procurando prejudicar nossos direitos, a diretoria, no caso da classificação contábil das gratificações, acabou engordando um pouco mais sua própria participação de 3% no lucro líquido. Se as gratificações saem como despesas operacionais, o lucro diminui; se integram o líquido, este fica aumentado. Em 1971, por exemplo, a diretoria recebeu Cr\$ 510.000,00 de participação; já em 1974, a participação subiu para Cr\$ 950.000,00, com um aumento de, praticamente, 100%.

Até agora, por uma série de motivos, estivemos calados, mas ninguém pense que temos o nariz furado...

ANTONIO LUIZ

# ARGENTINA: "ENFRENTAMIENTO" CHEGA MAIS CÊDO

Os últimos acontecimentos argentinos, com o poder político-militar centralizado nas mãos de Lopez Rega e das forças armadas, mais o reconhecimento oficial de que existem guerrilhas e zonas liberadas nas províncias de Tucuman, Catamarca, Salta, Santiago del Estero, Jujuy e San Juan, parecem indicar que a situação política do belo país platino marcha para a guerra civil.

Os constantes distúrbios emocionais de Isabelita, a ponto de ter chorado diversas vezes em público, as disputas cada vez mais acirradas pelo poder entre Rocamora, Lopez Rega e Lorenzo Miguel, não só impossibilitam qualquer alternativa política "moderada" por parte de alguns setores peronistas, como aceleram a decomposição do poder peronista de Isabelita e Lopez Rega, ao mesmo tempo em que transferem para os militares as tarefas do poder.

No meio das lutas palacianas, entre "moderados" e duros, o movimento justicialista se vê paralisado e sem forças para ser aquilo que Evita Peron desejava, "ser um instrumento de conciliação entre o capital e o trabalho". Para os militares, que se sentiam órfãos do poder desde o "Gran Acuerdo Nacional" de Alejandro Lanusse, essas disputas são benéficas, pois provocam a paralisação política do país e servem como instrumento para um maior esvaziamento do poder civil.

O crescente aumento da luta guerrilheira em quase todas as províncias argentinas, principalmente naquelas que oferecem, por suas topografias, condições para a criação de refúgios naturais, como Jujuy, Tucuman, Catamarca, Mendoza e Santiago del Estero, demonstram claramente que as organizações esquerdistas estão dispostas a tentar solucionar pelas armas os graves problemas que afligem o povo argentino.

### Sindicatos x governo

A grande luta que está sendo travada entre Lorenzo Miguel, o todo-poderoso dirigente da CGT e dos setores mais direitistas do sindicalismo peronista, e o ministro Alberto Rocamora, do Interior, na verdade reflete os objetivos políticos de Lopez Rega, que utiliza Miguel como um ariete contra Rocamora, que é tido como um moderado. Para "El Brujo", o afastamento de Rocamora e a indicação de alguém mais dócil seria a melhor coisa que poderia lhe acontecer, pois assim ficaria livre para governar com os militares.

A desgraça de Rocamora se tornou maior quando expressou suas dúvidas quanto a eficácia da luta anti-subversiva, e na total transferência de poder feita por Isabelita. Para os militares, que há muito o viam com suspeição, tais fatos foram sintomas de sua "convivência com o esquerdismo terrorista". Sua situação se agravou ainda mais quando manifestou publicamente seu total desagrado ante as intempestivas e "divinas" declarações de Lopez Rega, que se dizendo quase um enviado de Deus, pregou uma matança generalizada.

A grande dificuldade encontrada por Lorenzo Miguel e Lopez Rega no que se refere ao movimento sindical está no fato de que embora controle uma poderosa parcela dos sindicatos e enfeixem, formalmente, o po-



A zona conflagrada: a seta indica o local do "enfrentamiento"

der da CGT, não têm a menor influência nas centrais sindicais regionais de diversas províncias argentinas, como Tucuman, Rosario, Mendoza, Santa Fé, Catamarca e Corrientes. Essas centrais, a verdadeira vanguarda na luta contra o poder militar que foi estabelecido em 1955 e foi destruído parcialmente em 1973, por causa de seu passado de lutas e grande experiência política, mesmo com Perón,

mantiveram-se na oposição aos objetivos conciliadores do governo. E é nelas que as organizações políticas de esquerda que atuam contra Lopez Rega e Isabelita recrutam seus dirigentes e principais lutadores.

Esse movimento sindical, rebelde e sedicioso para os militares e peronistas de direita, vem sendo violentamente golpeado pelo terror. Diversos dirigentes já foram assassinados pela or-

ganização para-militar AAA, uma organização clandestina policial-militar. Mas, mesmo com tais assassinatos, essas centrais sindicais se mantêm na primeira linha de combate ao avanço do direitismo do governo peronista.

As diversas intervenções realizadas nas províncias argentinas, com o afastamento dos respectivos governos, obedeceram a estes objetivos: destruir o poder político independente e evitar o fortalecimento de lideranças peronistas isoladas da Casa Rosada, como Hector Campora. Como os governos provinciais tinham sido eleitos com o apoio das centrais sindicais, era natural que o relacionamento entre eles fosse o melhor possível, o que desagradava e não interessava aos atuais donos da Casa Rosada e do Campo de Mayo. Assim, o afastamento de tais governos foi um fato natural e normal na busca de estabilização da vida política argentina.

### Guerrilha x Militares

O problema guerrilha é um velho problema para os militares argentinos, tanto que o almirante Fernando Alberto Milia, ex-chefe da Casa Militar da presidência da nação, em um artigo intitulado "Conscripción y Guerra Ideológica", publicado na revista "Discusión", de outubro de 74, confessava sua preocupação: a "mal chamada guerrilha, a guerra ideológico-revolucionária veio mostrar as fraquezas do vestuto sistema de conscrição militar". E mais:

"E que esse novo tipo de guerra inverteu o esquema da luta convencional, pondo em primeiro plano o domínio psicológico do inimigo. Os sentinelas que têm facilitado as ações subversivas, são exemplos demonstrativos dos riscos implícitos na constituição de forças para a GR (guerra revolucionária) em base a renovados contingentes, anualmente. ... O corolário lógico do anterior é de que as tropas para a GR devem estar constituídas por soldados profissionais, que possam ser devidamente selecionados. ..."

É evidente que as palavras do almirante Milia, por serem públicas, demonstram claramente que as forças armadas argentinas já tinham adotado as medidas adequadas para a solução dos problemas suscitados no artigo, principalmente no aumento de tropas de elite, tropas de comando altamente profissionalizadas e adestradas para o combate antiguerrilha. Até um determinado ponto, a AAA obedeceu a parte desses objetivos e a alguns exemplos históricos re-



Leandro Anaya: A busca de uma saída honrosa.



Jornal argentino: fase do jornalismo "construtivo e responsável."



Campora: uma alternativa para a Argentina.



Lorenzo Miguel: o cavalo de Tróia de Lopez Rega.

centes, como o grupo Pátria y Libertad, do Chile.

Oficialmente, o primeiro sinal dado pelas autoridades militares argentinas sobre a existência de zonas de guerrilha e zonas liberadas, aconteceu no ano passado, quando numerosos contingentes policiais e militares foram deslocados para Catorce, numa tentativa de sufocar a ampliação dessas zonas. Mesmo com a rígida censura que foi estabelecida na época, as informações que transpiraram, mais o serviço de divulgação do ERP, demonstraram um quadro muito diferente daquilo que foi confessado pelos militares e pelo governo.

Na presente situação político-militar argentina com o recrutamento da luta armada, nas já citadas províncias, o ERP, principal organização clandestina, ao optar pelo aumento de suas operações nessas províncias obedeceu aos seguintes propósitos:

- deslocar o aparato repressor das cidades e com isso evitar a proliferação cada vez maior das ondas de assassinatos, pregadas e defendidas por Lopez Rega como o único "meio de restaurar a paz social no país";

- esticar ao máximo as linhas logísticas e retirar das zonas de concentração operária os grandes contingentes militares, com o objetivo de tornar mais fácil o desenvolvimento da luta política nas cidades e ampliar suas condições de golpear o inimigo com vantagem operacional;

- procurar desmoralizar o aparelho repressor e imobilizar suas forças militares, ao mesmo tempo em que tenta consolidar posições, aprofundar suas ligações com as camadas mais baixas do povo e alicercar o poder de suas estruturas sindicais e de massa.

Como a situação se agrava a cada momento, principalmente pelo desespero militar, pois não conseguem deter e nem evitar a proliferação de zonas liberadas e de conflito, a tendência já expressa, não só por alguns importantes peronistas como o ex-ministro da Fazenda, Gelbard, e políticos da oposição, como Balbin e Manrique, é o retorno ao estado de direito. Entretanto, embora essa tendência tenha até alguns influentes chefes militares a apoiando (Lanusse, Levingstone), a situação interna do país se agrava de tal modo que tudo indica que a guerra civil veio para ficar.

O ministro do Exército, Leandro Anaya, a despeito de ser um discípulo de Lanusse, está tão envolvido com os objetivos fascistas de Lopez Rega e alguns outros comandantes militares que dificilmente conseguirá propor um caminho conciliador. Este seria possível na medida em que Lopez Rega e outros fossem afastados do poder e se possibilitasse o retorno de Hector Cámpora ao país.

O ex-presidente argentino, juntamente com Solano Lima, são as únicas personalidades peronistas que teriam condições de assegurar certo apaziguamento à família platina, por sua grande influência no meio sindical e entre as mais diferentes organizações políticas, inclusive as organizações esquerdistas. Tal possibilidade, porém, é bem remota e tem poucas chances de ser adotada, a não ser que os militares consigam apresentar a derrota antes dela ser efetiva.

PEDRO AYRES

# PORTUGAL E ESPANHA EM BUSCA DO FUTURO

A península ibérica vive, hoje, momentos decisivos para seu destino. Portugal e Espanha, por vias diferentes, marcam um encontro com o futuro. Um futuro que deverá ser, necessariamente, um pouco melhor do que o recente passado de um e o presente do outro. Para os portugueses, os caminhos para o futuro já estão abertos. Aos espanhóis, cabe a abertura desses caminhos. E a ambos caberá a decisão do futuro encontro.



Preparando a população: militares do MFA vão ao campo ensinar o processo eleitoral

Greves econômicas e políticas na Espanha. Militares são presos por defenderem liberalizações. Ministros se opõem a cláusulas restritivas ao direito de greve. Jornais tradicionais, como o ABC, são censurados pelo governo. Donas de casa fazem boicote aos supermercados devido aos altos preços dos produtos à venda. Tais fatos, estranhos para a Espanha que todos estavam acostumados, são sinais de que a Espanha de Lorca, a sonhada por Lorca e Antonio Machado, conseguirá emergir desse longo período de trevas.

Em Portugal, por sua vez, o MFA marcha aceleradamente para recompor o quadro político-institucional, criado após a queda de Marcelo Caetano, principalmente com a finalidade de preservar sua unidade e permitir um maior avanço no processo de democratização do país. O aumento de ministros militares e seu desejo de manter sob controle os Ministérios da Defesa e da Economia, bem como a capacidade de veto aos candidatos à Presidência da República, refletem o interesse do

MFA em evitar que os setores mais direitistas consigam retomar o poder.

Embora, aparentemente, os problemas políticos vividos por Portugal e Espanha sejam distintos, na realidade têm a mesma origem: a longa duração de regimes fascistas, a permanência do subdesenvolvimento e suas arcaicas estruturas sócio-econômicas, o caráter de dependência ao sistema capitalista internacional e à abusiva aliança dos setores econômico-financeiros internos com esse sistema internacional, em detrimento do bem-estar geral de seus povos.

## Perspectivas espanholas

O povo espanhol, pela primeira vez tem um verão só seu. Sem turistas (o turismo caiu 70%) e com o total direito, conquistado por si mesmo, de se reunir nas praças e ruas de Madrid e ficar a bom discutir sobre política e os rumos do país. Sevilha, Barcelona, Valladolid, Bilbao, Málaga, Pamplona e Valência são outras cidades espanholas em que o povo

conquistou as praças e marcha para ampliar essa liberdade.

O governo, cioso da lenda de Franco e de Primo Rivera (um nome que lembra mais um lutador de boxe do que um pensador político), está perplexo e com muito medo. Medo de que na Espanha de Franco aconteçam, ou melhor, repitam-se fatos como os acontecidos na França, em maio de 68, ou o abril de Portugal. E muito perplexo porque a história demonstra que seu poder já está morto.

Fora as naturais inquietações estudantis, principalmente em tantas, estão as greves operárias, como as acontecidas em Astúrias (mineiros), Vigo (metalúrgicos), El Ferrol (estaleiros navais), Barcelona e Bilbao, a brava cidade basca. O movimento operário, devidamente resguardado por suas organizações clandestinas, que solapam e destroem o poder franquista, agora que sentiu a grande força que tem, dificilmente concordará com outra saída que não seja a destruição do poder franquista e a ampliação de seus direitos.

Nos longos e duros 36 anos de ditadura, nunca o generalíssimo Franco enfrentou crise de tais proporções, principalmente com as conotações políticas desta — em que se prega abertamente a destruição desse oligárquico poder. Mas todos os que buscam ver na crise espanhola e na situação portuguesa alguma similaridade, estão enganados. Em Espanha, pela natureza da crise, provocada que foi pelo poderoso movimento sindical clandestino, o desfecho poderá ser outro e terá que ser outro. Posto que essas organizações não aceitarão que um golpe e a restauração da liberal democracia venham a ser o fim dessa luta.

Para o movimento operário espanhol, liderado por revolucionárias organizações sindicais e políticas, a simples destruição do poder franquista não será o suficiente. Assim, quando especulam sobre o major Busquets, um dos oficiais presos, e de suas ligações pessoais com o general Manoel Díez-Alegría, ex-chefe do Estado Maior do exército espanhol, estão querendo ver uma manobra conspirativa e golpista. Ou seja, querem ver no general Alegria o Spínola espanhol e no major, uma espécie de porta-voz do MFA de Espanha. Tais análises, embora, perto do que é a superfície da crise, escamoteiam o primordial papel dessas organizações populares, não porque seja difícil compreender sua importância, mas porque é muito perigoso dizer que o povo pode tudo, até derubar ditaduras.

As constantes manifestações estudantis, principalmente em Barcelona, Madrid e Bilbao, mantêm o governo em permanente estado de sobressalto. Tudo isso, mais o crescente engrossar das ondas grevistas e levadas de protestos contra a violência policial, demonstram que o povo espanhol está firmemente interessado em ingressar no futuro e abandonar esse terrível presente.

## Portugal marca passo

Em virtude da violenta campanha direitista feita pelo Partido Socialista, pelo Partido Popular Democrático e pelo Centro Democrático Social, o MFA decidiu aceitar a tese de sua institucionalização como meio de evitar que haja um certo retorno ao passado. Entre as idéias existentes no meio militar, uma delas parece ganhar corpo — o adiamento das eleições. Para o MFA, preocupado

com o nível de luta que se prenunciava, em que o PSP, o PPD e o CDS pretendiam fazer da campanha eleitoral o instrumento básico para uma pregação anticomunista e na defesa dos interesses capitalistas internos e externos, o adiamento das eleições passa a ser um meio tático de evitar um enfrentamento político prematuro.

O comandante Jesuino Correia, que é tido como um dos mais radicais membros do MFA, atual ministro da Comunicação Social, em sua entrevista a agência ANI, mostrou com uma análise da imprensa estrangeira, quais são os reais problemas enfrentados por Portugal na atualidade, principalmente naquilo que classificou como uma mudança na "atitude de indulgência irônica e ceticismo malévolo por um período de desinteresse relativo em relação a Portugal".

O que segundo o almirante Jesuino Correia, "culmina atualmente com um tom contundente e agressivo, de inimigo para inimigo, e de inimigo que de algum modo se esquece, quando mais não seja pelo exemplo que proporciona, mas pelo possível contágio que provoca". Essas palavras, proferidas por um dos mais novos ministros portugueses, indicam que o MFA tem clareza quanto a seu inimigo principal e quais suas ligações internas com o meio político português.

Desse modo, caso as eleições sejam adiadas e se amplie o poder político e institucional do MFA, os quadros políticos portugueses deverão caminhar para um novo ajustamento. Um ajustamento mais aproximado daquilo que desejam os comunistas e outras organizações de esquerda, que encaram o PPD e o CDS como os novos receptáculos do salazarismo.

As pequenas organizações políticas da esquerda portuguesa, como o MRPP, jocosamente conhecido em Portugal como MRpumPum, não podem ser sistematicamente analisadas como "instrumentos de agitação da CIA", primeiro porque não são isso e em segundo lugar, porque grande parte de seus dirigentes esteve na clandestinidade do regime salazarista lutando de armas nas mãos. É evidente que algumas de suas atitudes, extremamente agressivas para quem lê o noticiário internacional distribuído pelas agências noticiosas estrangeiras (UPI, AP, FP e REUTERS), são reflexos das contradições da realidade portuguesa.

Para essas organizações, o CDS e o PPD não são partidos políticos democráticos, mas meras extensões do salazarismo, tanto que se pode ver em suas fileiras alguns dos antigos áulicos de Marcelo Caetano. A destruição completa e rápida do aparelho de estado salazarista, com a natural demolição do poder econômico-financeiro desse sistema, é para eles, algo que deve ser feito o quanto antes, daí sua natural pressa na consecução desses objetivos.

Assim, a despeito de algumas cassandras, como os salazaristas que vivem no Brasil e de alguns brasileiros, antigos serviços da cruel ditadura portuguesa, o belo país ibérico marcha com intranquilidade, é certo, mas marcha com decisão para o futuro. Um futuro que os levará a se unir com seus irmãos espanhóis na construção de algo bem diferente daquilo que existe em Espanha e daquilo que existiu em Portugal.

P.A.

## O bom começo no Ceará: bem longe de Virgílio

O governador Adauto Bezerra, do Ceará, já formou todo o primeiro escalão de seu governo. As escolhas, de um modo geral, são boas, e refletem, desde logo, a independência com que o novo governador se situou diante da prepotência do pequeno senador Virgílio de Moraes Távora, definitivamente aposentado de uma liderança construída com métodos que não honram a vida pública do Estado e do país.

Dois nomes são particularmente dignos de destaque na nova equipe selecionada por Adauto Bezerra: o prefeito de Fortaleza, Evandro Ayres de Moura, e o chefe da Casa Civil, engenheiro Raul Sá. O primeiro vem da presidência do Banco do Estado, onde exerceu uma administração altamente eficiente e impecavelmente honrada. E a segundo deixa a direção do Camponho de Docas do Ceará, depois de uma gestão assinalada por excepcional dinamismo e por uma correção a toda prova.

Começa bem o governador Adauto Bezerra, que não deve esquecer o exemplo de César Cals: para fazer um bom governo, honesta, limpo e eficiente, no Ceará, a primeira condição é afastar-se de Virgílio Távora e de seus métodos.

## Um bravo pioneiro da Petrobrás

Antonio João de Faria é um autêntico trabalhador da lavoura, com excepcional visão dos problemas referentes ao desenvolvimento do Brasil. Não há quem não o conheça, principalmente no Norte Fluminense.

Antonio João de Faria participou de várias jornadas importantes. Como trabalhador do campo, recebeu a "número um" das trabalhadores rurais, ao fundar o primeiro sindicato de operários rurais, do qual foi presidente quatro vezes. Na mesma região, em Campos, havia organizado, tam-

bém, o Sindicato dos Trabalhadores em Usina de Açúcar, em 1933. Os dois sindicatos sobreviveram, afóra muitos outros estruturados por ele, inclusive cooperativas rurais.

Publicamos, recentemente, um artigo sobre a província petrolífera de Garaupe. Entre os pioneiros regionais, amittimos o nome do tesoureiro do Centro de Defesa do Petróleo, o primeiro instalado no Brasil. Antonio João de Faria, apesar de seus setenta e poucos anos, vigilante autodidata, não permite escapar nada. Reclamou de Crítica:

— Estou velha, não deixo bens pessoais para meus netos, mas quero que eles saibam que descendem de um enxadeiro consciente, sofredor de ameaças por lutar pela Petrobrás.

## Brasil: radiografia de um modelo

O conhecida escritor Nelson Werneck Sodré, velho batalhador das causas nacionalistas e posições políticas de vanguarda, lançou, recentemente, pela Editora Vozes, um excelente livro, «BRASIL: Radiografia de um modelo». O livro, aliás, já havia sido anteriormente lançado na Argentina, com um bom sucesso de venda.

Nesse livro, Nelson Werneck Sodré, fora analisar as questões puramente econômicas do tristemente famosa "modelo brasileiro de desenvolvimento", vê nesse modelo os bases

econômicas do autoritarismo político. "O que define o chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento" não são os índices quantitativos altos — o Kuwait também os apresenta — mas o regime. É o regime que o retrata, fielmente, verdadeiramente".

# ESQUINA



ADAUTO BEZERRA

É bastante salutar que ainda existam pessoas capazes de entender a economia como uma prática política, aliás, uma prática política bem definida e clara. É salutar, porque a maioria de nossos economistas não consegue fazer a menor distinção coerente entre ética e estética. O que no frigidar dos ovos não chega a ser um total desdouro, pois com a proliferação e divulgação sistematizada da mediocridade, ficar nissa é ficar na média.

## Uma boa escolha em Minas Humberto Mota

O jornalista Humberto Mota (coluna econômica do "Estado de Minas") foi convidado para chefiar o gabinete do novo secretário de Planejamento de Minas. Boa escolha.

## Jango: a morte do último Caudilho

Jongo, um dos últimos caudilhos do Rio Grande da Sul, morreu no dia 12 do corrente, em sua casa, na municí-

pio de Passo Fundo. João Fagundes de Souza, o "coronel" Jango, concorreu para a formação histórica de gente gaúcha. Na revolução de 1923, fez-se líder maragato de Campo do Meio, rumando à frente da sua tropa para sitiar Passo Fundo. Mais tarde, uniu-se ao caudilho Felipe Portinha, dando combate, durante meses, às forças legalistas do chimango Borges de Medeiros. Em 1924, Jongo passa a integrar a Coluna Prestes. Jango palmilhou, de ponta a ponta, todo o território nacional, na marcha legendária da Coluna.

Já em 1930, com a união de maragatos e chimangos através da Aliança Liberal que levaria Getúlio Vargas ao poder, Jongo comandava o batalhão "Mazari" da Brigada Militar. Quando ecluiu a revolução constitucionalista, Jongo pôs-se ao lado da Frente Única de Batista Luzardo, Lindolfo Coller e João Neves da Fontoura, contra o então interventor Flores da Cunha.

De suas vivências, Jongo extraía conceitos, e costumava dizer que "não hay revolução sem sangue, mas era sangue bueno, que ia regar a árvore da liberdade". Fazendo sua a máxima de Osório, de que "liberdade não se ganha, se conquista", Jongo deixa em Passo Fundo um legado de heroísmo e coragem, e de inabalável confiança na democracia.

## Caminhando e cantando

O comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, ao proferir a aula inaugural do Centro de Preparação das Oficiais da Reserva (CPOR), em São Paulo, abordou aspectos da estrutura social e militar do Brasil. Disse que "não devemos ser um Estado, nem civilista, nem militarista, mas um Estado nacional, com todos caminhando juntos, de mãos dadas, fortalecidos na união, trabalho e sacrifício".

Pois é general D'Ávila, nós estamos batendo nessa tecla há mais de onze anos. O diabo é que em vez de nos estenderem as mãos, para caminharmos de mãos dadas (e cantando), os governos passados só exigiam dos "paisanos", perdão, dos civis, trabalhos e sacrifício. Há um outro pequeno problema a ser resolvido para que se consiga esse Estado nacional, a foto de os civis representarem 99,6% da população torna muito difícil esse alegre caminhar de mãos dadas.

O Estado nacional, pretendido pelo Comandante do II Exército, acreditamos, deve repausar no total respeito à vontade da maioria da povo e em termos de poder, ser proporcional às quantidades populacionais, o que provocaria, para alguns críticos menos avisados, a criação de um Estado civilista. O que em essência qualquer país é, posto que toda sua riqueza repousa nos ombros dessa imensa maioria. Se é isso, estamos de acordo. Agora, se é só imagem retórica, então não.

## Lei dos sucos para multinacionais

A Lei dos Sucos parece encerrar um caráter altamente contraditório. Criada, em última instância, em benefício das fruticultores nacionais, que a aguardavam como a uma bênção dos céus, está determinando a falência dos pequenos produtores que não têm condições de adaptar suas instalações às exigências do Código Nacional de Bebidas.

Mas produtores internacionais, como Crush, Fanta e outros, não terão a menor dificuldade.

A adição de suco natural aos refrigerantes representará, segundo os cálculos mais otimistas, um aumento de 20% no preço destes. De acordo com a experiência da maioria dos revendedores, a grande massa da

população, de baixo poder aquisitivo, terminará optando sempre pelo produto de menor preço: o refrigerante artificial, a Coca-Cola, Pepsi-Cola etc. E, mais uma vez, saem beneficiadas as multinacionais. E agora, José?

## O livro de Zamora

Todos que trabalham no futebol já ouviram falar de Nenem Prancha. João Saldanha, Armanda Nogueira e Sandro Moreira, já fizeram de Nenem uma figura lendária do futebol brasileiro. Há quem julgue que o Nenem não existe. Existe sim. Ele existe e foi do seu futebol de praia que saíram Haroldo (zagueiro), Carlinhos (meio campo) e Heleno de Freitas. O Heleno todos conhecem; Haroldo jogou no Vasco, e Carlinhos e aquele magricela que jogou no Flamengo.

Pois sim. Pedro Zamora resolveu escrever um livro sobre futebol para ser lido pelos meninos dos juvenis. Em sua opinião, nosso futebol será realmente quase imbatível, no dia em que os jogadores brasileiros deixarem de "tocar de ouvido e aprenderem a ler a partitura do jogo". Para isso faz-se necessário que seja levada ao alcance dos jovens que se iniciam no futebol, uma leitura fácil e objetiva que lhes empreste alguns conhecimentos técnicos. O livro não pretende ensinar a chutar, passar ou cabecear. Não isso é a com os preparadores. O livro fala dos princípios básicos do futebol, tanto a porque dos sistemas do jogo, da evolução das leis do futebol e traz um resumo da história do futebol. Além disso vem anexo, um decálogo de jogador, os dez mandamentos do jogador de futebol.

E o Nenem? Bem. O Nenem, aqui, ali, da suas dicas e o que foi apurado das direitas autorais do livro, será inteiramente dele.

Atenção: lembramos que a tiragem do livro é limitada e estará nas bancas em fins de abril e custará aí por volta dos 20 cruzeiros. Garanta desde já o seu exemplar, através do reembolso postal, pedidos para Editora Crítica Limitada, Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio.

## Em defesa da ecologia

Enquanto em Recife o ecólogo João de Vasconcelos Sabrinho apontava os dois maiores problemas ecológicos do país — a indefinição de um modo equilibrado e racional de ocupação da Amazônia e a formação de uma área deserta com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, que vai desde o Polígono das Secas até os pantanos de Minas Gerais — em Porto Alegre a polícia reprimiu um protesto popular contra o derrubada de uma acácia que daria passagem a uma pista de rolamento na Avenida João Pessoa.

O protesto dos gaúchos durou seis horas, e os três estudantes que se empoleiraram no árvore receberam dos simpatizantes, sanduíches, refrigerantes e cartazes que eram pregados aos galhos da árvore. Com a promessa do secretário de Obras do Estado de que a acácia seria preservada, os manifestantes desceram do árvore onde os esperava um desagradável surpresa.

O tenente Jesus que comandava a Brigada Militar deu voz de prisão aos três estudantes, gerando um conflito de maiores proporções.

Vaiados pela multidão e advertidos pelos jornalistas sobre a quebra da promessa, os policiais esparçaram os seguintes repórteres: Icaro Cerqueira, do Rádio Gaúcho, Antônio Miguel, do Rádio Difusora, e a cinegrafista Luis Carlos Hambrecht que teve sua câmera espatifada ao levar um pontapé na mão. Logo após foram presos os dois rádio-reporteres e Teresa Jardim junto com Marcos Saracal, dois dos três estudantes que estavam em cima do árvore.

São ações como essas que aumentam a já tradicional antipatia popular pelos policiais militares e civis.

## GALERA EXPÕE EM PARIS

Já está marcada para o dia 12 de março próximo a exposição individual do pintor brasileiro U. Galera em Paris, na Galeria Debret. A mostra continuará até o dia 9 de abril. Galera reside em Tóquio desde 1967 e é o único pintor brasileiro rodado no Japão. O ambiente artístico japonês é um dos mais ativos em todo o mundo, pois além dos muitos museus existentes no país, somente Tóquio possui umas mil galerias abertas ao público.

Galera já está bem radicado nesse meio, tendo exposto seus quadros nas principais cidades japonesas. Nos últimos meses tem sido grande a sua atividade. Em setembro de 1974, expôs com a grupa da Associação Romana de Artes Plásticas em Kagoshima. A 20 de janeiro participou na Gendai Bijutsu Ten (Exposição de Arte Contemporânea) organizada pela International Society of Plastic and Audiovisual Art. A 2 de março reuniu-se ao Tao Plastic Art Group Show para mais uma coletiva, em Osaka. A partir de 20 de março o grupo ISPAA organizará outra grande exposição na cidade de Nha em Okinawa onde Galera participará com três trabalhos. Também durante 1975 a Fundação Brasil-Japão de Artes Plásticas promoverá um intercâmbio de pintores brasileiros e japoneses com exposições em Tóquio, Atami e Kyoto no Japão e Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro no Brasil. Nessa série de mostras Galera estará integrando o grupo japonês, tanto no Japão como no Brasil.

Galera considera 1974 como o ano mais importante de sua carreira por haver, pela primeira vez, exposto suas obras no Brasil. No mês de junho uma individual foi realizada na Galeria Marte 21, em Ipanema no Rio de Janeiro e em setembro outra grande exposição com quarenta quadros foi realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo convidado pela Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo do Estado de São Paulo. Ambas constituíram-se em grande sucesso pelo grande público que as atendeu, assim como pela repercussão favorável obtida nos meios artísticos. Na Europa,

Galera já expôs na Espanha em novembro de 1972, na sala de exposições da Casa da Brasil.

Outras cinco individuais estão programadas para 1975. A primeira a de Paris, outras nas cidades do México, Manila (nas Filipinas), Taipei (em Taiwan) e em Tóquio, onde reside o artista. Galera continua apresentando seus trabalhos com grande influência oriental, onde o gestualismo se alia aos espaços vazios para transmitir uma mensagem plástica de lirismo e graça instantânea.



# OPERAÇÃO RONDONIA, ASSALTO A MÃO ARMADA

## 1 - O PROBLEMA DA TERRA

Entretanto, apesar da tensão e do perigo, ainda é possível conseguir alguns depoimentos, como este do cidadão Wilmar Pereira de Melo, estabelecido em Vila Rondônia, na região centro-leste do território:

"Em Vila Cacoal, a polícia cometeu um crime de homicídio, sendo autores do assassinato o sargento Brasil e o guarda policial Sebastião Gonçalves, vulgo Sete Facadas, fato ocorrido no mês de agosto de 1972. No mês de outubro do mesmo ano apareceu em Vila Cacoal um senhor não identificado afirmando ser irmão do assassinado - de nome Timbó - e estar disposto a vingar a sua morte, mesmo que, para isto, tivesse de derramar seu próprio sangue. O sargento José Gomes Filho, então delegado de Polícia de Vila Rondônia, reuniu os policiais, foi até Cacoal e efetuou a prisão do referido senhor, conduzindo-o à Vila Rondônia. Na madrugada seguinte o delegado e seus subordinados tiraram o preso da cadeia e levaram-no até o aeroporto de Vila Rondônia. Lá o sargento José Gomes Filho mandou o policial Sete Facadas matar o preso. Sete Facadas sacou de seu revólver calibre 38 e detonou, acertando no tórax. Com o tiro o preso não morreu e em seguida o sargento José Gomes Filho, o delegado, sacou de seu revólver e fez novo disparo, desta vez na cabeça do preso, ficando os miolos expostos. Os policiais esconderam o corpo no mato próximo ao aeroporto."

Depois de informar que os dois irmãos assassinados eram apenas "roceiros" que queriam trabalhar em suas roças, Wilmar Pereira Melo prossegue seu depoimento:

"Como a Secretaria de Segurança Pública estava solicitando os inquéritos referentes aos assassinatos e aos crimes ocorridos na região, o delegado José Gomes Filho instaurou inquérito contra os policiais, Sete Facadas e os outros guardas entraram no gabinete do delegado e recomendaram-lhe não encaminhar os inquéritos a Porto Velho, sob pena de ser envolvido no crime do aeroporto. O cadáver foi retirado do mato próximo ao aeroporto e transportado para a ponte do rio Gy-Paraná, sendo jogado no rio. Apesar da destruição das provas a Secretaria de Segurança enviou a Vila Rondônia uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades, composta pelo dr. Edson Torres e pelo dr. Ari da Costa Agra, que conseguiram provar a existência do referido crime. Os criminosos fizeram-se réus confessos e foram recolhidos ao quartel da Guarda Territorial em Porto Velho. Lá não chegaram a permanecer quinze dias, os policiais criminosos retornaram à Vila Rondônia e lá permaneceram três meses, depois foram deslocados para a capital do Território onde, até o momento, se encontram livres, prestando serviços policiais. Não preciso apresentar provas do que digo pois existe um rigoroso inquérito policial no Fórum Rui Barbosa, em Porto Velho. Acontece que o delegado dr. Ari da Costa Agra é defensor dos criminosos, pegando dinheiro de todos e soltando-os sem os levar à presença do juiz da comarca. Basta dizer que, em 1974, nenhum preso foi transferido a Porto Velho."

Aqui termina o depoimento, ao qual acrescentamos a informação de que, só em Vila Rondônia, de agosto a dezembro de 1974, foram assassinados vinte e dois lavradores.

Quem se aventurar a percorrer o conturbado território de Rondônia ficará habituado a ouvir uma frase: "A vida, aqui, não vale um tostão furado". Realmente, a insegurança e o terror campeiam, superando de longe a literatura e o cinema de ficção a cuja violência estamos acostumados. O medo é uma constante, sendo difícil conseguir relatos promenorizados dos crimes que, diariamente, ocorrem em vários pontos do território. Todo mundo sabe de tudo - quem são os pistoleiros, para quem trabalham, como agem - mas poucos ousam abrir a boca, com fundado receio de serem alvos das balas. Embora os cadáveres de colonos e nativos continuem a aparecer, embora os assassinatos sejam cometidos à luz do sol e à vista de todos, ninguém mais perde seu tempo e coloca sua existência em perigo denunciando o terror. Mesmo porque a impunidade dos criminosos é fato estabelecido e a polícia age em cumplicidade ou em concordância com o crime organizado, quando não executa, ela mesma e sob as ordens de grileiros poderosos, a exterminação de lavradores incômodos, de colonos que resistem à determinação de se retirarem de sua glebas e deixarem-nas livres para a implantação do latifúndio.

Uma das denúncias que trazemos a público chegou à Crítica por intermédio do deputado Jerônimo Santana, representante de Rondônia na Câmara dos Deputados. A outra parte foi colhida pelo repórter no próprio local.

### A terra prometida

A corrida para o território de Rondônia, iniciada com a implantação das rodovias BR-364 e BR-310, intensificou-se a partir de 1970, época em que a ocupação da Amazônia ganha impulso definitivo com os trabalhos de abertura da rodovia Transamazônica. O fluxo migratório vem se fazendo, desde então, à razão de três mil famílias por ano. Esse deslocamento, oriundo na sua maioria dos Estados do Centro-Sul, deve-se à divulgação da excelente qualidade das terras do território - mesmo antes do sinal verde de Brasília para a colonização da Amazônia Legal, levadas de nordestinos chegavam a Rondônia no bojo de uma migração espontânea e desordenada.

Justamente por volta de 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária iniciou a transformação dos projetos fundiários já existentes em projetos integrados de colonização. O Projeto Ouro Preto, sediado a 330 km de Porto Velho, foi o primeiro a ser atingido pela transmutação. Logo em seguida a transformação foi efetuada nos Projetos Sy-Paraná (a 500 km de Porto Velho) e Sidney-Girão (na BR-319). Ano passado foram integrados os Projetos Vilhena (a 70 km da BR-324) e Burargiro (no setor Juru). Atualmente o Incra atua numa área de um milhão e cem mil hectares - o território tem 24 milhões de hectares - e já identificou cerca de seis mil famílias de colonos em um total aproximado de vinte e duas mil famílias que já se deslocaram para Rondônia confiantes na execução imediata e acelerada da reforma agrária.

Nos termos preconizados pela lei 4504, os colonos terão de ser obrigatoriamente absorvidos pela organização social, res-

ção de receber do governo uma extensão determinada de terra que lhes sirva de base para sua própria manutenção e de célula para o desenvolvimento harmônico e natural da região e do país, ficando em segundo plano a implantação de empresas agrícolas ou agropecuárias.

Essa ordenação, entretanto, vem sofrendo uma inversão que além de instalar o caos social nesse território estratégico (limitrofe com a Bolívia), vai de encontro às determinações do governo federal e é fruto direto de altos interesses econômicos de grupos estrangeiros e de grupos nacionais ligados a eles ou à alta burguesia brasileira, esta interessada tão somente - é evidente - na manutenção do subdesenvolvimento e de suas regras básicas.

### Problemas nacionais

Nas altas esferas do poder, o problema da Rondônia - talvez o mais grave de todos que eclodem na colonização da Amazônia - merece uma atenção especial, segundo se pode apreender da importância que lhe é dada na discussão global da ocupação. No dia 15 de agosto do ano passado, o deputado Prisco Viana ocupava a tribuna da Câmara, na qualidade de líder da maioria, para afirmar:

"O Incra está de fato diante de um grande desafio, que será vencido pelas determinações de seu jovem presidente em executar as diretrizes governamentais de acelerar o processo de colonização de Rondônia. Essa aceleração pressupõe, primeiro, a regularização da questão fundiária que, por isso mesmo, é ponto prioritário do programa do Incra. Concluída a fase de estudos, por sua natureza demorada, parte agora o Incra para o início da execução, na sua nova concepção, do Programa Rondônia que,



aproveitando a experiência adquirida a partir de 1970, visa a concentrar a ação do órgão na obtenção de recursos fundiários, organização territorial, administração, assentamento de parcelares e a construção da infra-estrutura física". Ressaltando que o governo trabalha "há muito tempo" para corrigir "o processo desordenado de ocupação das terras", o então líder arenista disse que "os assuntos de Rondônia são enfrentados pelo governo como sendo problemas nacionais".

No dia 2 de agosto do ano passado o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, declarou em Brasília que os problemas ligados à regularização e distribuição de terras na Amazônia e nos territórios federais "são assuntos considerados prioritários pelo presidente Ernesto Geisel", acrescentando: "Não se pode fazer muita coisa em termos de agricultura, de exploração florestal e até mesmo da parte de mineração se o problema fundiário não estiver resolvido". E mais: "Nos territórios os problemas são de mais fácil equacionamento pois, como são federais, a única coisa que se precisa buscar é a harmonia entre os órgãos, especialmente entre o Incra e o governo territorial".

Em julho os jornais se ocuparam com os planos do governo para deter a grilagem (invasão e ocupação de terras mediante falsas escrituras de propriedade) em todo o país, especialmente na Amazônia, a partir de uma ação conjunta dos Ministérios da Justiça, do Interior, Saúde, Trabalho, Previdência e Agricultura - o que nos dá uma perspectiva da magnitude da questão.

Especificamente sobre Rondônia, o governo federal instruiu o Incra no sentido de dar prioridade um à solução dos aspectos de colonização e reforma agrá-

fome, a prostituição é tristemente assustadora, uma população marginalizada cresce de mês para mês. Empresas poderosas têm sob contrato esquadrões de pistoleiros profissionais, impunes e arrogantes, que executam a grilagem expulsando colonos e nativos de suas terras (matando os que reagem) com a cumplicidade e a complacência da polícia.

Com ou sem a cumplicidade de funcionários do Incra, os latifúndios crescem e a miséria se espalha, com milhares de imigrantes aguardando a sua gleba, morrendo de inanição ou se transferindo com suas famílias para a Bolívia (o que é, no mínimo, um contra-senso: os colonos, instados a ocupar a Amazônia, são forçados a prosseguir viagem e deixar o país).

O processo burocrático do Incra na concessão de títulos aos colonos é kafkiano, uma licença de ocupação ou uma carta de anuência nunca são concedidas antes do prazo de um ano (algumas levam dois anos), desde o início do processo em Porto Velho até sua finalização em Brasília. Conseguida a sua gleba, a duras penas e depois de muita fome ou de um trabalho miseravelmente pago nas grandes empresas agrícolas, o colono ou o nativo não conta com qualquer apoio bancário, uma vez que o Incra não fornece a documentação necessária para este tipo de transação.

É voz corrente em Porto Velho (embora alguns admitam que a prática está caindo em desuso) que um colono só consegue a localização de um lote, fase inicial do processo de ocupação, à custa de uma propina ao funcionário do Incra responsável pela área - propinas que atingem até dez mil cruzeiros. O que nos informa que um dos pontos a serem atacados é a depuração do próprio Incra na área, já acusado na Câmara Federal, de alta corrupção por permitir que a grilagem de terras públicas seja feita por seus funcionários, isto é, no seio do órgão que deveria combater esta prática criminosas.

### Respostas difíceis

Os problemas de Rondônia crescem em proporção superior à chegada de novos colonos - mais de dois mil por mês. Para lá dirige-se hoje o maior fluxo migratório espontâneo do país e o Incra

nao dispõe de uma estrutura adequada para discipliná-lo, não sabemos sequer se este número - dois mil novos colonos por mês - é real. Embora um controle dessa migração não seja difícil (uma vez que quase a totalidade do fluxo passa pela localidade de Vilhena) funcionários locais do Incra afirmam que os recursos destinados ao órgão, na região estão muito aquém de suas necessidades: a quase totalidade dos recursos oficiais está concentrada na rodovia Transamazônica, para onde a migração é bem menos intensa.

Por outro lado, a desejada "harmonia entre os órgãos" a que se referiu o ministro Rangel Reis continua inexistente. Recentemente Alberto Paça, juiz de Porto Velho, expediu um mandado de notificação ao capitão Sílvio Gonçalves de Faria, executor do Incra no território. O motivo: o executor do Incra declarou em Cacoal que, naquela região, "ninguém é dono de terra nenhuma" e instruiu os empregados da fazenda Fortaleza a acertarem suas contas com os patrões e abandonarem o trabalho, uma vez que a fazenda, produto de grilagem, seria "lada ao povo".

Eis um trecho da notificação, em cujos termos podemos sentir o conflito entre o poder judiciário e o Incra: "... eis que não é a primeira vez que o referido cidadão capitão Sílvio promove tumultos ou ao menos dá margem a que surjam tumultos na zona rural de Porto Velho e depois, quando instado a esclarecer, nega terminantemente o alegado. (...) A situação está se tornando cada vez mais crítica, havendo mesmo grande tensão e insegurança na área, onde já tem ocorrido crimes os mais diversos, tumultuando ainda mais os trabalhos da Justiça nesta Comarca."

Estaria um juiz de direito protegendo os grileiros e tentando impedir a ação legal do agente do Incra? Os crimes a que se refere o documento tem suas raízes na grilagem ou na execução de seu impedimento? A Confusão vai além: - Aldo Alberto Castanheira Silva, promotor público e curador em exercício de Rondônia, afirma em documento enviado ao Corregedor do Ministério Público

do Distrito Federal e dos Territórios (datados de 24 de abril de 1974) que "o Joro de Porto Velho está congestionado e as ações civis e criminais ligadas a assuntos de terra crescem a cada dia. Com quem estará a razão? Quem é grileiro e quem é posseiro? São perguntas quase impossíveis de serem respondidas, pelo menos no momento atual de Rondônia".

Em resumo, eis o momento atual de Rondônia: 1) morosidade na titulação das terras destinadas pelo governo para a reforma agrária, nos termos da lei 4504 e do Estatuto da Terra; 2) desentrosamento dos órgãos governamentais que atuam na área; 3) interesses escusos de elementos que procuram tirar vantagem da confusão generalizada; 4) incapacidade do Incra em arranjar terras para todos os colonos; 5) processo burocrático deficiente e corrupto do próprio Incra; 6) ligação de funcionários do Incra com grileiros; 7) grandes propriedades rurais em mãos de seringueiros tradicionais, aceitas pelos bancos oficiais como garantia de empréstimo e denunciadas pelo Incra como terras da União; 8) presença do latifúndio; 9) cumplicidade da polícia com a grilagem das terras da União e com a invasão de glebas já tituladas; 10) venda de terras griladas a colonos incautos; 11) invasão de reservas indígenas; crescimento de uma população marginalizada, o que corresponde ao crescimento da prostituição e do crime.

Tal estado de coisas leva a Rondônia a um clima de verdadeira guerra, onde a segurança pessoal desapareceu, onde encontramos de todos os pontos do país encontram refúgio seguro e boa remuneração, onde "a vida não vale um tostão furado".

ORLANDO SENNA

A seguir:  
OS  
RESPONSÁVEIS  
PELO CAOS



Rondônia:  
os nativos estão sendo  
expulsos da terra

# PERU: FORÇAS ARMADAS E REVOLUÇÃO

VLADIMIRO MONTESINOS TORRES  
CAPITÃO DO EXÉRCITO PERUANO

O tradicional enfrentamento entre Oriente e Ocidente, que caracterizou a guerra fria e deu origem ao conceito de defesa continental, cedeu passo a um início de cooperação entre as grandes potências, da qual se excluem as divergências ideológicas. Tal fato permitiu o desenvolvimento de uma compreensão cada vez maior entre as sociedades pós-industrializadas, que encontram coincidências e necessidades comuns, determinando um entendimento político na cúpula do mundo. Essas grandes potências utilizam a tecnologia militar sofisticada como um mecanismo de dissuasão, o que torna mais remotas as possibilidades de um confronto nuclear.

Observamos que cada dia emerge com maior nitidez a imagem de um mundo compartilhado igualmente, de um lado por sociedades concentradoras de um imenso poder militar e econômico, baseado no desenvolvimento de uma tecnologia e uma ciência que não admitem fronteiras, surgidas no contexto de regimes político-sociais diferentes que constelam, por sua vez, concepções ideológicas antagônicas; e por outro lado, por um vasto conjunto de países que lutam por romper o cerco de dominação a que estão sujeitos.

Nossos povos dominados pelo poder imperialista lutam hoje por sua independência, conformando para isto o bloco dos chamados países do terceiro mundo. Estamos conscientes de que nossa luta pela liberação político-econômica, qualquer que seja sua forma, é essencialmente uma luta pela reivindicação do nosso justo direito a construir um caminho próprio e a definir nosso destino futuro.

Estamos plenamente convencidos de que a liberação autêntica dos países do terceiro mundo somente poderá ser conseguida na medida em que sejamos capazes de romper a tutela econômica, militar e ideológico-cultural dos grandes centros de poder.

Em nível latino-americano, é evidente que as relações entre nossos países e os Estados Unidos vêm atravessando um período crítico. Isso se deve, fundamentalmente, a situações que seguirão influenciando com maior força na próxima década. O despertar de um intenso nacionalismo latino-americano, expresso em nossos dias sob as mais diferentes formas; o surgimento de processos revolucionários com características próprias; as mudanças significativas sobre o conceito de segurança, dentro da relatividade do termo, com respeito ao que ela supõe para outras realidades distintas das nossas; a crescente urbanização, gerada pela maciça migração campocidade; a vigência do pluralismo ideológico; a articulação de uma política latino-americana nos marcos da Cecla; a reestruturação do sistema interamericano; a política de integração latino-americana no seio da ALALC e do Acordo de Cartagena (Pacto Andino); o restabelecimento de relações de inúmeros países da América Latina com os da área socialista; as mudanças nas relações de poder que se estão produzindo em nível mundial. Tudo isso condiciona um novo

O autor deste artigo é um jovem oficial peruano, de trinta e poucos anos. Fez parte da equipe do general Edgardo Mercado Jarrin, quando este ocupava o cargo de primeiro-ministro e ministro da Guerra, antes de se aposentar a 31 de janeiro último. Expert em política internacional e problemas de estratégia, formado em direito, é membro do Comitê Editorial da revista *Proceso*, criada por Mercado Jarrin, e já teve um de seus artigos publicados na *Tribuna da Imprensa*, do Rio.

Atualmente, trabalha no Ministério da Agricultura, assessorando o titular da pasta, general Enrique Gallegos Venero. É um protótipo da nova geração de militares peruanos, aos quais cabe a tarefa de levar adiante o projeto dos generais e coronéis que assumiram o poder a 3 de outubro de 1968 e iniciaram profundas e singulares reformas sociais no país.

Este artigo é importante principalmente por revelar as premissas teóricas do processo peruano e toda a mentalidade que deverá ser destruída em caso de golpe de estado ou agressão externa. As recentes agitações em Lima, organizadas por forças bastante conhecidas no continente, são uma prova desta possibilidade ou, pelo menos, desse plano sinistro. Vladimiro Montesinos, no entanto, acredita que nada poderá deter a revolução peruana. Quem viver, verá. (J. Monserrat Filho)

*"Desde o primeiro momento, proclamamos que o objetivo desta revolução é liquidar o subdesenvolvimento e a dependência, isto é, a miséria, a ignorância, a exploração e a subordinação de nosso país ao estrangeiro. Por isto, as Forças Armadas se proclamaram revolucionárias e nacionalistas".*

GENERAL JUAN VELASCO ALVARADO  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU  
— 20 DE MARÇO DE 1970.

esquema de relações entre a potência hegemônica do continente e os países latino-americanos que, alentados por um ideal de justiça social internacional, demandam um tratamento igualitário, justo e equitativo em suas relações, repudiando toda forma de paternalismo.

A América Latina foi e é, historicamente, um vasto campo de ensaio de ações políticas que a realidade se encarregou muitas vezes de contradizer, porque se impuseram esquemas alheios a nossas condições peculiares, a nossas especificidades. Esse desajuste impediu nosso desenvolvimento autônomo, o que tem permitido às potências industriais uma fácil exploração dos setores mais pauperizados de nossos povos. É por isto que não podemos pensar seriamente nos problemas de segurança, sem nos remetermos previamente à base sobre a qual se sustentam os problemas fundamentais enfrentados pelos Estados.

#### Atualidade Latino-Americana

Na atualidade, a América Latina está vivendo uma etapa de crescente irrupção social e revolucionária, e o futuro da

região dependerá da compreensão e realismo dos homens que têm a responsabilidade de conduzir nossas nações, e do papel que cumprem suas respectivas Forças Armadas.

O Peru, da mesma forma que as demais nações subdesenvolvidas da América Latina e o Terceiro Mundo, se caracterizava pelas profundas desigualdades existentes entre os grupos de poder econômico e os setores marginalizados. Esta realidade, apresentava uma configuração profundamente contraditória. De um lado, aqueles que detinham o poder econômico assumiam o monopólio do poder político através de um Estado estruturado em função de seus interesses dominantes. Do outro, as grandes maiorias nacionais eram marginalizadas, em forma crescente, dos benefícios do processo produtivo. Nosso país apresentava, desse modo, um dos índices mais elevados de mortalidade infantil, uma percentagem cada vez maior de analfabetismo, insalubridade crescente nas zonas marginais, e fortes correntes migratórias do campo para a cidade, por falta de perspectivas nas zonas rurais. Todos estes fenômenos alcançavam feições verdadeiramente dramáticas e tudo esta-

va organizado de forma a perpetuar esta ordem social injusta.

Tal situação gerou no interior das forças armadas uma consciência muito clara da necessidade inadiável de modificar o quadro social peruano, pois se compreendeu, à luz da experiência adquirida em longos decênios de nossa vida republicana, que a independência de uma nação só é verdadeira quando se vincula dinamicamente ao processo de libertação do Estado dos centros externos de poder internacional, ao processo de reestruturação total da sociedade.

A compreensão deste fato permitiu descobrir que, através de modalidades distintas, determinadas pelas novas circunstâncias internacionais e nacionais, prolongou-se em nosso país a dependência externa e a dominação interna; que a independência política tradicional encobria a real dependência de nosso país em relação a um novo centro de poder mundial, e que a liberdade política tradicional disfarçava a concentração do poder interno em reduzidos grupos sociais; e por fim, que a independência política de um Estado torna-se formal se não dispõe do controle dos recursos econômicos estratégicos como condição indispensável de todo comportamento político realmente independente.

É por isso que, a partir de 3 de outubro de 1968, e como consequência de um processo histórico de desenvolvimento de sua consciência institucional, as forças armadas iniciaram o mais profundo processo de mudanças de nossa história republicana. As forças armadas peruanas, institucionalmente recolocaram a dupla problemática enfrentada pelas instituições militares dentro de cada contexto nacional; a natureza da ordem social dentro da qual atuam e a natureza de seu papel institucional. As forças armadas identificaram assim o caráter subdesenvolvido de nossa sociedade como produto de sua dupla condição de país dependente externamente do controle imperialista e dominado internamente pela aliança dos monopólios estrangeiros com os grupos de poder local.

Em tempo, as forças armadas compreenderam que o subdesenvolvimento, sendo uma condição geral dos países da América Latina e do terceiro mundo, adquire características singulares e específicas em cada país. O entendimento deste fato fez perceber com clareza que as condições históricas e sócio-políticas próprias de nosso país exigiam também respostas históricas revolucionárias autônomas e independentes.

#### Redefinição institucional

A compreensão da origem e natureza da ordem social pré-revolucionária conduziu inevitavelmente a uma redefinição das funções institucionais. Em tal sentido, as forças armadas questionaram a identificação de seu papel vinculado exclusivamente à preservação de nossas fronteiras físicas. Tal função, apesar de permanente e de suma importância, nem por isso define plenamente o papel das



forças armadas em face da situação da qual é parte essencial e insubstituível.

A noção de Estado, como se sabe, não se esgota dentro do espaço físico que historicamente lhe corresponde. A noção de Estado nacional se entrelaça com a história privativa da comunidade que habita em um determinado território. Portanto, a segurança do Estado só é possível através da garantia que as forças armadas podem e devem fornecer ao desenvolvimento da comunidade nacional e fundamentalmente aos produtores sociais, que, com seu trabalho, geram a riqueza do país.

Em virtude disso, as forças armadas peruanas tornaram-se conscientes de que o conceito de segurança nacional inclui como dimensão essencial a criação de condições que permitam, dentro de limitações históricas reconhecidas, o desenvolvimento máximo da comunidade nacional. Percebido o problema dentro dos termos anteriores, a garantia da integridade nacional, outra função inerente às forças armadas, e a preservação da paz interna da nação, só podem ser satisfeitas quando diminui o nível de vulnerabilidade da economia, quando se alteram as relações sociais injustas e quando se assegura o poder autônomo de decisão do Estado.

A nova concepção das forças armadas com respeito à dupla problemática que enfrentam, serviu de base para o desenvolvimento de um processo revolucionário independente, cujas características essenciais são: a condução do processo pelas forças armadas, coesas institucionalmente; seu caráter pacífico; sua original teoria ideopolítica; sua estratégia autônoma de desenvolvimento; e finalmente, seu inédito modelo de organização social proposto.

Essa realidade determinou forçosamente a necessidade de reconceitualizar o papel que correspondia às forças armadas. Em princípio, as forças armadas já não podem viver isoladas em marcos estritamente castrenses, uma vez que conformam um grupo humano integrado institucionalmente para realizar determinadas funções dentro da organização do Estado. Logicamente, elas devem, à luz de sua missão fundamental e na medida das necessidades do momento atual, desenvolver-se dentro do âmbito da realidade nacional e internacional, sendo portanto sua ação de importância fundamental na vida do país, como dinâ-

mico propulsor da luta pela justiça, a segurança integral e o bem-estar do povo.

O oficial peruano, na hora presente, amplia seus conhecimentos sobre setores distintos do campo castrense, a fim de assumir com eficiência a crescente extensão de suas responsabilidades, já que a Segurança integral e o bem-estar geral de um país não depende só de sua localização e possibilidades, como também recebe o impacto de influências, cuja origem e efeitos são produzidos em outros âmbitos geográficos e políticos.

Por outro lado, a participação do oficial já não se circunscreve às atividades limitadas ao âmbito estritamente profissional. Paralelamente a isso, identifica-se com as aspirações do povo peruano, convertendo-se assim em propulsor da justiça social, garantia da soberania e fator primordial da união do povo com suas forças armadas.

Essa maior amplitude conceitual com respeito à função das forças armadas diante das transformações, não significa em absoluto uma quebra do papel que classicamente lhe foi atribuído pela instituição militar, nem muito menos que esta fecunda abertura a uma problemática mais ampla e definitiva perturbe sua finalidade essencial, que é a de assegurar a integridade territorial. As forças armadas têm uma só causa, que é o Peru, e um só grande objetivo, que é o de conseguir as grandes transformações estruturais requeridas para que nosso país seja plenamente soberano, exteriormente respeitado, internamente coeso, e um lar propício de homens livres e dignos.

Estamos certos de que na tarefa que as forças armadas levam a cabo, para a construção de uma nova sociedade peruana, onde não existam discriminações nem marginalizações de nenhuma espécie, o êxito coroará seu esforço, superando todas as dificuldades que possam se apresentar, tanto interna como externamente, porque o povo e as forças armadas estão decididos e firmemente coesos nesta hora crucial, para cumprir cabalmente os postulados de uma Revolução que responde ao sentir mais profundo dos humildes, dos explorados, dos que sempre viveram esquecidos e que, ao inspirar-se no exemplo daqueles que nos deram a Pátria, conseguiu que o povo peruano retome o rumo de sua história, a história de sua luta pela liberdade e pela justiça social.

leia  
e  
assine

# CRÍTICA

(...) CRÍTICA tem um compromisso com seu próprio nome (...) um compromisso com o pensamento. Com a inteligência.

(...) a palavra crítica vem do grego, do verbo "crino, crinein", que significa separar e, por extensão, pensar, opinar, julgar (...) separar o bem do mal, o belo do feio, o justo do injusto.

(...) um jornal a serviço da cultura e, pois, da política. (...) o exercício da política é, sobretudo, um direito da inteligência (...) sua tarefa e seu privilégio.

(...) não pertence a nenhum grupo econômico, a nenhum grupo ideológico, a nenhum grupo partidário. É feito por escritores e jornalistas profissionais, vindos talvez de posições políticas nem sempre homogêneas (...)

(...) um jornal de profissionais (...) todos exemplarmente aderidos aos deveres de sua geração com seu país e seu povo (...)

TRECHOS DO EDITORIAL DO Nº 1, ASSINADO POR SEU DIRETOR, GERARDO MELLO MOURÃO

## SEM INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA NÃO HÁ IMPRENSA LIVRE

a independência de CRÍTICA  
depende de sua assinatura — de  
muitas assinaturas. não  
perca tempo, faça a sua agora.

### PEDIDO DE ASSINATURA

Destaque este cupom e mande junto ao pagamento à ordem de

EDITORA CRÍTICA LTDA.

Av. Rio Branco, 156, sala 1222, Rio — GB, Brasil

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE

1 ANO  BRASIL (Cr\$ 160,00)\*  EXTERIOR (US\$ 50,00)

6 MESES  BRASIL (Cr\$ 90,00)\*  EXTERIOR (US\$ 30,00)

NOME .....

RUA ..... Nº .....

CIDADE ..... ESTADO .....

PAIS ..... CEP .....

JUNTO MEU PAGAMENTO POR

CHEQUE VISADO PAGAVEL NO RIO

VALE POSTAL





WAGNER

# POESIAS E CANÇÕES QUE FAZEM A RESISTÊNCIA PALESTINA

*"A terra na qual Jesus cresceu gerou milhões de escravos.  
Por que Ele não se revolta?"  
(De um poeta anônimo palestino)*

"O drama da Palestina é o drama de mais de um milhão e meio de criaturas humanas infelizes, homens, mulheres e crianças, expulsos de suas terras, vivendo em tendas e acampamentos a caridade internacional. Porém, a luta pela libertação está travada. Durante vinte anos o povo esperou uma reparação para a injustiça que lhe fora feita, e agora, resolveu agir, e lutar. Esta situação encontra, naturalmente, seu reflexo na literatura, o elemento que faltava para a compreensão do problema da Palestina, já amplamente divulgado nos seus aspectos políticos, jurídicos e morais." (Mansour Challita, ministro plenipotenciário da Liga dos Estados Arabes.)

Os noticiários internacionais nos levam à luta dos palestinos por caminhos violentos, por decisões tomadas em clima tenso, sem informações mais concretas da vida de seus líderes e de sua gente. Sabemos que a criação do Estado de Israel conduziu a uma mudança desastrosa no número e na estrutura da população árabe ali instalada, e que cerca de três quartos dos 200 mil habitantes da Palestina ocupada que permaneceram em sua terra natal eram camponeses.

A Missão da Liga dos Estados Árabes conseguiu reunir seus poemas, trazendo à luz uma nova literatura, completamente desconhecida entre nós, e em grande parte do mundo. O testemunho histórico dos camponeses, sob a forma de canções, o lamento dos exilados e daqueles que vivem sob vigilância policial, manifestações de revolta, gritos de apelo à consciência universal e uma incrível determinação de lutar e vencer. "Resistir" é um dos mais fortes gritos de guerra dos poetas palestinos.

Sacudiram um papel e uma pena  
Diante do meu nariz,  
Meteram em minha mão  
A chave de minha casa.  
O papel com que queriam que eu me desonrasse  
Disse: Resiste  
A pena com que queriam que me desgraçasse  
Disse: Resiste  
A chave de minha casa  
Disse: em nome de cada pedra  
De tua pequena casa, Resiste.  
Uma batida na parede,  
Uma mensagem através da parede,  
Vinda de uma mão mutilada,  
Intimou: Resiste  
Cada gota de chuva  
Tamborilando sobre o teto  
Da sala de tortura,  
Guinchava: Resiste.  
(Mum Bsayso)

## Um quadro da resistência

Não nascem escritores e artistas. A maioria não tem condições para ocupar tal posição dentro dos padrões culturais existentes. A pena é usada mais como uma arma que injeta força nas linhas de frente e que levanta a moral popular. Contando suas histórias em seus poemas, falando de suas certezas e dividindo suas dúvidas e seus gritos de alerta, camponeses, professores e combatentes — que vivem na Palestina ocupada — criaram uma resistência literária que cresce a cada dia e a cada novo fato que venha tocar a sensibilidade do povo. Muitas foram as dificuldades: os meios de publicação e distribuição haviam sido limitados ou colocados sob severa vigilância e a oportunidade de aprender

idiomas estrangeiros não existia para os árabes.

Sob este severo cerco, é fácil imaginar-se por que a poesia se constituiu no primeiro arauto de apelo da resistência. Vivendo sem ser publicada, passando de mão em mão, de boca em boca, ela se restringia, a princípio, à forma tradicional mais fácil de ser aprendida e gravada, e capaz de mais rapidamente atrair os sentimentos. A primeira explosão caracterizava-se principalmente pelos poemas de amor, até que os poemas populares começaram a surgir para formar as primeiras sementes das manifestações de resistência.

Sem dúvida, a poesia popular desempenhou um papel da mais alta importância na história da Palestina. Quase todo palestino conhece por exemplo a canção improvisada por um combatente pouco antes de ser executado pelas autoridades do Mandato Britânico, em 1936, que termina com os seguintes versos.

Não pense que choro por medo,  
Minhas lágrimas são por minha pátria  
E por um punhado de pequenos implumes,  
Famintos, e privados de seu pai.  
Quem os alimentará depois que eu me for?

Meus dois irmãos  
Penderam do cadafalso antes de mim  
E como poderá minha mulher viver seus dias  
abandonada e triste?  
Não pude ao menos colocar uma pulseira  
ao redor de seu pulso  
Quando minha terra necessitou de braços.

## Sátira e desrespeito

Como respeitar as discussões sobre a paz ou a Organização das Nações Unidas? Os tratados de paz não têm qualquer crédito entre os palestinos, e muito menos a ONU. A paz, cantada pelos soldados palestinos é uma ironia. Uma utopia, para aqueles que estão nas fronteiras e que deveriam ser os primeiros a celebrar, se ela fosse realmente uma verdade.

Levantai-vos e sai de vossas cavernas, vós que dormis.

Hoje é dia de festas de bodas.  
Repicam os sinos para elas  
E erguem-se as bandeiras  
Encontrai as festas com coragem  
Encontrai-a com regozijo, com alegria,  
com canções,  
Levantai-vos e fazei um grande festival.  
Cobri tudo com ramos de oliveira  
E deixai voar as pombas pelo ar  
A paz chegou para vós,  
Saudações... a paz chegou para vós.  
Nós, nas fronteiras, não dormimos,  
Nossas mãos estão grudadas aos punhos  
de ferros de nossas espadas,  
Nossos olhos estão despertos e abertos,  
procurando nas trevas,  
Nossos corações estão batendo enquanto  
os esperamos,  
Nossos inimigos,  
Nós aprendemos, sim, nós aprendemos  
Como agarrar a vida.

A ONU, que determinou que o Estado de Israel se instalasse na Palestina (comentário do filósofo judeu Max Nordau ao saber que aquela era uma terra habitada: "Eu não sabia, isto é uma iniquidade"), e que hoje faz patéticos apelos para que o povo aguarde com serenidade uma solução, que virá sem violências", é constantemente alvo da revolta popular.



Emblema da  
Al Fatah: o movimento  
de Anctat



Na guerra do  
Ramadam: participação  
ativa dos palestinos

Agora, Crianças,  
Repitam Comigo:  
Dar  
Tomar  
Bombardear  
Matar.  
A Lição Terminou,  
Apanhem Seus Cadernos Manchados de  
Sangue  
Que Dentro do Palácio das Nações Uni-  
das  
Há um concurso de Pintura Infantil.

(Salah Jahim)

**O poeta Combatente**

Os poemas populares dominaram a  
cena por quase dez anos depois de 48,  
abraçando todas as manifestações de  
vida. Casamentos, lutos, festas e qual-  
quer outro tipo de reuniões  
transformavam-se, através dos poemas,  
em demonstrações impetuosas, que  
ignoravam o pelotão de fuzilamento.

Senhor, em tua festa este ano,  
Crucificam-se todas as alegrias de Jeru-  
salém,  
Emudeceram todos os sinos  
Desde há dois mil anos.  
Desde há dois mil anos  
Para silenciar neste somente.  
Todos os campanários estão de luto,  
E a escuridão se envolve em escuridão.  
E o mundo é um coração fechado ao  
drama.  
Indiferente e duro, Senhor,  
Cego e perdido.  
Não acendeu uma só vela na desgraça,  
Não verteu uma lágrima com que lavar  
as penas de Jerusalém.  
Do fundo da noite,  
E do coração dos lamentos,  
Eleva-se a ti o clamor de Jerusalém.  
Apiada-te, Senhor,  
E afasta-lhe este cálice!

(Fadwa Tugan, no Natal)

Como Fadwa Tugan, muitos outros  
poetas populares foram aprisionados ou  
confinados sob severas restrições. Tugan  
é uma "feddayin" e teve proibida a  
recitação de seus poemas. "Por que a  
proibição?", perguntou ela certa vez ao  
próprio general Moshe Dayan. "Porque",  
respondeu ele, "cada vez que você lê um  
poema, cria dez novos "feddayins". E, à  
medida que as tendências da poesia po-  
pular cresciam e se expandiam, as forças  
ocupantes ampliavam suas forças de  
repressão, executando alguns poetas e  
proibindo todas as reuniões. No início  
dos anos 60 surgiu, de uma maneira  
surpreendente, uma nova vitalidade no  
meio literário. Os conceitos emitidos  
nessa nova onda eram tão breves e  
otimistas, trazendo um novo elemento, o  
espírito do desafio.

Enquanto eu possuir um pedaço de terra  
Enquanto eu possuir uma oliveira  
Um limoeiro, um poço, uma recordação  
Enquanto o árabe ainda for falado  
No folclore e na poesia,  
Travarei, em face dos meus inimigos,

Em nome dos livres  
- trabalhadores, estudantes e poetas -  
Uma guerra devastadora  
Contra os inimigos do sol.

(Samih Al-Kassim)

Que estás tramando para amanhã?  
Somos mais profundos que o mar  
E estamos mais altos que as estrelas.  
Que mãe te deu como herança a metade  
do canal?  
Que mãe te deu como herança a margem  
do Jordão,  
a areia, o petróleo e Golan?  
Aquele que violentamente usurpa um  
direito  
Deve resguardar o seu próprio  
Quando a balança se move.

(Tawfiq Zayyad)

**Mulher e terra se integram**

O amor à mulher pouco a pouco foi se  
integrando ao amor à pátria. Mulher e  
terra são assimiladas em um único gran-  
de amor e transformadas na grande  
causa da libertação. O ódio cresce e é  
justificado entre o povo.

Bem, então registre primeiro:  
não odeio ninguém e nem roubo nin-  
guém.  
Mas quando me fizerem ter fome  
Então comerei a carne do meu opressor,  
Cuidado.  
Cuidado com a minha fome e a minha  
raiva.

(Manhud Darwish)

A cada manchete internacional de  
atos terroristas, de atitudes violentas dos  
palestinos, de discussões sobre a paz, de  
novos desafios do governo de Israel,  
novas canções e poemas correm de boca  
em boca pelas tendas palestinas e vão  
formando a resistência literária, consoli-  
dada na emoção e no raciocínio. Sua  
importância principal está no fato de  
permanecer como um dos mais fortes  
elos da cadeia da permanente revolução  
árabe, seguindo lado a lado com o movi-  
mento progressista do povo.

Tem sido também, a despeito de todos  
os impedimentos e obstáculos, capaz de  
crescer e tornar-se uma literatura verda-  
deira, apresentando em todos os sentidos  
a luta por um governo democrático,  
formado por cristãos, judeus e mulçu-  
manos.

O pardal voou,  
Minhas portas, minha gélida soleira, fo-  
ram atrás,  
Nossos espelhos se quebraram,  
Tristezas foram aceitas,  
Reunimos os estilhaços dos sons.  
Juntos plantaremos.  
Sobre o peito de uma guitarra  
tocaremos sobre os tetos chorosos  
às pedras e às luas distorcidas.  
Cacos e pedras, cuidado,  
O corisco marcou a pederneira,  
Que os versos comam minha carne.  
Formigas não geram águias  
E serpentes só incubam serpentes.

TANIA COELHO



**ORGAL**

ORGAL S. A. - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

**CEARÁ  
PIAUI  
MARANHÃO**

**Empilhadeiras  
CLARK**

**Retro escavadeiras  
MICHIGAN**

**Pás carregadeiras  
MICHIGAN**

**Tratores de rodas  
VALMET**

**Tratores de esteiras  
KOMATSU**

**Hancodk Scraper  
MICHIGAN**

PEÇAS GENUINAS  
PARA TRATORES EM GERAL  
DA AFAMADA  
MARCA **LANDRONY**

Escritórios:

● DEPARTAMENTO DE MÁQUINAS E  
DEPARTAMENTO TÉCNICO  
Rua J. da Penha, 505

Telefones:

Gerência Geral ..... 26 - 9364  
Departamento Comercial ..... 26 - 5256  
Departamento Administrativo e Financeiro ..... 26 - 5786  
Departamento Técnico ..... 26 - 5255

● DEPARTAMENTO DE PEÇAS

Rua Coronel Ferraz, 88

Telefones: ..... 26 - 7706  
..... 26 - 4333

Caixa Postal, 445  
FORTALEZA - CEARÁ

**ORGAL**

FILIAL DO MARANHÃO  
Av. João Pessoa, 260 - Filipinho  
Telefone: 2-0935  
SÃO LUIZ - MARANHÃO



# CINEMA NA ÁFRICA NEGRA

Finalmente em junho parece que vai ser realizada a Semana do Cinema Africano de Salvador, que foi adiada desde o ano passado. Não tendo a menor idéia se ela incluirá os países berberes do Maghreb (Marrocos, Argélia, Tunísia) ou os países árabes (Líbia, Egito), que não são de raça negra, e esperando que exclua o cinema racista da África do Sul e da Rodésia (analisados no último número de Crítica do ano passado), mas conhecendo um pouco mais do assunto do que é costume no Brasil, convém apresentar agora aqui uma introdução do cinema da África negra, o que nos interessa de mais perto, pois temos uma minoria de descendência africana muito numerosa, se bem que não recenseada.

Os cineastas africanos encontram dificuldades ainda maiores do que seus colegas do resto do mundo. Comparando com o Brasil, vemos que já tínhamos laboratórios e material técnico e humano, bem como até uma tradição estilística, que o cinema novo derrubou, como poderia ter aceito. Já na África, negra em especial, tudo tem de começar do zero absoluto. A falta de um estilo anterior talvez seja até um fator progressista, tirando dos cineastas compromissos com rebeldias obrigatórias, mas a falta de técnica é um fator asfixiante.

Para melhor ilustrar, no final de 1972, entre mais de trinta países independentes da África negra, apenas três possuíam uma escola de cinema (Senegal, Guiné, Níger) e só dois (Guiné, Nigéria) laboratórios aparelhados para filmes 35mm em cor. A formação dos futuros cineastas é geralmente feita em Paris, Berlim ou Moscou através de bolsas-de-estudo. A distribuição e exibição por sua vez, estão nas mãos de companhias estrangeiras (Comacino e Secma - francesas e Afram - americana) e praticamente todos os filmes exibidos são westerns classe-B (italianos ou americanos), kung-fus de Hong-Kong, melodramas egípcios e musicais hindus.

Os filmes africanos não têm difusão nem entre seus países vizinhos. O estrangulamento é total. Alguns países têm tomado medidas nacionalistas contra estas companhias, mas o resultado tem sido imprevisível. Alguns alcançaram sucesso (Guiné, Mali, Alto Volta), talvez pela escassez de público, outros fracassaram (Zaire, Ghana, Nigéria), exatamente os mais desenvolvidos. O caso do Kenya é típico: por causa das medidas nacionalistas, a Afram boicotou os cinemas deste país durante um ano. Sem ceder às pressões, o governo estabeleceu contatos

bilaterais com órgãos estatais ou produtores independentes de outros países, os cinemas reabriram e a Afram teve de ceder.

Praticamente todos os países tem um Instituto Cinematográfico destinado à produção de documentários didáticos. Quanto aos filmes de ficção, a maioria vem dos países de colonização francesa e quase todos da África Ocidental. Nos últimos anos os cineastas vêm utilizando as línguas locais, e não mais o francês e o inglês. Algumas dessas línguas, como o uolof no Senegal; o bambara no Mali; o haussá, o yoruba (nagô) e o ibo na Nigéria; o ashanti em Ghana; e o swahili no Kenya, Tanzânia e Moçambique - tem uma platéia potencial de milhões de espectadores.

Os primeiros filmes dirigidos por negros africanos foram feitos na Europa por intelectuais no exílio ou estudantes. O primeiro data de 1956, ainda antes da independência, foi "L'Afrique sur le Seine" do senegalês Paulin Viétra. Outros do mesmo gênero viriam a seguir: "Une Aventure en France" (Camerun-64) de Jean-Paul N'Gassa, "Un Africain à Munich" (Congo-69) de Georges Miankuikila e os dois sofisticados e burgueses filmes de Desiré Ecaré, da Costa do Marfim ("Concerte pour un exil" 68 e "A Nous Deux, France"). Saindo do meio estudantil mas ainda rodado na antiga metrópole é "La Noire de..." (Senegal-66) de Usmane Sembène sobre uma doméstica que se suicida por não conseguir adaptar-se à vida européia.

Este cinema "exilado", mesmo quando de bom nível, fez mais sucesso em festivais europeus que nos seus países de origem, pois tratavam de assumir aheios a maioria da população africana. Os cineastas perceberam isso e passaram a abordar temas nacionais, con-

temporâneos ou não, como veremos agora país por país.

O Senegal é o país de maior produção (10 longas por ano) e seu principal cineasta é Usmane Sembène, ex-pescador, ex-marceneiro, ex-poeta, que já tem inclusive uma pequena obra. Já citamos "La Noire de...", mas ainda merecem maior destaque "Mandabi/O Mandato"-68, um dos melhores filmes africanos, (sobre um analfabeto chantageado por um sobrinho estudante na Europa) e o famoso "Emitai Deus do Trovão"-71, épico sobre um fato real acontecido durante a II Guerra, quando as mulheres da tribo diola revoltaram-se contra o recrutamento obrigatório de seus homens, que deixava as aldeias sem mão-de-obra e arruinava as colheitas. Outros dois interessantes cineastas senegaleses são Djibril Diop-Mambéty, autor de comédias, e o festejado Bacab Samb Makharam, autor de um filme maldito (Kudu)-71, violentíssimo ataque às tradições tribais feito com grande talento, apesar da fotografia amadorística.

Outro país de certa continuidade na produção é o paupérrimo Níger (não confundir com a riquíssima Nigéria, que pertence a OPEP), por causa da ação in loco do grande documentarista francês Jean Rouch, pai do cinema-verde, e que formou uma equipe. Seu principal autor é Umari Ganda (ex-ator de "Moi, Un Noir"-56/58 de Rouch), diretor do média metragem "Cabascabo"-68, famoso em festivais (sobre um veterano africano que fez a guerra da Indochina no exército francês e retorna depois de Diem Bien Phu) e "Wazou le polygame"-71, crítica ao casamento tradicional, que parece ser o alvo favorito dos cineastas africanos. Outro digno de nota é Mustafá Abassine, que fez um desenho animado sobre os ditadores negros ("La Voyage de Sim") e uma sátira ao western

americano ("Le Retour d'un Aventurier"-66).

Nos outros países de colonização francesa podem ser destacadas ainda o já citado Desiré Ecaré da Costa do Marfim, e o documentarista Diagenes Costadés, da Guiné, promovido pela esquerda ilustrada.

Os países de língua inglesa, embora mais desenvolvidos industrialmente, não se destacam na produção de filmes. A Nigéria co-produziu 3 longas de ficção, todos dirigidos por estrangeiros. O primeiro foi assinado pelo ator-diretor negro americano Ossie Davis ("Kongi's Harvest" 70) sobre corrupção política; o segundo era uma co-produção libanesa comercial; e o terceiro, sobre a guerra de Biafra e estrelado pela ex-chanceler de Uganda, princesa Elizabeth Bagaya de Toro, foi dirigido por um alemão.

A produção de Ghana tende a seguir o exemplo comercial do cinema egípcio. Seu principal filme ("I Told You So"-71) de Egbert Adjesu, não passa das aventuras de um cantor popular.

Angola, que só fica independente no final deste ano, também possui cineastas, aliás Sarah Maldoror, esposa do poeta Mário de Andrade, militante do Movimento Popular Pela Libertação de Angola, e única mulher atrás das câmaras na África Negra. Ex-assistente de Gillo Pontecorvo em "A Batalha de Argel", ela realizou diversos documentários para as guerrilhas de Angola e Guiné-Bissau (não confundir com Guiné nem

com Guiné Equatorial), até dirigir em 1972, ainda no exílio, o interessantíssimo longa de ficção em cores "Sambizanga/Domingos Xavier", todo falado em português. Este filme, premiado na Europa e bem recebido pela implacável crítica no-vaioquina, trata de uma mulher negra que procura seu marido por toda Angola até descobrir que foi morto pela PIDE por apoiar a independência. Hoje, depois que o governo português mudou, a Angola marcha para independência, o filme, pode ter ficado anacrônico politicamente, mas nunca em linguagem cinematográfica. Com o senegalês "Mandabi", "Sambizanga" é certamente um dos melhores da África Negra.

Agora, feita a introdução ao cinema africano, resta esperar o que os reserva o tal semana de Salvador em junho. Esperamos ter sido úteis em alguma coisa.

Foram excluídos deste estudo os seguintes países, por não pertencer antropologicamente à África Negra, embora seus habitantes tenham a pele escura: a Mauritânia (cujo nome já demonstra ser habitada por mouros), a Etiópia e a Somália (habitadas pelo subgrupo hamita), Madagascar (habitada pelos malgaxes - mestiços de negros e malaios) e o Sudão (país mulato).

Nenhum se destaca na produção de filmes. A Mauritânia porém, é a pátria de Med Hond, radicado em Paris e autor de 2 filmes montáveis sobre racismo: "Soleil-O" de 70 e o recente "Ces Bicotes Noirs nos Voisins".

## SETENTA MINUTOS DE BRASIL

Jurandir Passos Noronha é um antigo funcionário do Instituto Nacional do Cinema, diretor do interessante curto "Uma Alegria Selvagem" sobre Santos-Dumont, e do badalado e faccioso "Panorama do Cinema Brasileiro". Na realidade, ele é mais um montador do que um diretor, pois estes dois filmes, e mais o recente "Setenta Anos

de Brasil" não passam de compilações de material antigo dos arquivos.

"Setenta Anos de Brasil" pretende ser um panorama diversificado deste país, com material datando desde 1906. Idéia muito interessante, infelizmente não realizada. Assim como "Getúlio Vargas: Trabalhadores



"Cabascabo" de Umari Ganda (Míger 1968)

do Brasil» de Ana Carolina, lançado ano passado, também este documentário de Jurandir Passos Noronha não consegue nem uma visão didática, nem ao menos objetiva. Como este filme supostamente foi montado de um material pelo menos cem vezes maior, é o caso de pôr em dúvida seriamente o talento da equipe.

Ninguém parece ainda ter compreendido que a grande maioria do povo brasileiro, jovens especialmente, pouco ou nada sabe sobre a história nacional, entre outras coisas porque nunca participaram dela. Nosso ensino de história é deficiente desde o primário, e além disso subjetivo, quando não superficial ou mesmo falso. Portanto, é tanto uma loucura quanto uma inutilidade falar de acontecimentos, como por exemplo da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, sem explicar suas causas, andamento e efeitos. Para um jovem do Méier, do ABC paulista ou de Itapuan, ela é tão distante como a guerra dos boers ou as campanhas do Mahatma Gandhi para independência da Índia. Inútil mostrar integralistas sem explicar quem foram eles.

Mas o pior certamente é a falsa informação, ou a desinformação voluntária. Sobre a queda do presidente Washington Luiz, e dito laconicamente que foi por causa "da grave situação econômica". E a corrupção eleitoral? E a falta de representatividade dos partidos? E as revoltas no Rio Grande do Sul? E o próprio caráter aristocrático e teimoso do governante? Pouco ou nada se diz da revolução de 30, ou da queda de Getúlio Vargas, da sua volta e suicídio, nem das causas da revolução de 1964, suas fases, etc. Omissão total.

Muito bem, talvez o cineasta tenha evitado de propósito incidentes com a censura (aliás o filme financiado pelo governo), e também o filme não pretende ser uma história política do Brasil, como um outro de duas horas e meia dirigido por Glauber Rocha, montado em Roma — ainda inédito. Mas mesmo em outros setores a má seleção e as omissões são imensas. Onde estão as copas do mundo que conquistamos? E as escolas de samba de ontem? E as cafoníssimas Miss Brasil dos anos cinquenta? E a Rádio Nacional? E o baião? E o rock? E o tropicalismo? E o grupo Oficina? E o cinema novo? Onde ao menos as chanchadas? E a bossa-nova? Será que nada disso influenciou ou foi importante?

Os acadêmicos selecionados do material não esqueceram porém do TBC, da Vera Cruz, do «Pagador de Promessas». Não que eles não deveriam estar presentes, mas o fato de apenas eles estarem presentes distorce a realidade, e insinua discriminação.

Outro fator negativo é sua visão centro-sulista da realidade nacional. O Padim Padi Cico aparece num breve fotograma e olhe lá. Onde está o apogeu e a queda da borracha na Amazônia? E as secas terríveis do Ceará que forçaram a emigração forçada de milhões de pessoas e causaram o cangaço, entre outras coisas? E a dizimação da raça índia, que vem desde os primórdios da colonização? Aparecem breves cenas das duas exceções: o missionarismo positivista de Rondon entre os índios; e o fenômeno selvagem que foi Lampião. Só as exceções. As regras ficaram de fora.

Há porém duas partes muito interessantes, entre poucas regulares e inúmeras supérfluas. Uma é o material sobre a FEB na Itália durante a segunda guerra. A outra é um sensacional comercial de Walter Pinto para sua revista «Mulher Macho, Sim Sinhô» com Virgínia Lane e Grande Otelo. Mas duas seqüências são muito pouco para setenta minutos de Brasil.

JOÃO CARLOS RODRIGUES

# CLAREZA 5: AS ANGÚSTIAS DE UMA GERAÇÃO

“L'étude des phénomènes jugés frivoles est jugée frivole”.

A frase foi encontrada em uma antiga edição da revista do Centre d'Études des Communications de Masse, onde pontifica seu autor, o sociólogo Edgar Morin e me ocorre a respeito do livro «Clareza 5», escrito por Helena Jobim e publicado pela Editora Cátedra. O velho professor francês talvez ressentido com os que na época julgavam o estudo das influências dos meios de comunicação social (ou de massa) uma coisa “frívole”, provocou bocejos inteligentes com sua frase, pouco compreendida na ocasião. Ele mesmo, mais tarde, ao fazer a apologia de seu livro «O Espírito do Século», seria um fiel propagandista do frívolo, entendido como forma de catarse de um grupo, um canal de liberação existencial.

O livro de Helena Jobim embora aborde de maneira trágica o frívolo cotidiano, a monótona rotina de uma geração, não pode ser considerado frívolo. Seu trabalho tem sido lido com atenção e não posso furtar-me a um depoimento. Um depoimento emocional e talvez por isso mesmo atingido pelo pecado da parcialidade. Não poderia ser de outra forma, pois sou personagem de quase todas as páginas do livro. Eu e toda uma geração que já entrou no segundo quarto de século, sem ter ainda alcançado a faixa etária onde a beatitude é alcançada e/ou justificada pela “experiência”.

No discurso silencioso de «Clareza 5» estamos presentes todos nós que amamos em incontáveis pileques, incontáveis (e nem sempre encontráveis) mulheres de todos os nomes. Mais que um romance ou uma novela, Helena Jobim faz o relatório de uma geração que fez dos bares a catedral de uma religião que irmanava os fracassos que não admitiam o fracasso, como na velha música que uma das irmãs Batista cantava (“Bar, estranho sindicato dos sócios da mesma dor”).

No livro, a prosaica mas conjunturalmente importante



questão da marca do uísque, no suicídio de Beatriz, no nar-

cisismo inconsciente de Câmara, surge o conceito laciano de culpa. Um suicídio que nas letras sensíveis de Helena, transforma-se em homicídio perpetrado em cada copo de chope servido nos muitos bares da zona sul, por cada um de seus frequentadores. Na narrativa de «Clareza 5», Helena Jobim fala aos e dos notívagos: “Eu te escuto, te escuto agora, quando a hora é esta hora, e a mão das coisas trança fibra por fibra a escuri-

dão — e a esta rede, sobre nós lançada, chamaremos noite”.

É dessa longa noite que nos fala Helena Jobim. Seu livro «Clareza 5» me foi apresentado numa noite quente e na capa a construção de um rosto com muitos olhos, como todos os personagens, obediente ao traço seguro de Manoel Malaguti, capista e privilegiado marido de Helena, mulher carioca de sobrenome tradicional, que não se contentou com o papel tradicionalmente reservado a toda mulher inteli-

gente e bonita em seu universo-padrão zona sul. Ela preferiu romper.

Gritando coisas sabidas, utilizando a clareza meridiana que assegura aos comandantes dos grandes jatos a segurança de ter sua comunicação bem captada. («Clareza 5» é a linguagem codificada para informar ao piloto do avião que sua mensagem está sendo bem recebida na torre de controle do aeroporto). Depois de ler a inteligente e didática introdução de Ivan Cavalcanti Proença, preparei-me para uma primeira leitura do livro. Logo nas primeiras linhas (“Nada é substituível e não te falo por enigmas. Nada é insubstituível”), de Helena, vi-me cumplice da morte de Beatriz, e não mais larguei «Clareza». Nos personagens, um som profundo e acusador — uma “paulada” para quem assistiu a montagem de inúmeras peças (nunca levadas aos palcos) nas mesas do Gondola ou, mais recentemente, a quantos filmes infilmados eticamente no falecido Zepelin.

Deste livro ninguém escapa: quantos Câmaras com seus narcisismo, donos de verdades, não perambulam pelas noites sem nunca atravessarem o túnel, sem saber que os ônibus com inicial 4 levam a lugares existentes. Para os câmaras, tijuca, grajaús, engenhos de dentro e encantados, são menos reais que os diablos de Garcia Marques. A beatitude que vai de Ipanema a Penha é maior que a que os separa de Macaondo.

Meu velho e antigo professor seráfico que ensinava como se alcançava os caminhos do sempre, frei Conrado Maria de Palmácia, hoje um integrante da cada vez maior confrária dos ex-sacerdotes, foi canonicamente um traço profeta, pois as “letras” de seu aluno se cruzaram por caminhos mais mundanos e em sua leviana (?) vocação do “viva a vida, ame o belo”, ajudaram a matar Beatriz, ainda que só tipograficamente, nas páginas deste livro lindo que é «Clareza 5». Hoje, anos passados das sábias aulas do irrequeto franciscano, vivendo entre fláviias meigas e esculápias, submetido a uma nova ordem que transferiu dos estetas para os publicitários a ditadura dos estetas, sou um leitor atento de «Clareza 5», que mais que um romance ou uma novela, é a reportagem fiel da bacanal existencial de uma geração.

A. O.

LEIA E

ASSINE

**CRÍTICA**

UM LIVRO QUE É UM

COMPROMISSO

«Josué de Castro e a Descoberta da Fome», escrito por Alain Tobelem.

Os homens têm medo da fome e escolhem o caminho mais cômodo: não falam dela. Josué de Castro em sua «Geopolítica da Fome» levantou o polêmico assunto. O livro lançado por Alain Tobelem é um compromisso com o brasileiro que o mundo reconhece.

Compre seu exemplar na redação de Crítica — Av. Rio Branco, 156 — Grupo 1222 — Rio de Janeiro — GB — Preço Cr\$ 20,00.

# A TRANSGRESSÃO ÀS LEIS MÍTICAS

*“não é preciso o acontecer de hoje  
se o amanhã-depois já foi vivido  
num torpor antigo agora sopra novo  
dentro da face onde esse monstro exponho”*

Waldemar Dias da Cunha, apesar de ter estreado há quase quatro anos, com **O Rito da Fala** (Seta Edições, Rio, 1971), escreve poesia há mais de vinte. Na verdade, este seu segundo livro, **O Título Segundo** (Seta Edições, Rio, 1975), faz parte, como o primeiro, de um total de nove ou dez volumes, que na verdade talvez resultem num só e único conjunto de poemas, numa linha multidimensional que vai se conectar, inclusive semanticamente, com **Invenção de Orfeu** de Jorge de Lima.

Também para Waldemar Dias da Cunha “a poesia é talvez a invenção da verdade”. Para tanto, utiliza-se o poeta de todos os métodos poéticos, usando dos metros tradicionais a “alguns expedientes da retórica concretista, como se pode ver no aproveitamento do espaço em branco, no jogo de caracteres tipográficos, na montagem (não na desmontagem) de vocábulos e às vezes na disposição quase fisiognômica das palavras” (Gilberto Mendonça Teles, a propósito de **O Rito da Fala**). Por outro lado, como muito bem acentuou Cassiano Ricardo a respeito desse poeta, “a sua procura da beleza já é, por si, um traço de obstinação que me surpreendeu poeticamente; o significado do som, além do das palavras, a beleza sônica de que fala esse admirável crítico que é Antônio Olinto, me parece realmente a contribuição mais curiosa que a sua poesia nos trás”. E prossegue o autor de **Martin Cererê**: “Tive ocasião de me referir a semelhante espécie de “simbolismo fonético” em meu modesto estudo sobre “22 e a Poesia de Hoje”. E agora vejo que o “approach” existe, tornando-se fundamental no seu sistema de composição, na sua semântica lírico-vivencial, no seu jogo do intelecto com o ritmo”.

Ora, a partir daí, Cassiano aborda a problemática do som extralinguístico. Cita Henri Chopin, “que situa a questão muito bem, a meu ver, instituindo a poesia fonética como um instrumento de informação fono-estilístico sem incorrer numa verdadeira “temática de estrutura” sonora”. E pergunta o poeta de **Um dia depois do outro**: “Pode-se falar, em nossa língua, ao lado do visual não verbal, num “acústico não verbal?” “A resposta está não só em **Invenção de Orfeu**, obra que infelizmente tem sido bempouco estudada, talvez por sua grande complexidade, mas nestes dois livros de Waldemar Dias da Cunha. Neles, podere-

mos constatar que a diretriz do pensamento de Cassiano Ricardo está absolutamente certa, quando afirma que “já Susanne Langer vê na função simbolizadora a essência do homem. Mas continuo eu pensando (apesar do que sustenta a autora de “Philosophy in a New Key”) que além da linguagem – num plano anterior a ela – existe um importante ponto a ser considerado: o “acústico não verbal” que aumenta a área semântica à própria linguagem. Creio que Langer poderia estar, até certo ponto, de acordo com esta tese pois, segunda ela, a natureza exata do conhecimento parece ir ao encontro de uma realidade primeira, e eu situo esta realidade primeira antes do simplesmente denotativo (que indica diretamente ou simplesmente anuncia as coisas) e chego até a metáfora radical onde não existe ainda a palavra nem o signo. É neste quadro não denotativo mas, sim, vivamente conotativo que, acredito está escondida a raiz da fala”. (Carta de Cassiano Ricardo a Waldemar Dias da Cunha, datada de São Paulo, setembro de 1973)

Sem dúvida parecem ir de encontro às idéias de Waldemar Dias da Cunha as conexões que faz Cassiano Ricardo entre linguagem e o que ele cognomina como sendo o “acústico não verbal”. Pois se para o poeta de **O Rito da Fala** “o instrumento da comunicação, mais aprimorado, é a linguagem, e a linguagem convencional, nem, por isso, se pode dizer que o significado se não possa transmitir, por outros signos, não convencionais, como certas estruturas fonêmicas, que se portam como sementes, dotados de conteúdos significativos, que se expandem”. E por que? Exatamente porque “qualquer percepção é, em si mesma, significativa, (já que) toda percepção está referida ao tempo, ao espaço e à forma – e, como forma, a outras formas”.

Expliquemos melhor o pensamento do poeta. Diz ele: “As palavras, que utilizo, embora não se desvinculem de todo das suas raízes semânticas, buscam delas libertar-se, pela intenção de traduzir, fora dos hábitos ordinários, o fato, em sua realidade, e não em sua aparência. Um dos impedimentos, para a contactação com a vida, em sua realidade, está, justamente, nos processos padronizados do pensar e do sentir, que devem ser postergados, para que a essência inteligente, que subsiste, em cada um de nós, possa comunicar-se, mais direta e

fluentemente.” Como acabamos de ver, estamos ante um poeta não só de altos dotes poéticos, porém absolutamente consciente de sua técnica, de suas inovações inclusive verbais, cômico de seu próprio destino vivencial e comportamento tenaz ante a vida e a morte. Nada aqui é gratuito ou impensado ou apenas jogado sobre o papel, num procedimento fácil, que hoje em dia vêm se tornando muito comum entre os nossos poetas mais jovens. Ao contrário. Dessas páginas parecem jorrar um enorme acúmulo de experiências vividas e revividas já que a vivencialidade do poeta de caráter individual, aos poucos vai se transformando em vivencialidade do cosmos, numa “estreita comunicação com o Absoluto”. O poeta, aqui, já não canta mais os seus problemas, a sua terra, os dramas decorrentes de seu conturbado mundo. Canta o universo. Num ritmo novo e numa tonalidade nova. Num ressurgimento daquilo que David Mussa chamou de poesia duplicativa, numa classificação de rara felicidade. A captação do ser-todos-os-eres, em seu significado mais evoluído. Pois “o esforço por captá-lo desloca o centro de gravidade de cada percepção, com possibilidade de comunicar a imanência à transcendência” de todas as coisas que cercam o Homem.

## Sonância e assonância

Diferente de todos os outros poetas de sua geração, Waldemar Dias da Cunha mantém com eles um elo de afinidade profundo e inequívoco: a saudação do silêncio como vasto vôo belicoso para o exílio e para a realização mítica da realidade aparente, e também a preocupação pela intemporalidade do tempo perdido, mas continuamente perseguido, buscado e finalmente reestruturado em si mesmo. De fato, Waldemar Dias da Cunha, neste excelente **O Rito da Fala**, vai mais longe que seus companheiros de geração, quando pretende que a sua poesia (ou que toda a poesia) resulte de per si numa empírica forma de conhecimento, como muito bem salientou o seu prefaciador, Antônio Olinto. Não se esquivia, inclusive, o poeta de lhe emprestar indistigável caráter religioso, metafísico, como se para ele o poeta atual fosse produto de muitas outras vidas já vividas e constantemente lembradas e relembradas; e, em segundo lugar, aceitando em si mesmo quase que a predestinação de reformular uma reinven-

ção de Orfeu, subordinada necessariamente em ordem desconexa e inversa temáticas telúricas de raça e ecumênicos conhecimentos de coisas que são, por natureza, imponderáveis e indemonstráveis, através do rito da palavra do poeta “lançado nas trevas”.

Este seu primeiro livro, parte inicial de vários cantos já prontos para ser publicados, dimensiona a ambição de Waldemar Dias da Cunha e revela sua prospecção no tempo e no espaço. Seus poemas – que podem ser classificados de poesia contida, “renovada no timbre das espadas” possuem como principal característica a exatidão do termo justo gerado pela idéia que o poeta deseja transmitir. Poucas vezes na literatura brasileira contemporânea a exatidão da palavra em seu devido lugar esteve tão afastada da virtuosidade fácil e do manejo esdrúxulo do verso. E um fluir constante que arrebatava e fascinava e chicoteia. Um refluir de onda que ataca e acaricia, sorve e lança à tona, afoga e propicia um novo alento.

A linguagem, de um exemplar riqueza sintática, “transmuda a fala” e a própria palavra, “vozes que saem das profundas já-mais navegadas águas no cristal de antigos mares”, “ritmo contínuo do universo/num veio que corre em suas leis/sem tempo passado ou presente/na força cósmica dos Reis”.

As metáforas se sucedem, encadeando-se através de deformações propositadas, e há em toda a obra, de ponta a ponta, uma plasticidade verbal e visual contínuas, combinadas em sistemas e prolongadas em distorções imagens repetidas que se sucedem cinematicamente (os reis, a ave, os corvos, o vôo, etc.), e que acentuam a beleza interior dos versos, emprestando-lhes elasticidade e rara fluência sonante. Combinando antinômias, que se projetam no passado e no sonho, o poeta assume “os perigos do próprio pranto”, universaliza-se em transparência e comunhão, através de sonâncias e assonâncias rítmicas, antes mesmo da eclosão do canto, da dor ou da alegria. Funde, assim, a dor e a alegria de ser “na treva antiga” e incorpora a esta vasta elegia os fechados círculos órficos da divinação de desconhecidos mundos que estão ainda por vir.

Viver e morrer são, para ele, atos simultâneos, a mesmíssima coisa. Descobre-se, perseguindo universos extintos na lembrança exaurida, memória tranqüila, como um lago sem sono. No abandono aos eventos proibidos encontra finalmente Waldemar Dias da Cunha a abstração do mundo presente, da vida presente, dos homens presentes, num feliz acréscimo à invenção drummoniana. Escreve o poeta: “Talvez sejam/ os mortos/ pompa em/ total mistério –/ filtro de Deus na/ matéria –/ onda náia-da/ sobre sombra/ sagrada/ fluindo na/ ansia extática de/ sua forma/ alada –/ templos ruindo/ sem que o desprezo resista ou/ a dor passe no/ limbo dos/ abismos”.

Parafraseando Cecília Meireles, em que trágico espelho pânico ficou perdida a sua face?

## O título segundo

Nesta sua segunda obra, que acaba de ser lançada, vamos notar que são ainda as mesmas peculiaridades de sonâncias e de assonâncias o que irão se alternar com a acentuada disritmia do verso empregado por Waldemar Dias da Cunha, resultando desse processamento de tendência nitidamente acústica a utilização de dissonâncias

e consonâncias no mesmo sentido em que elas são usadas em música. São vários os exemplos no decorrer do livro todo. No poema IV, da segunda parte, encontramos logo de saída o verso: “o que nego não mais tenho/e o que já sei não sonho”, fortemente característico da preocupação do poeta não só de aliterar, mas de provocar a dissonância, conectando-a profundamente com a idéia íntima do verso – ou mensagem – sem, com isso, deixar de dar ao seu discurso uma lógica irrefutável. Aliás são muitos os poemas onde iremos encontrar esse tipo de disritmia musical, visceralmente ligada à essência do verso. O poema VI, também da segunda parte, ainda que menos dissonante, vale-se dos mesmos meios processuais do poema IV. O poema XII, ainda da segunda parte, traz igualmente as mesmas tipicidades de sonâncias e assonâncias intercaladas, assim como o poema V, da terceira parte, e o poema final da oitava parte, magnificamente realizado, inclusive uma verdadeira trouvaile do ponto de vista visual.

Aliás, em **O Título Segundo**, Waldemar Dias da Cunha acentua ainda mais a sua preocupação visual na disposição gráfica do verso, na utilização dos brancos, no aproveitamento de espaço dentro das medidas convencionais da folha de papel. Há aí todo um plasma não só visual, mas rítmico, que provoca o aceleração do verso ou o retardamento mecânico da própria rítmica poética. Conforme vamos chegando ao fim do livro essa dualidade de comportamento vai se impondo cada vez mais, provocando no leitor uma ansiedade completamente inusitada até então. Aí, passam a dominar os versos curtos – às vezes de uma só palavra – que vão rasgando as páginas numa espécie de aluvião calmo mas renitente. O que parece à primeira vista gratuito é perfeitamente construído, na melhor técnica tradicional. Assim, por exemplo, a estrofe

“na concha extática  
cóclea elástica  
rasgas a névoa de  
minhas  
asas”

é composta de dois versos de nove sílabas cada um, num ritmo percutidor de indiscutível sabor capadocio, que ficaria da seguinte maneira, numa forma mais tradicionalista:

“na concha extática cóclea elástica  
rasgas a névoa de minhas asas”.

Por outro lado, o que vem também valorizar muito esta poesia é a característica de Waldemar Dias da Cunha em “transformar arcaísmos em neologismos” (observação de Antônio Olinto) e que muito contribui para esse ritmo de percussão, encontrável em vários poemas de **O Título Segundo**. Nesse sentido, mais do que transformar, parece que o poeta deseja reinstaurar o valor acústico do vocábulo arcaico, a fim de torná-lo mais significante através de sua intuição poética. Ainda aí, é o som o que vai perturbar mais de perto Waldemar Dias da Cunha.

Como insistia Cassiano Ricardo, trata-se da utilização uma vez mais do “acústico não verbal” reinventado, a fim de chegar o poeta “às nascentes da linguagem”? As origens da própria Poesia?

REYNALDO BAIÃO



Panorama de Niterói, óleo de Antônio Parreiras: atualmente em processo final de restauração.

## CONSERVADORES CONSERVADORES

*Uma esclarecida política de recuperar e conservar a única pinacoteca oficial do futuro Rio de Janeiro é objeto de campanha dos que se empenham em conservar um estado de coisas incompatível com as modernas noções de museologia.*

Não há como deixar de tomar partido nessa infeliz controvérsia que, mercê da irresponsabilidade ou despreparo profissional de certas áreas da imprensa, vem ganhando corpo e que tem como protagonistas, de um lado a viúva Antônio Parreiras e do outro a direção do museu niteroiense que leva o nome do grande pintor brasileiro.

A sede e o acervo do museu foram adquiridos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 1941, beneficiando os herdeiros do espólio do pintor e em especial sua viúva, a quem cabia, por disposição testamentária deste, o direito de ocupar, em caráter de usufruto, um prédio ao lado do museu.

Segundo o testemunho dos funcionários da casa, a senhora Parreiras, atualmente octogenária, não se deu conta de que, a partir da incorporação do acervo e do prédio ao patrimônio do Estado, sua atuação, que até então se passara, desde a morte de seu marido, em termos de intromissão arbitrária nos negócios do museu, até a investidura da atual Diretoria, deveria ceder lugar ao cuidado técnico, à competência museológica, ao rigoroso profissionalismo que vinham suceder ao bem intencionado amadorismo de uma diretoria que durou praticamente desde o falecimento do pintor até pouco tempo atrás.

A frente dessa diretoria está o jovem crítico de arte Maciel Levy, cuja primeira e louvável providência foi a contratação do restaurador de nomeada internacional professor Edson Motta, cujo trabalho naquele estabelecimento é um brilhante capítulo de sua vida profissional, conforme este cronista pôde testemunhar pessoalmente, pela apreciação de vários trabalhos restaurados e em processo de restauração.

### Dilettantismo versus técnica

Do amadorismo e da irracionalidade feitos norma pela diretoria anterior, que, composta de pessoas de idade avançada, quase alcança a vitaliciedade, nada diz tão persuasivamente quando o equilibrado depoimento daquele membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de cujo relatório inicial ao diretor do museu selecionamos os seguintes tópicos:

"Lamento informar a v. sa. que devido ao estado desesperador de deterioração a que chegaram algumas obras do acervo do Museu Antônio Parreiras, relacionadas na proposta apresentada a esta instituição para fins de restauração, o prazo estabelecido para a entrega deverá sofrer uma dilatação, a fim de atender às exigências técnicas que as referidas obras necessitam.

Muitas dessas obras encontram-se em estado limiar de resistência, devido à falta de cuidados adequados, más condições de exposição, ausência de orientação museológica, precário estado de conservação do prédio e, mais grave ainda do que estes fatores, são as intervenções espúrias e indevidas realizadas por pessoas inabilitadas, embora amadores de arte.

Outra dificuldade que temos encontrado é a repintura abusiva, cobrindo áreas inteiras de obras, como no quadro Amanhecer no Adriático e na maioria dos trabalhos componentes do acervo do Museu Antônio Parreiras, conforme documentação fotográfica em nosso poder.

Os processos empíricos de restauração também podem ser responsabilizados pela perda de substância de muitas das pinturas, devido à remoção de vernizes alterados feita com produtos químicos inadequados. As obras executadas sobre papel estavam em permanente exposição, sofrendo as consequências da ação da luz natural, que escurece e degrada as fibras da celulose que o constitui. Muitos dos desenhos sobre papel foram arduamente restaurados, pois eram desesperadoras suas condições de conservação, sendo

algumas dessas obras absurdamente coladas sobre madeira e outras altamente atacadas por fungos.

As palavras do eminente técnico, que chefia uma equipe de mais sete especialistas posta a serviço da restauração do acervo do MAP, dispensam quaisquer comentários a respeito daquilo que se vinha fazendo (e sobretudo do que se vinha deixando de fazer) em termos de museologia, ali.

A sr<sup>a</sup> Parreiras, que freqüentemente se dedicava ao hobby de "restaurar" a pintura do falecido marido muitas vezes acrescentando imagens que não havia no original como afirma à luz de farta documentação o diretor Maciel Levy, foi recentemente aos jornais e acusou-o de pretender despejá-la de um palacete em que reside, nos jardins do museu. O crítico de arte, a quem em boa hora foi confiada a gestão dos negócios do MAP, afirma que a medida nada tem contra aquela propecta senhora, mas se deve à necessidade que o museu tem de expandir seus recintos de exposição permanente e como seria onerosa para o Estado a construção de novos blocos, atendendo a uma questão de simples bom senso, pretende lançar mão daquilo de que a casa dispõe. Mesmo porque o testamento do pintor, como foi antes, concede à viúva moradia digna, em prédio anexo ao Museu, em termos de usufruto.

to, devendo inclusive, após sua morte, essa peça ser integrada ao patrimônio daquele estabelecimento.

### Desinformação & desserviço

Que a sr<sup>a</sup> Parreiras tenha abandonado a discrição que lhe seria mais aconselhável já por sua idade, já pelos desacertos que praticou contra a memória artística de seu marido, entende-se. O difícil de aceitar é o sensacionalismo irresponsável de emissoras de rádio e jornais que lhe veicularam as imaginosas acusações, não vacilando ante a falta de ética profissional de explorar a insegurança emotiva de uma anciã, cujos propósitos não pomos em dúvida, quanto à obra de seu marido, debitando os métodos de preservação um tanto... pessoais (que desgrazadamente pôs em prática durante décadas) à conta de uma desinformação artística e científica da qual ela, no fundo, não tem culpa, mas para cujo custeio o erário não pode contribuir.

Ainda que se tratasse do acervo de Antônio Parreiras pertencente a um mero particular, competiria ao poder público, pelos meios que a legislação lhe faculta, sustar esses procedimentos lesivos, visto tratar-se de uma das mais expressivas figuras da pintura brasileira. O que dizer, então de um museu que além da obra de seu titular, reúne uma pinacoteca de Flamengos, das escolas francesas e italianas dos séculos XVI, XVII e XVIII, como os Brueghel, David Teniers, Van Dyck, Clouet, Poussin além de portugueses e franceses do século XIX, do nível de Malhoa, Silva Porto e Berthe Worms, além da obra de contemporâneos como Abelardo Zaluar, Ana Maria Maiolino, Marília Kranz, Guima ou Arcangelo Ianelli?

Impressiona a quem conheceu o MAP de outras e menos felizes eras, a segurança com que Maciel Levy sistematizou o trabalho do Museu, oferecendo-lhe, pela primeira vez em toda sua existência, um fluxograma de realizações que prevê como parte das reformas, a recuperação e os depósitos onde dezenas de obras de arte, segundo tivemos oportunidade de testemunhar pessoalmente, estavam completamente abandonadas, obras cujo valor, na palavra da equipe do Professor Edson Motta, é incalculável, e a posterior transformação desses depósitos em sala de exposições.

Esse trabalho ganha dimensões bem mais significativas quando se tenha em mente que, a partir da fusão, o MAP passará a ser o único museu de arte pertencente ao novo Estado do Rio de Janeiro, já que a Guanabara nunca se deu ao luxo de ter um (o que não deixa de ser estranho pois contou pelo menos com dois governadores de nível cultural: Carlos Lacerda e Sette Câmara) vivendo o caríoca entre as mostras permanentes de fundações (Museu da Chácara do Céu) particulares (Museu de Arte Moderna) ou federais (Museu Nacional de Belas Artes).

É muito sintomático que, nesse quadro de interesses e perspectivas, certo jornalismo, em detrimento da compostura profissional que manda a cada um falar apenas daquilo que conhece, sirva de instrumento aos que manobram por denegrir a figura de Maciel Levy, que, à frente do MAP só fez repetir sua atuação como crítico de arte: em integridade e em competência.

RUY SAMPAIO

# A VOZ LIVRE DE NARA

Os dois filhos estavam brincando pela casa. Ela abriu a porta com um ar que não era nem de dona-de-casa nem de cantora famosa, mas de tranquilidade conquistada, ar de Nara Leão. A sala dá para um jardim imenso, muita grama, muito espaço livre, muita coisa construída. Um ambiente ideal para estudar e se preparar para o vestibular de psicologia e conseguir o terceiro lugar como se já esperasse.



Nara Leão:  
só a musa de seus  
filhos

C - Como foi a sensação do terceiro lugar?

NL - Eu esperava passar. Disse isso pra todo mundo que me perguntava. Acontece que me preparei durante um ano, intensivamente, meu tempo livre ia todo pro vestibular. Foi uma loucura, mas sempre tive muito interesse e muita curiosidade em relação à psicologia e isso tornou mais fácil a preparação para os exames. Não tenho planos futuros, só imediatos, ou seja, o importante agora é conseguir um horário na faculdade que não interrompa meu dia normal nem minha convivência com as crianças.

Quem conversa pela primeira vez com Nara Leão esperando ouvir declarações de protesto e reivindicações sociais vai se decepcionar. Ela é de uma simplicidade comovente. Comovente, sim, porque a gente ouve ela falar e um filme é projetado em nossa cabeça deixando as lembranças muito vivas - Nara de braço esticado e Oduvaldo Vianna Filho pela voz dela: "Teve uma coisa que eu descobri que muita gente também descobriu: o Brasil era aquilo que a gente fazia dele."

Foi o ano de Opinião, em 1965. Nara embalando os sonhos possíveis da juventude marcante dos anos 60, intérprete central das coisas que os vinte anos de muita gente queriam expressar. Nara cantando de um jeito tão dela, tão perto do morro, tão perto do Brasil inteiro. É por isso que comove. E porque os protestos e as rei-

vindicações continuam existindo, só que de outra maneira, transformados pelo processo natural das coisas, dentro das possibilidades do momento, do momento de Nara Leão.

C - Como é a história da "musa da bossa nova"? Você provocou ou as pessoas te elegeram? (ela acha engraçado)

NL - Olha, eu acho esse negócio de "musa da bossa nova" muito bacana, muito bonito. Gostaria mesmo de ter sido. Mas isso é coisa de jornalista, coisa da imprensa mesmo. Nunca ninguém me chamou assim, nenhum compositor, e eu não tenho idéia de onde essa lenda surgiu.

C - E o protesto?

NL - O protesto é diferente. Sou cantora de protesto quando acredito nele. Cantei protesto, sim. Muito consciente.

## Mulher encontrada

E certamente ela cantaria tudo de novo, do mesmo jeito. O cenário é diferente mas a Nara é a mesma (a mesma franja espessa). Só que aquela vida apressada de cantora não era exatamente o que ela queria, buscava. Era a fama, o dinheiro fácil e o reconhecimento popular em conflito com a timidez, a simplicidade e o saber que, ser gente, com tudo que isso implica e exige, ainda é a melhor coisa.

Mesmo assim, ter vivido intensamente sua fase de cantora e seus sete anos de psicanálise resultaram a síntese que o confronto não permite a gente fugir dela: Nara Leão é uma mulher encontrada.

NL - Posso dizer que vivi intensamente todas as minhas fases. Como cantora era uma loucura, as viagens, os shows pelo Brasil a fora, muita gente em volta, muita adulação, uma vida sem horário e pouso certo, desregrada. Naquela época eu era uma pessoa famosa, mas no fundo sempre soube que não ia ficar naquilo, sabia que a qualquer momento eu ia dar um basta. Depois veio o casamento, os filhos, uma vida sadia, rica. A vida que eu escolhi. Recentemente foi o vestibular, a fase dos estudos. Tudo isso me trouxe até o equilíbrio de agora. Equilíbrio que muita gente acha loucura porque não entende como é que eu, famosa, ganhando dinheiro e com chance de fazer o que me daria vontade, pude largar tudo, da noite pro dia e virar dona de casa. A resposta é muito simples - é o que eu quero.

Gosto da minha tranquilidade. Terminou a pressa, os contratos, os jornalistas sempre em volta. Atualmente dou uma entrevista por ano, permito que meus filhos sejam fotografados eventualmente e gravo um disco de vez em quando.

C - O corte que você deu na sua vida foi quando casou com o Cacá e os dois foram pra Paris. Como é que foi essa fase?

NL - Foi bacana. Fomos pra lá porque o Cacá ia fazer um filme. A permanência ia ser de dois meses, acabamos ficando lá dois anos num clima de coisa provisória. Quando terminou o contrato dele resolvemos ficar mais dois meses. Depois mais

cinco, depois mais três e por aí foi, até completar dois anos. A Izabel nasceu em Paris, gravei "Dez Anos de Bossa Nova" e consegui acompanhar o curso de psicologia da Sorbonne como ouvinte. Mas eu queria mesmo voltar, não consigo viver fora do Brasil. E depois, detesto o frio.

## Nada de novo na MPB

Izabel é uma criança extremamente bonita. Gosta de ser fotografado. O Francisco (afilhado de Chico Buarque e Marieta) tem uns olhos imensos e curiosos. Assistem uma parte da entrevista com naturalidade.

C - Como é a relação com as crianças? Elas percebem que o pai e a mãe são diferentes dos outros, elas sentem a fama de vocês de que maneira?

NL - Da maneira mais natural do mundo. Sempre procurei preservar meus filhos da loucura que pode ser a fama. E depois, nossa fama é uma coisa muito relativa. O Cacá é o sujeito mais tranquilo do mundo, eu recebo muito pouco aqui em casa e nossa vida é uma vida comum. A Izabel, outro dia, viu uma foto minha no jornal e veio me perguntar "mamãe, o que é que você tá fazendo nessa foto sem mim"? Não existe grilo dessa espécie.

C - E a fase do cinema? Como foi que você viveu a experiência de "Quando o Carnaval Chegar"?

NL - Uma curtidão, adorei fazer o filme. Ficou tudo em casa. Eram as filhas do Chico e os nossos brincando nos intervalos

das filmagens, e o Cacá como diretor. Uma experiência gostosa, despreziosa, mas muito cansativa. Filmagem é uma coisa desgastante, mas valeu.

C - Na sua opinião, depois do Chico, do Caetano, do Gil, aconteceu alguma coisa de muito importante na MPB?

NL - Continuo gostando muito do Chico, do Caetano, do Gil, dos Mutantes e de toda aquela gente boa surgida na década dos 60. Mas sinceramente, a não ser os Novos Baianos, não acho que tenha aparecido ninguém com a mesma força. Os bons têm permanecido.

C - Culpa dos festivais terem acabado e, conseqüentemente, menos oportunidades dos novos aparecerem?

NL - Não sei, talvez. O fato é que os festivais, apesar de muita gente pichar, eram muito bons. Vivi os festivais da Record e guardo ótimas lembranças. Era uma emoção só, as coisas fervilhavam, todo mundo elétrico. Essa época concentrou todos os talentos que hoje continuam com a mesma força criativa, uma época realmente muito marcante.

As coisas para Nara Leão têm a marca das coisas vividas até o fundo. A gente procura a cantora, a mãe de família, a estudante de psicologia e encontra as três, inteiras, frutos de um malabarismo que só ela conhece. Conhece e vive.

LILIAN NEWLANDS  
(Fotos Lourdinha Naylor)



Família sem grilos.  
primeiro o marido e os filhos e só depois  
a vida artística

# COMO GANHAR 75 CRUZEIROS COM UMA MÚSICA

Todos que assistiram a novela «Espigão», produzida e transmitida para todo o país pela Rede Globo, devem estar lembrados da música tema da personagem «Dora» (Débora Duarte). Seu estilo suave e sua letra de uma singeleza evidente tornou possível à música «Alfazeima» ser muito cantada pelos apreciadores de novela. Mas algumas coisas precisam ser colo-

cadadas de público. Primeiro: o autor Walker não foi citado nos «créditos» de abertura da novela. Havia apenas uma indicação na base do «meio verdade, meio mentira», pois anunciava-se «trilha sonora de Zé Rodrix», quando o referido cantor fez apenas a (péssima) música de introdução dos capítulos. A segunda coisa a ser denunciada já entra no polemico caminho dos

direitos autorais: um belo dia o jovem Carlos Walker foi «ver o seu tutu» como ele mesmo afirma. Ficou surpreso ao saber na Sicam (a mesma sociedade contra a qual diversos dos mais importantes nomes da mpb estão brigando) que tinha 75 cruzeiros (repetindo: **setenta e cinco cruzeiros**) por uma música que todos cantavam e que foi inclusive incluída num Lp com as músicas de «Espigão».

Agora que já conhece os difíceis caminhos do sucesso e as tais razões que nem o coração e nem a lógica (e menos ainda a Sicam) conhecem, o jovem compositor (19 anos) está bastante amadurecido profissionalmente: «Já sei como é a guerra, mas estamos aí para isso mesmo. Estou terminando meu Lp «A Fruta de Pão», uma homenagem minha a Cassiano Ricardo, que considero um dos poetas mais injustiçados do Brasil. Minha música tem muito do liris-

mo latente em todo brasileiro, um pouco da nossa melancolia. Sem querer me comparar a eles, a mesma melancolia bela de um Bandeira, uma imortal, linda Cecília Meireles». Walker fala mais de seus «ídolos» do que de seu trabalho: «Para mim, fazer música é uma necessidade vital, orgânica. Nasci para cantar e vou cantar. Nem que seja só por 75 cruzeiros». A carreira de Walker começou cedo: «eu tinha 14 anos quando participei de um festival em Santos. Hoje eu acho que isso só me prejudicou. Não tinha ainda maturidade nem segurança para enfrentar o público. Agora a coisa é diferente e quando me apresentei no «Abertura», achei tudo engraçado: o teatro, o nome do «festival», o juri, as pessoas. Entrei no festival sem ter maiores ilusões. Já conheço a máquina».

Walker está trabalhando com Radamés Gnattali e seu disco

talvez não entre nas célebres «paradas de sucesso», mas já posso afirmar que suas músicas (no disco ele canta também músicas de Sueli Costa e Eduardo Souto Neto) ficarão. Ouvi seu trabalho, conheço o artista e posso apostar que da brincadeira que foi «Abertura», Walker (cuja música foi desclassificada pelo juri, o mesmo juri que deu primeiro lugar a um «bluff» como Carlinhos Vergueiro) será um dos poucos que terão lugar garantido na mpb. «Olha, eu quero mostrar meu trabalho. Se der para viver dele, melhor ainda, mas eu não vou entrar no esquema de capa de revista ou de subordinar minha vida pessoal a uma imagem de garoto bonzinho». Walker fala sério e sabe que seu trabalho será admirado por pessoas sérias. Daqui fica nosso voto de irrestrita confiança ao novo contratado da RCA brasileira.

## O 25 de abril não chegou à rede Tupi

A rede Tupi de Televisão parece que está com seu telex-quebrado desde abril de 1974. Para a Tupi, nada mudou em Portugal. Aliás parece que nem na Tupi mesmo. Depois de conseguir faturar audiência e «tutu» com a exploração do «bom-mocismo» lusitano na novela

«Antonio Maria», lançou agora o «Meu Rico Português». Para apresentar a novela, a direção (?) da Tupi reuniu a imprensa no restaurante do notório viuvo salazarista Ivon Cury. Ali o também notório e conhecido Almeida Castro, que certa feita fez declarações mentirosas so-

bre a imprensa brasileira numa reunião de jornalistas latino-americanos, parecia um «conde» do falecido regime lusitano. Desconhecendo a presença dos jornalistas, procurava convencer algumas pessoas das «exce-lências» do antigo regime de Lisboa. A novela «Meu Rico

Português» nada acrescenta e é mesmo uma falta de respeito a Portugal.

Agora uma outra coisa: a Tupi precisa estar mais atenta a uma coisa: televisão é um veículo nacional. Seus membros devem ter um mínimo de inteli-

gência. Cabe aos diretores cuidar para que uma atriz desconhecida não declare textualmente que «fazer uma novela simultânea é bom porque passa em todos os lugares ao mesmo tempo» (Sic, sic e sic!).

## Som nosso de cada dia

● **Dose dupla e boa.** Burnier e Cartier. Os nomes são meio duvidosos, mas a música é de primeira. A dupla que lançou um Lp pela RCA, fez «show» semana passada no Teatro Senac (GB).

● **Um disco importantíssimo.** A Continental já distribuiu o Lp «Tom Jobim e Billy Blanco». No lado A está a «Sinfonia do Rio de Janeiro», gravada em 1960. No lado B, diversas músicas de Tom, gravadas entre 1954 e 1956. O disco faz parte da série «Ídolos da MPB».

● **Aretha Franklin.** A cantora que recebeu da revista «Ebony» o título de «melhor cantora negra de 1974», está com novo Lp no Brasil: «With Everything I feel in Me». Distribuição Continental.

● **Sinatra ao vivo.** Também pela Continental, já nas lojas o «The Main Event Live». Trata-se da gravação do «show» que Frank Sinatra fez (transmitido pela Rede Globo) no Madison Square Garden, no dia 13 de outubro de 1974.

● **Nova etiqueta.** Já no Brasil o Lp «Shankar, Family and Friends», com Ravi Shankar. É o primeiro disco da etiqueta «Dark Horse», lançado em nosso País. A distribuição é da Odeon.

● **De hinos e concursos.** A revista «High Fidelity» de fevereiro anuncia o lançamento de um concurso para a escolha do Hino do Bicentenário dos Estados Unidos. Os interessados que se habilitem...

● **Ringo já saiu.** Já no Brasil o Lp «Goodnight Vienna» de Ringo Starr. A Odeon também distribuiu um compacto simples com as músicas «Only You» e «Call me».

● **Um nome adequado.** Waldick Soriano ameaçando novo Lp pela RCA. Título: «Praga»...

● **Ney em grande estilo.** Ney Matogrosso vai lançar um Lp que vai dar o que falar. O contratado da Continental está em grande forma e sem ligar para a

companha difamatória de um certo colonista carioca.

● **Milton e Piazzolla.** Milton Nascimento vai gravar em Roma com Astor Piazzolla e o Coro dos Dominicanos. Por falar no Bituca: seu último álbum duplo lançado pela Odeon já vendeu mais de 10 mil exemplares.

● **Macalé no MAM.** Jards Macalé está fazendo temporada no Museu de Arte Moderna do Rio. Um «show» que todos devem assistir.

● **Rock Horror Show.** A estréia do musical no Teatro da Praia

(GB) foi um dos grandes acontecimentos do ano. Pelo menos na platéia, onde as pessoas queriam aparecer mais que os atores. No palco um bom musical com uma excelente atuação de Diana (ex-Equipe Mercado) uma segura interpretação de Eduardo Conde e músicas ótimas. Agora uma coisa: o colonista Carlos Imperial escreveu em sua coluna que havia um tapete vermelho (sic) e holofotes do corpo de bombeiros na rua, em frente ao teatro. Engraçado: ele foi o único que viu essas coisas. Estranho, não?

ANTÔNIO OSEAS

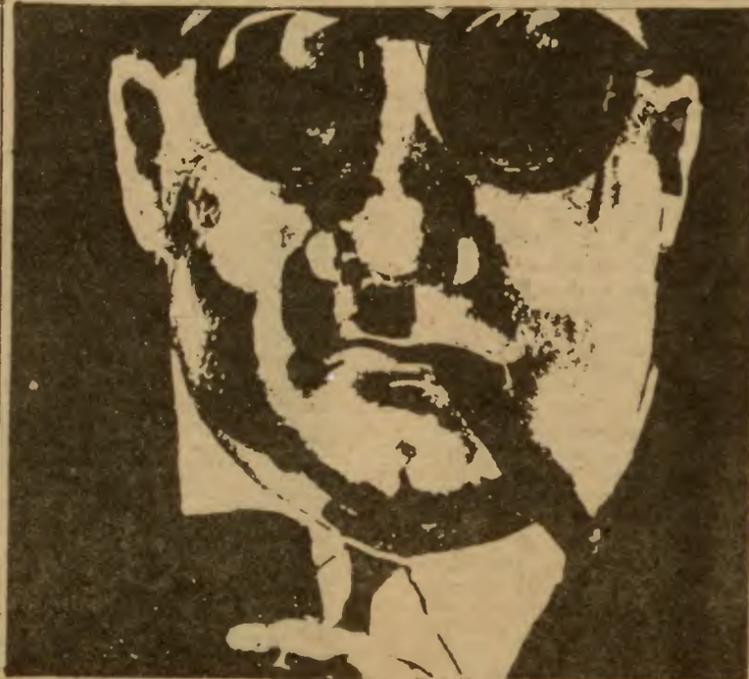


Ringo Starr:  
Novo Lp  
já no Brasil.



Diana Strella:  
atração do  
Rock Horror Show.

## AL CAPONE PREMIADO!



O EX- de fevereiro,  
revendo as injustiças históricas,  
acaba de eleger Al Capone  
«O homem de visão de 1929».  
Nas bancas, por cinco cruzeiros.

C - Com o estabelecimento do "Ano Internacional da Mulher", pela ONU, o movimento liberacionista feminino perde ou ganha com essa oportunidade?

C.S. - Bem, acho difícil que haja algo a perder. Uma vez que a ONU admite a existência do problema feminino, de algo chamado condição feminina - que não é igual a condição humana - já significa que o movimento feminista realmente tem repercussão, está conseguindo se firmar, consolidar-se, inclusive inspirar atitudes concretas a organismos internacionais como a ONU.

Agora, só o fato de instaurar o Ano Internacional da Mulher e fazer sua promoção, é, necessariamente, alguma coisa que avança. Mas, mesmo assim, poderá se perder, ficar limitado nas conquistas, em discussões bizantinas, num superficial enfrentamento dos problemas, no blá blá blá enfim.

Acontece que a ONU não tem nenhum poder executivo: ela recomenda, mas os governos não são obrigados a atender. E acredito que a maioria dessas recomendações exigirá disponibilidade de fundos, para financiamento de organismos de estudos sobre o problema da mulher. Sendo isso um pouco difícil, tudo poderá se perder ficando somente no papel.

C - Existem organismos de estudos voltados para os problemas da mulher aqui no Brasil?

C.S. - Até agora existem movimentos ou iniciativas esparsos. Há o Conselho Nacional da Mulher, que não pode ser considerado como realmente feminista. É conservador, tradicionalista, que busca promover, até certo ponto, a posição da mulher na sociedade. Não creio que seja útil, mas não chegou a ponto de encampar as grandes reivindicações feministas.

Existem, também, pessoas isoladas que estão batalhando, como Rose Marie Muraro, Heloneida Studart e pequenos grupos que se reúnem para uma primeira tomada de consciência. Mas grupos feministas orgânicos, ainda não existem.

Ahás, é fácil de se compreender o porquê. O feminismo implica objetivamente numa atividade política e como hoje no Brasil, a política está restrita ao âmbito partidário, o movimento feminista se vê muito cercado em suas colocações; o que não impede de se tentar fazer o possível dentro do que é possível.

C - Existe uma política geral para o movimento feminista no Brasil?

C.S. - É muito difícil dizer o definir genericamente essa problemática, pois, no Brasil, a mulher vive em ilhas socioeconômicas e geográficas. O tipo de pregação ou problema feminista no Rio de Janeiro tem de ser diferente do tipo de pregação ou problema a ser feito em Maceió ou Patnaíba, onde certos direitos já adquiridos tanto pelas mulheres como pelos homens, são verdadeiras conquistas sociais. Por essas razões, o movimento feminista brasileiro ainda não tem um enfoque global da questão feminina.

### Uma revolução não impede outra

C - Índira Ghandi, Isabelita, Jane Fonda, Angela Davis, Genoveva Forrester, são mulheres que participam ativamente da política, embora em posições distintas. Qual dos dois grupos representa melhor a intenção do movimento feminista?

C.S. - O fato de uma mulher chegar ao poder político, administrativo, não significa que seja uma feminista. É evidente que qualquer mulher que esteja no poder, fatalmente tem que fazer alguma coisa pelas mulheres. Porque a mulher é tão espezinhada na nossa sociedade que alguma coisa precisa ser feita.

Acredito inclusive que algumas mulheres, que estão adotando atitudes muito revolucionárias, muito radicais, não são necessariamente feministas. O feminismo seria no caso a revolução das mulheres. Agora, uma mulher pode estar inserida em qualquer outra revolução, sem que isso venha a significar prejuízo de outras, a revolução feminista não impede outras. Ahás, creio que se processa paralela às outras. Uma mulher como Jane Fonda não precisa do feminismo para se liberar, ela

# MACHISMO É UMA OPRESSÃO POLÍTICA

1975, segundo decisão da ONU, é o "Ano Internacional da Mulher". Crítica foi entrevistar Carmem da Silva, que há longos anos vem reivindicando os direitos de igualdade da mulher na sociedade. Psicóloga e jornalista, autora de diversos livros, entre os quais «A Arte de Ser Mulher», expõe, mensalmente, em uma revista especializada para mulheres, sua opinião sobre os problemas feministas. Recentemente esteve na Europa onde manteve contatos com alguns grupos que lutam pela igualdade social da mulher. Em síntese, sua opinião, que é muito diferente daquelas defendidas por Germaine Greer ou Gloria Steinem, pode ser traduzida pelo título da entrevista: o machismo é uma opressão política.

já é liberada, ela é participante, militante política, não nos problemas específicos da mulher, mas nos problemas mais gerais do povo.

Na França, por exemplo, temos Françoise Giroud, ministro da Condição Feminina, Simone Veil e Simone de Beauvoir. Giroud embora ministro de uma pasta feminina, não é feminista. Já Simone de Beauvoir é uma feminista. Mas, mesmo algumas mulheres não feministas como Simone Veil, uma mulher admirável, são capazes de lutar por questões feministas, como demonstrou em sua luta pela liberação do aborto na França - um trabalho árduo, de fôrça, de diplomacia e muita firmeza.

C - Qual dos dois resiste mais ao feminismo, o homem ou a mulher?

C.S. - A mulher resiste porque tem medo da atitude do homem, e o homem resiste porque quer continuar mantendo seus privilégios. Há tempos, recebi uma carta, de uma leitora da revista Cláudia, uma leitora muito inteligente, que coloca o problema claramente, ela diz que vê a mulher com um enfoque feminista, o que é real. Mas, a certa altura da carta ela diz: "...mas os homens? A gente vai ter que comprar uma briga com eles? A gente já se entende bastante mal, vai ter que se entender pior ainda?"

Os homens, não como pessoas específicas, mas como grupo, coletividade, estão com todos os meios de opressão nas mãos (comunicação de massas etc.) e assim continuam mantendo a mulher na condição de dominada tradicional. É muito dif-



Carmem da Silva: o feminismo é uma atitude essencialmente política

cil para a mulher tradicional tomar consciência de sua situação, justamente porque todo o peso da sociedade cai sobre ela. Quando ela se desaliena, encontra a reação dos homens específicos, dos homens que a rodeiam.

### Mão-de-Obra de reserva

C - As mulheres geralmente reclamam das dificuldades de arranjar empregos e que há fortes preconceitos quanto a ocuparem cargos de chefia. Até onde essa suposição é correta?

C.S. - Numericamente é correto, pois para cada 30 homens qualificadas encontra-se uma mulher qualificada. Mas, todas as vezes em que a disputa é colocada entre um homem e uma mulher qualificadas, pode ter certeza que ele vai ser o escolhido ou então, ela é a escolhida por um salário inferior. Agora, reivindicar paridade de salários é um primeiro passo, bem limitado mesmo, mas já é um início, como lutar por uma efetiva igualdade nas oportunidades profissionais. Porque num país onde o salário mínimo é de 380 cruzeiros, você dizer "eu quero ganhar tanto quanto o homem," a mulher na verdade diz "eu quero ganhar tão pouco quanto ele, não menos".

Acontece que a mulher é mão-de-obra de reserva, uma mão-de-obra marginal, mas mão-de-obra. Quando se precisa de operário em construção, de varredores de rua, recorre-se às mulheres. Profissões ou melhor, ocupações que até sempre estiveram vedadas à mulher, mas quando se precisa de mão-de-obra barata devido à flutuação do mercado de trabalho, recorre-se à mulher.

### Pequena-burguesia tem mais consciência

C - A Situação da mulher no Brasil mudou bastante, de uns anos para cá. Essa mudança é um avanço concreto ou mera casualidade?

C.S. - Do ponto de vista legal, ainda não tenho nenhuma informação conclusiva a respeito. Agora, creio que no seio de setores da classe média houve uma pequena tomada de consciência. A revista Cláudia, serve-me de barômetro, pelas cartas que recebo, não que seja um típico veículo da classe média, mas é uma amostragem. Nos doze anos de trabalho nessa revista venho sentindo essa tomada de consciência, principalmente quando escrevem, "olha dona Carmem, a senhora tinha razão". Mas, tenho a impressão de que esse tipo de consciência ainda não chegou à classe operária e à classe média proletarizada. Essa consciência é mais natural na classe média alta, de melhor nível cultural - que é melhor do que nada.

C - A senhora esteve recentemente na Europa. Como viu a situação da mulher e de seus movimentos de libertação?

C.S. - Publiquei recentemente alguns artigos sobre isso, mas de modo específico sobre a mulher espanhola e francesa. A Espanha não tem ainda movimento feminista. Existem pequenos grupos estancos que ainda estão em uma etapa inicial. Havia uma convocação para uma reunião feminista, que teria o setor espanhol organizado por Genoveva Forrester, que está presa, acusada de participar do atentado a Carrero Blanco, mas não foi possível ser realizada, não só pela prisão de Genoveva, mas pela pressão policial franquista. Na França estive com diferentes movimentos feministas, vários grupos que são realmente muito atuantes.

C - Diferentes linhas de atuação, propostas, programas...?

C.S. - Diferentes linhas de atuação. Diferentes mas complementares. Tem o grupo "Revolução", tem o grupo da "Psicanálise Política", tem o MLAS (Movimento para Liberação do Aborto) e o Movimento Latino-Americano, que tem um jornal "Nosotras", em português e espanhol, e é um grupo muito atuante.

C - Quais são as propostas do grupo de "Psicanálise Política"?

C.S. - Bom, a proposta deles seria a liberação em dois terrenos, em dois níveis, de fora para dentro e de dentro para fora. Naturalmente, não

há uma integral aceitação dos postulados de Freud sobre a mulher, o que é um absurdo pois Freud apesar de sua genialidade, de seu pioneirismo, não podia escapar da cultura em que vivia, como ninguém escapa, e ele não fez uma proposta para a mulher, ele deu a situação da mulher em sua época, em sua cultura.

### O feminismo é um movimento político

C - Há integração entre o movimento feminista e os movimentos políticos?

C.S. - Não falo em integração no sentido de que as feministas atuem no âmbito dos partidos tradicionais, porque os partidos, justamente por serem tradicionais, só fazem propostas feministas na medida em que querem captar o voto feminino, não vão além disso. O feminismo é uma colocação política porque ele implica na posição do ser humano na sociedade, implica na supressão de uma forma de opressão existente. Implica na igualdade salarial, no fim das discriminações - isso tudo é político, essencialmente político - todo movimento feminista está tingido de atitudes políticas.

Problemas específicos como o problema do aborto é uma posição política. No Congresso de Bucareste discutiram, os países, em que medida podiam aumentar a população ou mantê-la estável. É aquele negócio, Sarmiento já dizia "governar é povoar"; governam os homens, povoam as mulheres. O sucesso do movimento feminista levaria fatalmente à uma coletivização dos serviços domésticos, dos serviços assistenciais, do cuidado das crianças (creches), com meios que atingiriam a estrutura familiar. De modo que o feminismo é uma atitude essencialmente política. Fazer feminismo sem tocar nos problemas políticos é andar na corda bamba.

C - A prostituição é um problema específico do feminismo?

C.S. - Bem, a prostituição está totalmente inserida no esquema da sociedade capitalista onde tudo é valor. Em torno da prostituição se estruturam uma série de negócios monumentais: hotéis de luxo de "alta rotatividade", casas de encontro, organizações de "call girl", as grandes redes de prostituição.

Em que medida a prostituta é mais explorada que a lavadeira, do que a empregada doméstica, do que a operária de fábrica? A única diferença é que ela não tem o esquema de segurança social, aposentadoria, etc.? Mas, mesmo isso é relativo, pois sabemos que esse esquema não funciona muito bem, não garante o futuro de ninguém. Do mesmo modo que uma operária de fábrica aposentada ou não, não compra um quilo de carne por semana, a prostituta não tem aposentadoria mas tem a possibilidade, uma possibilidade lotérica, de juntar dinheiro para garantir seu futuro - montando uma casa de tolerância sob a sua supervisão e proletrância.

Se retirarmos as falsas conotações morais, hipócritas conotações sobre a prostituição, essa prostituta não é mais ou menos explorada do que a grande maioria das mulheres, que vendem sua força de trabalho por uma miserável remuneração, por poucos direitos. E ainda obriga a chegar em casa e ter que se preocupar com a família e as atividades domésticas. Por isso não vejo lá muita diferença entre uma e outra.

C - Muita gente encara o movimento feminista como a substituição do domínio machista pela opressão feminista. Como a senhora vê essa posição?

C.S. - Colocar como doutrina uma revirada, transformar os oprimidos em opressores, é negar a condição humana, é negar a liberdade no homem. Nenhum ser humano foi feito para ser escravo de ninguém e nenhum ser humano tem direitos a privilégios sobre a cabeça dos outros, independente de sexo ou outras situações. Essa doutrina, que aplico à toda humanidade, levou a integrar ao movimento feminista. Trata-se de acabar com as discriminações e acabar com as opressões, entre as quais, a opressão à mulher.

Entrevista concedida a PAULO ROBERTO MARQUES

